

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADES

JAMAIRA JURICH PILLATI

*À REAL BIBLIOTHECA PUBLICA DE LISBOA PELO SEU INSPIRADO
ESTABELECIMENTO EM UTILIDADE E CREDITO NACIONAL DOS SEUS
LIVROS: O UNIVERSO DO CONHECIMENTO E DOS LIVROS NAS CARTAS
DO FREI MANUEL DO CENÁCULO*

PONTA GROSSA
2015

JAMAIRA JURICH PILLATI

*À REAL BIBLIOTHECA PUBLICA DE LISBOA PELO SEU INSPIRADO
ESTABELECIMENTO EM UTILIDADE E CREDITO NACIONAL DOS SEUS
LIVROS: O UNIVERSO DO CONHECIMENTO E DOS LIVROS NAS CARTAS
DO FREI MANUEL DO CENÁCULO*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: História, Cultura & Identidades. Linha de Pesquisa: Discursos, representações: produção de sentidos).

Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz DeNipoti.

Coorientadora: Profa. Dra. Beatriz Polidori Zechlinski

PONTA GROSSA
2015

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

P641 Pillati, Jamaira Jurich
À Real Bibliotheca Publica de Lisboa
pelo seu inspirado estabelecimento em
utilidade e credito nacional dos seus
livros: o universo do conhecimento e dos
livros nas cartas do frei Manuel do
Cenáculo/ Jamaira Jurich Pillati. Ponta
Grossa, 2015.
152f.

Dissertação (Mestrado em História,
cultura e identidades - Área de
Concentração: História, cultura e
identidades), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz
Denipoti.

Coorientadora: Profª Drª Beatriz
Polidori Zechlinski.

1. Iluminismo. 2. Portugal. 3. Século
XVIII. 4. Letrados. 5. Bibliotecas.
I. Denipoti, Claudio Luiz. II. Zechlinski,
Beatriz Polidori. III. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
História, cultura e identidades. IV. T.

CDD: 027

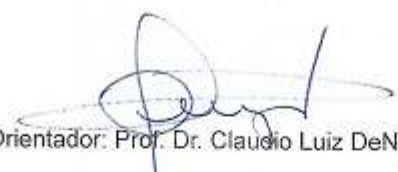


TERMO DE APROVAÇÃO

Jamaira Jurich Pillati

*À Real Bibliotheca Publica de Lisboa pelo seu inspirado estabelecimento em utilidade e
Credito Nacional dos seus Livros: o universo do conhecimento e dos livros nas cartas do frei
Manuel do Cenaculo .*

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 29 de maio de 2015, pela seguinte banca examinadora:


Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz DeNipoti (UEPG)


Profa. Dra. Juliana Gesuelli Meirelles – PUC Campinas


Profa. Dra. Beatriz Polidori Zechlinski – PPGH UEPG/PUC PR

Ponta Grossa, 29 de maio de 2015.

Para meu avô.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por ser o alicerce de todo o caminho e, à sua maneira, ser o apoio a todas as escolhas.

Aos meus amigos, por serem amigos e só. Mesmo com todos os não ouvidos esses anos.

A todos os professores do PPGH - UEPG, pelo aprendizado proporcionado, conhecimento compartilhado e apoio às nossas pesquisas. Aos colegas da primeira turma de Mestrado, suas companhias foram essenciais nesta jornada.

Ao meu orientador, Claudio DeNipoti, por todos os anos de orientação, pela paciência e dedicação, por fazer parte do meu crescimento. Aos professores Beatriz e Antônio César, pelas preciosas colocações feitas no momento da qualificação. Também, a Beatriz e a Juliana por terem tão gentilmente aceitado o convite para avaliar este trabalho.

À CAPES, pelo incentivo financeiro que viabilizou esta pesquisa.

Aos colegas professores que, no dia 29 de abril de 2015, representaram toda a força que nos define.

Ao Kiko, por todo amor, parceria e compreensão. “Prefiro compartilhar uma vida com você a encarar sozinha todas as eras deste mundo.” (*O Senhor dos Anéis*).

Salve, ò meus Livros, Livros
escolhidos
Por vossos próprios méritos sublimes,
Minha saúde e vida, meus prazeres;
Mimos dos olhos meus, altas delicias
De meu esp'rito, que vos ama terno:
Qu' seria de mim, se o iniquio fado
Me forçasse viver de vós ausente! [...]
(Antonio Ribeiro Dos Santos)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as representações de livros, bibliotecas e letrados em Portugal no século XVIII, considerando os aspectos políticos e culturais colocados pelo ideário Iluminista no tocante à época. Para isso, foram explorados os discursos produzidos por dois reconhecidos letrados portugueses, Manuel do Cenáculo Villas Boas Annes e António Ribeiro dos Santos. Manuel do Cenáculo, o conhecido Bispo de Beja, foi ilustrado atuante na reforma pombalina no tocante a políticas pedagógicas e dos livros, atuando junto à Real Mesa Censória e à Junta Literária da reforma da Universidade de Coimbra. António Ribeiro dos Santos assumiu a organização da biblioteca da Universidade nesta mesma época e posteriormente, durante o reinado de D. Maria I, assumiu o cargo de bibliotecário-mor da Real Biblioteca Nacional.

Nos anos de 1796 a 1798, Cenáculo e Ribeiro mantiveram correspondência particular a respeito de uma doação do primeiro à Real Biblioteca Nacional, já sob a administração do segundo. O trabalho de pesquisa foi realizado por meio das correspondências estabelecidas entre ambos, assim como também do catálogo das obras doadas à Biblioteca.

Buscando aporte no conceito de representações de Chartier, na metodologia de análise de discurso, na História da Cultura Escrita e da Leitura e na revisão teórica quanto à complexidade do entendimento de Iluminismo no Império Português, a pesquisa aprofundou-se no que significavam os livros e as bibliotecas para o ideal de Estado creditado aos letrados de então, dos quais, esperamos provar, Cenáculo e Ribeiro dos Santos, são bons exemplos.

Palavras-chave: Iluminismo; Portugal; século XVIII; letrados; bibliotecas.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the representations of books, libraries and literate in Portugal in the eighteenth century, considering the political and cultural issues raised by Enlightenment ideas as regards the epoch. For this, the speeches produced by two Portuguese literates recognized, Manuel do Cenáculo Villas Boas Annes and António Ribeiro dos Santos were explored. Manuel do Cenáculo, the well known Bishop of Beja, was illustrated active in Pombal reform with regard to the teaching and books policies, working with the Royal Literary Censorship Board and the Literaly Board of reform at the University of Coimbra. António Ribeiro dos Santos took over the organization of the University Library at this same time and later, during the reign of D. Maria I, took over as chief librarian of the Royal National Library.

From 1796 to 1798, the Cenáculo and Ribeiro kept private correspondence regarding a donation from first to the Royal National Library, under the administration of the second. The research was conducted with the correspondence established between them, as well as the catalog of the works donated to the Library. Seeking input on the concept of Chartier representations in discourse analysis methodology, in the History of Culture Writing and Reading and theoretical review about the complexity of the Enlightenment understanding of the Portuguese Empire, the research deepened on what meant the books and libraries to the ideal of State credited to literate then, of which we hope to prove, Cenáculo and Ribeiro dos Santos, are good examples.

Keywords: Enlightenment; Portugal; eighteenth century; literate; libraries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Folha de rosto <i>Cuidados Literários</i> . 1791,,,,,,,,,,,,,,,,,.....	53
Figura 2 – Retrato de Frei D. Manuel do Cenáculo.....	61
Figura 3 – Retrato de António Ribeiro dos Santos.....	68
Figura 4 – Carta de Frei Manuel do Cenáculo ao Príncipe D. João VI.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Tabela da correspondência enviada e recebida por Manuel do Cenáculo em <i>Cartas Avulsas do Exmo. e Rmo. Senhor Bispo de Beja</i>	108
Tabela 02 – Tabela de classificações de títulos do Tomo I	112
Tabela 03 – Tabela de Classificações de títulos do Tomo II	115
Tabela 04 – Tabela de Classificações de títulos do Tomo III	119

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. ILUMINISMO E HOMENS DE LETRAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS.....	25
1.1 SÉCULO XVIII E CULTURA ESCRITA.....	30
1.2 AS <i>LUZES</i> NO REINO DE PORTUGAL	36
1.3 ENTRE ILUSTRADO E HOMENS DE LETRAS.....	43
2. DO REVERENDÍSSIMO SENHOR BISPO DE BEJA AO DESEMBARGADOR	
ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS.....	50
2.1 MANUEL DO CENÁCULO, O BISPO DE BEJA	51
2.2 ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS, <i>DISTINTO ZELADOR DA PÁTRIA</i>	62
2.3 <i>BENFEITOR DA NAÇÃO</i> : CORRESPONDÊNCIA E MECENATO.....	69
3. O CATALOGO METHODICO DA LIVRE DOAÇÃO.....	79
3.1 AO PRÍCIPE NOSSO SENHOR.....	83
3.2 <i>CATHALOGO METHODICO</i>	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

Alguns movimentos históricos, quando citados, terminam sendo permeados por generalizações que acabam resguardando as peculiaridades que lhes podem ser atribuídas nos diferentes lugares onde ocorreram. O Iluminismo, enquanto período de manifestações culturais e eruditas que modificou gradativamente o modo de pensar das elites na Europa do século XVIII, é um movimento intelectual e cultural que tomou diferentes características nos reinos europeus, e, por conseguinte, em suas colônias, por isso, passível de diferentes visões e interpretações.

Uma cultura do conhecimento há muito solidificada, fazia com que a nobreza quisesse se mostrar letrada, fosse por carregar bem a vista, óculos, símbolos de leitura¹, fosse pela obtenção de livros, manuscritos e obras ou pela construção de grandes bibliotecas. Em seus estudos sobre a França do Antigo Regime, Roger Chartier identifica que essas regras de aparência, como maneira de distinção, eram ligadas, também, aos fenômenos de publicação e circulação de livros, que tornaram os manuais e ensaios sobre civilidade mais acessíveis e conhecidos².

A partir do estabelecimento da cultura do conhecimento e da erudição característicos do século XVIII é que definimos a abordagem desta pesquisa. Os objetivos da investigação foram analisar as representações dos livros e da importância do conhecimento em uma diferente configuração de sociedade no século XVIII em Portugal; analisar como se estabeleceram as práticas culturais de sociabilidade e de leitura de determinados homens de letras que deixaram vestígios nas políticas culturais e na reforma educacional durante a administração do Marquês de Pombal, e investigar aspectos, peculiaridades e efeitos do Iluminismo em Portugal.

¹ “O barbeiro executou o serviço, apesar do aparato todo, e serviu de pretexto para reflexões sobre a nobreza local, que, carente de cultura, gostava de portar óculos para dar a impressão de muita leitura.”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 66.

² CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Os documentos utilizados na pesquisa, o *Catalogo da Doação do Bispo de Beja* a Real Biblioteca da Corte (1796-1797) e as *Cartas avulsas do Bispo de Beja, a correspondência com o desembargador António Ribeiro dos Santos* a respeito desta mesma doação (1796-1798), encontram-se, originalmente em Lisboa, mais precisamente, o primeiro na Academia das Ciências de Lisboa³ e, o catálogo, na Biblioteca Nacional de Portugal. Ambos foram digitalizados e encontram-se preservados e disponíveis em mídias digitais. Apenas o rol de livros doados está disponível também para consulta online e download na página da Biblioteca Nacional de Portugal⁴. Os dois documentos diferentes e de datas muito próximas elucidam práticas e usos dos livros em Portugal, através da figura de dois pensadores.

De 1796 a 1798, Manuel do Cenáculo manteve correspondência com o desembargador António Ribeiro dos Santos, bibliotecário-mor da Real Biblioteca de Lisboa, e outras figuras diplomáticas importantes do Império. Estas correspondências recebidas e enviadas constam em uma coletânea transcrita pelo Frei Vicente Salgado, fonte para esta pesquisa.

Sobre a correspondência, observamos que naquele momento houve a preocupação com a preservação das cartas por parte de outra pessoa. Frei Vicente Salgado era um religioso pertencente à mesma ordem eclesiástica de Cenáculo. Sua contribuição em estudos e escritos tem reconhecida importância historiográfica e arqueológica, pela preocupação em preservar antiguidades, como em seus escritos de história, entre eles, *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*⁵, *Colecção das Memórias*

³ Fundada no reinado de Dona Maria I em 24 de dezembro de 1779, a *Academia Real das Ciências* é uma das mais antigas instituições científicas em Portugal. Entre os seus primeiros membros encontravam-se personalidades como o Duque de Lafões, o Abade Correia da Serra o oratoriano Teodoro de Almeida. Depois da implantação da república, passou designar-se "Academia das Ciências de Lisboa". Ao longo da sua história conheceu seis moradas oficiais, encontrando-se atualmente no antigo Convento de Jesus de Lisboa. Ainda em atividade, hoje os seus principais objetivos são a promoção e o estímulo da investigação científica e a divulgação pública dos resultados desta. Tem também um papel de relevo na preservação, aperfeiçoamento e expansão da língua portuguesa. Mais informações em seu site: <http://www.acad-ciencias.pt/>. Acessado em 12/04/2014.

⁴ Biblioteca Digital - Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html> Acessado em 10/01/2015.

⁵ Lisboa, 1786, da qual existe uma edição fac-simile digital da Associação Campo Arqueológico de Tavira: SALGADO, Fr. Vicente. **Memórias Eclesiásticas do Reino de Alavare**. Tomo I. Tavira, Portugal: Associação Campo Arqueológico de Tavira, 2003.

Literárias para a História de Portugal, Memórias Ecclesiásticas para servirem a história da Igreja Cathedral do Algarve, além de compilação de obras de outros autores. Ou seja, o trabalho foi feito já com uma transcrição das cartas originais.

O catálogo de doação chamado *O Catalogo Methodico dos Livros, que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas, bispo de Béja Doou à Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797*, encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, já digitalizado e disponibilizado na rede. Compõe-se por três tomos, dos quais foram analisadas as listagens de doação no intuito de investigar as obras, a relação com as reformas no ensino e nas instituições de cultura e o entendimento dos pensadores quanto à importância da formação das bibliotecas, e também, se essa lista em questão seria a doação referida nas correspondências.

Quanto às representações do livro e do conhecimento verificadas em múltiplas facetas da documentação estudada, as considerações foram realizadas no sentido de ler nos discursos as representações que esses letrados faziam de si, em seus papéis de homens das luzes, e das bibliotecas que formavam, inseridas no projeto reformador do Estado, seja na Era Pombalina, ou no período mariano.⁶

Sobre as correspondências manuscritas, e preservadas por Frei Vicente Salgado, a primeira atividade para a realização da pesquisa foi a

Edição Fac-simile da edição de Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1786. Disponível em: <http://arkeotavira.com/corpus-sul/mem-ecles/Nota.pdf>

e <http://arkeotavira.com/corpus-sul/mem-ecles/index-me.html> Acessado em 10/01/2015.

A edição de 1786 foi oferecida ao Bispo de Beja: “[...] Se a sombra do Herói suspende por muitas vezes o peso da dura guerra e anima os espíritos fracos: o nome de hum tal prelado, como e excelentíssimo e reverendíssimo Bispo de Beja, apenas pronunciado, logo que se forme reflexão sobre as suas relevantes qualidades, servirá a respeito a conter a inveja, e animosidade: pois quem não, adverte ser V. EXCELÊNCIA hum vivo exemplar daqueles primitivo pastores no zelo, sabedoria, prudência e caridade! Quem ignora ser V. EXCELÊNCIA hum incansável Restaurador dos Costumes e Disciplina antiga da Igreja, e dos Monumentos remotíssimos dos nosso maiores, praticando as religiosas virtudes do Seu Sagrado Ministério, até ao excesso de ser reputado hum homem rara! As gentes (nos o vemos) se tem obstinado de assim o aclamar nas Cidades, nas Cortes e Nações! [...]” (p. 5-6).

⁶ Com a morte do rei, D. José, sua filha D. Maria I assume o trono, dando início ao período mariano. A “Viradeira” representa o período em que Pombal é destituído de seu cargo de Ministro, assim como alguns de seus colaboradores. As reformas iniciadas pelo Marquês, são em parte paralisadas. Principalmente as obras de modernização arquitetônica do país. SCHWARCZ. **A Longa Viagem...** Cap. 5.

transcrição e a digitação do conteúdo⁷. O *rol de livros doados*, por sua extensão e complexidade, apesar de não transcrito, foi analisado com base nos títulos, ano de edição, formato, e tipologia, para que pudéssemos reconhecer as peculiaridades das bibliotecas e das leituras feitas nos setecentos. Segundo Chartier:

Aqui nos aproximamos de um ponto metodológico importante que nos remete à discussão ou colaboração entre historiadores que vêm de uma tradição de história social e cultural, como é meu caso, e que pertencem ao mundo – não quero dizer escola porque não me parece que haja escola – dos *Annales*, à sua tradição, com historiadores da leitura, bibliógrafos, paleógrafos e outros, o que implica reconhecer o vínculo essencial entre o texto em sua materialidade, que suporta os textos, e as práticas de apropriação, que são as leituras.⁸

Assim, o trabalho também pode ser inserido no campo de estudos da cultura escrita, buscando investigar as práticas de leitura e escrita de uma determinada época, neste caso, as leituras do setecentos em Portugal.

A história da cultura escrita nos permite trabalhar com dois elementos muito singulares ao historiador, os aspectos culturais de uma determinada sociedade e, através dos registros escritos, as maneiras de registrar e criar memórias desta sociedade. Pensar a escrita enquanto o alcance que pode ter atingido em uma comunidade do século XVIII é bastante complexo, considerando as restrições do domínio da leitura e escrita naquele momento. Porém, nos interessa perceber a cultura escrita como mantenedora de memórias e de aspectos de sua organização social através da prática da escrita. Dessa forma, considerando que a escrita é um registro daquilo que é definido como importante, podemos acessar quais conhecimentos ou memórias se mostram necessárias de registro, perpetuação e circulação.

A escrita pode ser, então, interpretada nesta pesquisa como espaço de relações sociais e de poder que interfere tanto na vida daqueles

⁷ Transcrição realizada por Hevilton Wisnieski da Silva, componente do plano de trabalho "A criação de Real Biblioteca de Lisboa na correspondência de Antonio Ribeiro dos Santos e Frei Manoel do Cenáculo", durante o Programa Voluntário de Iniciação Científica - PROVIC UEPG, sob orientação do Professor Doutor Claudio Luiz Denipoti entre os anos de 2012-2013. E revisto pela autora.

⁸ CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto alegre: Artmed Editora, 2001. p. 29.

que a dominam enquanto conhecimento, como na realidade dos iletrados, seja pelos regimentos políticos e administrativos registrados em manuscritos ou impressos, seja pela possibilidade do registro da oralidade. Este registro da oralidade, importante para o contexto analisado, traz uma questão crucial: o escrito que, para o bem, traz materialidade aos registros necessários as sociedades complexas, também origina a concepção da escolha do que deve ser registrado. Dessa maneira, considerando a importância dada as tradições e lembranças no século XVIII, eram definidas quais memórias pertencentes à oralidade deveriam ser registradas e quais deveriam ser ignoradas, ou ainda, combatidas.

As relações de sociabilidade geradas pela cultura escrita nos setecentos vão desde a circulação das ideias através dos manuscritos, da escrita epistolar, à conjuntura gerada pela palavra impressa e o mundo dos livros, do editor, autor, leitor, da censura e das bibliotecas. Assim, esses estudos podem se centrar em vários eixos: interessa-nos aqui transitar pelas complexas relações estabelecidas entre os processos do Iluminismo, da cultura escrita, e as relações constituídas pela sociedade das letras, através das práticas de educação, memória, censura, escrita e leitura postas aos sujeitos e como essas relações permearam suas ocupações e seus ideais no igualmente complexo Império português.

O recorte espacial da pesquisa se concentra no Império Português, vista a impossibilidade de dissociar Portugal de suas colônias, sob as quais incidem as mesmas medidas políticas da metrópole. É importante deixar clara essa delimitação, lembrando-se das diferentes significações dos domínios do Império Português, sendo as regiões resultados de processos históricos e sociais dinâmicos,

(...) é nesse quadro que devemos enquadrar a experiência individual dos actores do passado, que se processava em diferentes contextos e territórios sociais, dando origem a representações do mundo que não coincidem necessariamente com as dos actores e dos cientistas sociais da nossa contemporaneidade.⁹

⁹ RODRIGUES, José Damião. Um arquipélago de geometria variável: representações dos Açores no período moderno (séculos XVI-XVIII). **Revista de História Regional** 13(1) 7-22: Verão, 2008. p. 7 e 8.

Essas considerações são essenciais para que se evitem anacronismos a respeito do que representava o Império Português para esses letrados no século XVIII.

O conceito que define o fim da Era Pombalina para o reinado de Maria I, parece estabelecer uma mudança brusca no quadro político e cultural da época, o que geraria um conflito na análise das sociabilidades estabelecidas entre Cenáculo e Ribeiro. O primeiro, homem de confiança do Marquês, foi afastado de algumas funções e estabelecido efetivamente em Beja, em seu cargo de bispo. Já Ribeiro foi nomeado pela rainha bibliotecário-mor da Real Biblioteca da Corte. Ainda que mudanças tenham sido feitas com o fim do domínio administrativo de Pombal, a ideia de que houve uma ruptura abrupta no campo intelectual e cultural fez parte da construção de espaços de memória de identidade do período mariano e que, logo, execrou o papel do Marquês. No entanto, uma vez instauradas instituições e ideias, as continuidades no movimento intelectual iluminista em Portugal têm ecos nas ações dos homens de letras¹⁰. Segundo Villalta:

Tanto no governo de Dona Maria I como no do Príncipe Regente, Dom João, ademais, continuou-se com o Reformismo Ilustrado, introduzindo-se, contudo, algumas alterações. Havia intelectuais ilustrados ocupando cargos no governo, à semelhança da governação anterior, mas muitos deles, significativamente, haviam se mantido distantes dos intuitos políticos de Pombal, embora, quanto aos desígnios culturais, demonstrassem grandes afinidades com ele. Em tal situação enquadrava-se, por exemplo, parcela significativa dos que tinham assento na Academia de Ciências, instituição patrocinada pelo governo. Tais homens, por essa ambivalência, constituem um emblema da nova ordem pós-josefina: Ilustrados, porém anti-pombalinos.¹¹

Da mesma forma, o recorte temporal não pode ser definido com data ou ano específico. Outros conceitos utilizados na pesquisa também precisaram ser repensados em suas particularidades, em especial a temporalidade da análise, “Antigo Regime” e “Viradeira”. Os marcos históricos, temporais e cronológicos, de certa maneira, podem nos confundir

¹⁰ SCHWARCZ. **A Longa Viagem...**

¹¹ VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura**: usos do livro na América Portuguesa. 1999. 555 f. Tese (Doutorado e História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 153 - 154.

em relação ao entendimento de continuidades na história. O chamado Antigo Regime é comumente relacionado com o período dos séculos XVI ao XVIII na Europa e, em Portugal, termina com a conhecida “Viradeira” de Maria I, em 1777. Ainda que as fontes tenham suas datas marcadas de 1795 a 1797, os discursos refletem as representações feitas a partir de ideologias e processos culturais demarcados em todo século XVIII.

Em meados do século XVII, quando Portugal se restabelece como reino independente, alguns aspectos sociais e políticos que constituíram o cenário inicial dos setecentos são afirmados:

A partir de 1640, Portugal recupera a Independência no domínio interno e no domínio externo. Poderemos dizer que, se as instituições internas da monarquia se reforçam no reinado de D. João IV, em se tratando da corte, tribunais superiores, levantamento dos grupos militares para a guerra continental e para a independência dos territórios ultramarinos com a criação do Conselho da Guerra e do Conselho Ultramarino, companhias de comércio, vitalização da língua e da cultura, reafirmação do papel das universidades e das grandes instituições religiosas, bem como dos caminhos de uma arte nacional [...]¹².

Apesar das dificuldades de reconhecimento de sua independência da Coroa espanhola e do penoso fortalecimento da política externa, Portugal adentra o século XVIII sob a regência de D. João V (1706) estabelecendo aproximação com os reinos da Inglaterra, França e Áustria, relações estas que demarcariam questões políticas e administrativas.

O longo reinado de D. João V, na primeira metade do setecentos, marcou a afirmação do absolutismo político na sua feição mais paternalista, aliou as riquezas vindas das colônias, à instauração do mecenato cultural e das artes. Com as relações diplomáticas restauradas, as embaixadas fortalecidas em outros reinos proporcionaram o contato de sujeitos portugueses com pensadores de outras cortes, o que seria essencial para o período posterior no reino. Em relação à estrutura lusitana, “o tráfico ultramarino, as manufaturas, as construções urbanas, as academias, o esplendor artístico do barroco joanino referenciam um reinado longo e

¹² BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 116.

próspero”¹³, que marca seu declínio com a morte do monarca, que ficaria conhecido como *O Magnânimo*.

A partir de 1750, com o governo de D. José I, marcado pela influência direta do Ministro Sebastião José Sebastião de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal, algumas das reformas há tempos vistas como necessárias ao bom andamento do Império passaram a ser atendidas.

As preocupações de Pombal também refletiam as de uma das gerações de funcionários públicos e diplomatas portugueses que haviam meditado muito sobre a organização imperial e as técnicas mercantilistas que acreditavam houvessem ocasionado o poder e a riqueza surpreendentes e crescentes da França e da Grã-Bretanha e fundamentaram dois aspectos distintos, mas inter-relacionados, do ambiente intelectual em Portugal do século XVIII. Primeiro, havia uma base imediata de debates intensos sobre questões fundamentais ligadas à filosofia e à educação. Segundo, havia uma linha de pensamento sobre vários aspectos da economia política de Portugal e do velho enigma que havia sido apresentado aos governantes de Portugal desde o século XIV, com um dilema particularmente cruel: a necessidade de proteger seus interesses nacionais ante desafios militares vindos de inimigos baseados em terra, mas ao mesmo tempo, sempre enfrentando a necessidade de conter os desafios comerciais de aliados marítimos, cujo apoio raramente chegava livre de custos.¹⁴

O grande terremoto ocorrido em 01 de novembro de 1755 deixou a capital Lisboa praticamente destruída. O cismo, seguido de um maremoto e múltiplos incêndios, matou milhares de pessoas. Os efeitos materiais e subjetivos após o terremoto podem pontuar aquele como um momento tão profundo na memória dos lisboetas que causou danos profundos na memória e organização social do Reino. Após a destruição da capital, era necessário reconstruir o país, em todos os sentidos. Sebastião José de Mello e Carvalho, o futuro Marquês de Pombal, foi nomeado o ministro que reorganizaria administrativamente o reino, indo, porém, muito além disso. Como ministro do rei, Pombal executou uma política de centralização de poder nas mãos do monarca, realizou diversas reformas administrativas, cercando-se daqueles em quem confiava, entre eles, o religioso Frei Manuel do Cenáculo.

¹³ Idem. p. 120.

¹⁴ MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 10.

As reformas empreendidas marcaram o século XVIII no reino português, tanto na política e educação, quanto na economia. As medidas adotadas pela administração pombalina, muitas vezes controversas, projetaram diferentes caminhos ao Império Português, deixando D. José conhecido como *O Reformador* até o fim de seu reinado em 1777.¹⁵

O período seguinte, no qual o reino passou às mãos da rainha D. Maria I, foi demarcado, em um determinado momento da memória do reino, como rompimento total com as reformas do período josefino, o que, como veremos também mais à frente, não é de todo verdade. Como era de seu agrado, assim que assumiu o trono, D. Maria destituiu Pombal de seu cargo de ministro e cercou-se de alguns sujeitos que tinham sido instituídos por suas inimizades com o Marquês. A verdade é que, muito religiosa, a rainha reaproximou a Igreja dos assuntos do Estado, ao contrário do período anterior, ficando inclusive conhecida pela construção da imponente Basílica da Estrela. A retomada de prestígio de famílias que haviam sido afastadas do poder durante o reinado de D. José I, principalmente os Távara¹⁶, também deu margem para que um comparativo de grande ruptura fosse estabelecido entre os dois períodos. Outros aspectos administrativos tiveram continuidade clara no plano de governo mariano, como as políticas letradas que originaram o projeto da própria Real Biblioteca, da qual nos referimos na pesquisa. A administração de D. João VI trará continuidade ao trabalho de sua mãe, assim como suas características próprias, destacando a importante função de outro letrado que assumirá o papel de ministro do rei, D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A tentativa historiográfica de se marcar a história de Portugal no século XVIII e blocos temporais “joanino”, “josefino” (ou “pombalino”) e “mariano”, seguindo a tendência de uma história cronológica política tradicional¹⁷, dá ênfase às rupturas, atenuando as continuidades percebidas no plano do Império Lusitano. Desse modo, ao nos atermos nesta pesquisa a esses termos ou demarcações o faremos com o intuito de guiar o leitor na

¹⁵ FONSECA, Thais Nívia de Lima e (org.). **As Reformas Pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. Introdução.

¹⁶ SCHWARCZ. **A Longa Viagem...** Cap. 5.

¹⁷ FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, JOSÉ. **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 154.

temporalidade referida, considerando essas continuidades, visto que a fonte analisada relaciona-se quase como decorrência de todo esse processo cultural do século XVIII e Portugal.

Então, para um real entendimento do contexto de formação de Manuel do Cenáculo e de António Ribeiro dos Santos, foi necessário tecer reflexões a respeito da formação de Portugal nos setecentos, a ação de Pombal junto às reformas políticas e educacionais, e a formação de um pensamento ilustrado no reino português, ainda que não fosse exatamente esse recorte temporal no qual se encaixassem as fontes utilizadas, de 1795 a 1797. Foi necessário, também, que compreendêssemos o significado de uma biblioteca pública em meio ao contexto analisado.

A verdade é que, não só a Livraria Real, como as bibliotecas de academias, conventos e ordens religiosas, tiveram grande crescimento ao longo do século XVIII. Durante seu reinado, D. João V, além de ordenar suntuosas construções, como o Convento de Mafra e o Aqueduto das Águas Livres, incentivou o desenvolvimento da Universidade de Coimbra e a criação de diversas academias em Lisboa, entre elas, a academia Real de História¹⁸. O crescimento das academias, assim como as aquisições na Livraria Real, eram práticas culturais que embutiam prestígio à figura do soberano e, ainda, respondiam ao investimento na resolução de questões de estudos

¹⁸ “Foi fundada em Lisboa, por decreto de D. João V, de 8 de dezembro de 1720, sendo inspirada a fundação por D. Manuel Caetano de Sousa. Estabeleceu-se numa das salas do palácio dos duques de Bragança. Os estatutos foram confirmados por decreto de 4 de janeiro de 1721, e neles se ordenava que houvesse cinquenta académicos de número, os quais se encarregavam de escrever a História eclesiástica, militar e civil do país. A divisa da *Academia Real de História Portuguesa* era a frase latina *Restituet omnia*. As publicações deste instituto eram isentas de qualquer censura que não fosse a dos seus quatro censores privativos.

Em 1736, começou esta academia em decadência, até que terminou de todo. Entre os seus sócios contavam-se muitos homens notáveis: D. Manuel Caetano de Sousa, os marqueses de Abrantes, de Alegrete, de Fronteira, de Valença, o conde da Ericeira, D. António Caetano de Sousa, Manuel Teles da Silva, Diogo Barbosa Machado, Alexandre Ferreira, Jerónimo Contador Argote, Raphael Bluteau, Padre António dos Reis, etc.

Esta academia deixou uma coleção de 15 volumes (1721-1736) de memórias e documentos, e muitas outras dos seus sócios, entre as quais a *História de Malta*, por frei Lucas de Santa Catarina; *Memórias de D. Sebastião*, por Diogo Barbosa Machado; *História dos Templários*, por Alexandre Ferreira; *História cronológica da casa real*, por D. António Caetano de Sousa, as obras de Bluteau, etc.” DICIONÁRIO HISTÓRICO DE PORTUGAL. A Academia Real da História Portuguesa. Disponível em: http://www.arqnet.pt/dicionario/academia_historia.html. Acessado em 10/01/2015.

geográficos e cartográficos, cruciais ao desenvolvimento de todo o reino e suas colônias.

Durante a Reforma Pombalina, os livros, escritos eruditos e todos os meios pelos quais se circulava o conhecimento, eram regulamentados pela *Real Mesa Censória* portuguesa. Conhecedor e admirador do iluminismo, o marquês sabia do poder e dos “perigos” que as leituras e os livros podem exercer. Dessa forma, aliando sua clara vontade de fortalecimento do Estado absoluto e diminuição do poderio da Igreja, a *Real Mesa* passou a funcionar como órgão regulamentador de livros e escritos.

Criada a partir de Decreto de 5 de abril de 1768, a *Real Mesa Censória* expressava a intenção da laicização da censura no estado português, tirando o domínio de Roma e trazendo-o ao Reino. Pombal percebeu a necessidade da reformulação do catálogo de obras proibidas pela Inquisição, instituição que estava preocupada com as heresias. A censura deveria focar-se não apenas nos conceitos religiosos, mas nas ideias subversivas do avanço racionalista, que desafiavam a moral e ordem política. As atribuições do órgão, para além da censura preventiva, estendiam-se à fiscalização das alfândegas, inspeção de livrarias públicas e particulares, de mercadores, livreiros e impressores, e das licenças para ler ou possuir os chamados livros defesos. Em 1787, o Decreto assinado por D. Maria I transformou o órgão na *Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros*.¹⁹

Como erudito de seu tempo, Cenáculo se envolveu nas mais diversas atividades letradas, seja como historiador, filósofo, humanista, arqueólogo e, como é citado em vários estudos, bibliófilo. Acrescentam-se, ainda, os cargos de deputado e presidente desta Mesa. Cenáculo era grande comprador de livros, tendo reunido diversos tomos em sua biblioteca. O exercício de censor só fez com que adicionasse seu contato com todos os tipos de obras, proibidas ou não, aumentando não só suas listagens como seus interesses em diversas áreas da erudição.²⁰ É importante ressaltar que

¹⁹ CARDOSO, António M. de Barros. O Cardeal Saraiva e os livros interditos. **Revista da Faculdade de Letras** : História, 14. Porto : Universidade do Porto, 1997.

²⁰ “Como conseguiu Cenáculo reunir tantos livros? Em primeiro lugar, como Presidente da Real Mesa Censória, participou activamente na transferência dos fundos bibliográficos das Casas dos Jesuítas para a biblioteca da Mesa. A sua participação está comprovada na

os membros da Real Mesa Censória tinham seus atos de censura definidos para muito além da proibição. Sua ação refletia as relações de interesses na publicação de obras, das políticas de valorização e poderio intelectual. Segundo Tavares:

A censura é um diálogo que por vezes se assemelha a um jogo de xadrez: a presciência do censor a respeito das leituras possíveis do texto chega ao ponto de incluir ainda a previsão das possíveis apropriações do texto por parte dos leitores, e a antecipação política das possíveis utilizações retóricas da passagem citada por parte dos leitores.²¹

Cabia aos censores não só a aprovação, mas as devidas modificações que adequariam a obra aos valores do Estado, para que houvesse a apropriação compatível por parte dos leitores. O reconhecimento de obras que acordassem com os ideais de leituras da Ilustração portuguesa e que contemplassem os debates intelectuais do período, regulamentava que tipo de conhecimento deveria, ou poderia, circular entre os súditos como maneira de controle. Sendo assim, a censura era uma prática política.

O bispo mantinha uma preocupação primordial com a educação e não foi só fundador de várias bibliotecas públicas, em Beja e em Évora, como também fez doações importantes a outras tantas²², assim como manteve correspondência e troca de obras com diversas figuras da Europa da sua época. A doação como estímulo à erudição era prática comum entre

historiografia e mesmo no testemunho dos contemporâneos, que registram a decisão de recolher na Mesa Censória os livros das antigas livrarias das Casas da Companhia de Jesus. Por exemplo, os livros que se encontravam na Universidade de Évora, Colégio do Espírito Santo, como testemunha Bento Farinha, foram inventariados e enviados para a Mesa em 1775. Com estes fundos não é de admirar como se aponta no decreto de D. José I de 2 de Outubro de 1775, que a Biblioteca da Mesa Censória tivesse 60.000 volumes. Outros meios importantes foram a compra de exemplares e a oferta de milhares de obras. Na verdade encontramos na correspondência referência a diversas obras mencionadas neste catálogo. Os livros são uma constante na correspondência que lhe é dirigida, até porque alguns dos correspondentes são livreiros ou seus agentes, que lhe apresentam as suas ofertas. Mas além desses, poucos são os que não falam de livros.”(VAZ, Francisco Antonio Lourenço. **A Fundação da Biblioteca Pública de Évora**. Disponível em : http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/FVaz.pdf. (Acessado em: 10/05/2013)

²¹ TAVARES, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. **Estudos Avançados**. V. 13. N. 37. São Paulo: USP, 1999. p. 141.

²² DOMINGOS, Manuela D.(orgs.). **Casa dos Livros de Beja**: doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte. 2ªed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2006. p. 11 – 23.

intelectuais da época, seguindo a tradição da propagação das ideias, vindas do Iluminismo francês.²³

Os diálogos mantidos por Cenáculo, para a doação à Real Biblioteca, foi dirigido a outra figura da Reforma, o desembargador e bibliotecário-mor António Ribeiro dos Santos. Nascido em 1745, estudou humanidades no Brasil e direito na Universidade de Coimbra, onde, também, exerceu o magistério. Era membro da Academia das Ciências de Lisboa, cronista da Casa de Bragança e, assim como o Beja, censor régio. Dedicou-se a historiografia, linguística, literatura e direito.²⁴

António Ribeiro organizou a biblioteca da Universidade de Coimbra. Em plena Reforma Pombalina, redigiu documentos sobre parâmetros para bibliotecas, como criação de catálogos, atualização de coleções e regimento interno, além disso, defendeu sua maior abertura ao público. Em 1796, foi nomeado diretor da Real Biblioteca Pública da Corte, sob o reinado de Maria I. Sua troca de correspondência com D. Frei Manuel do Cenáculo diz respeito a uma doação para a respectiva biblioteca, acontecimento central desta pesquisa e gerador das fontes analisadas.

Sendo assim, esta pesquisa foi estruturada de forma a trazer compreensão dos objetivos alcançados com a análise dos discursos produzidos por esses sujeitos, assim como também da representatividade de suas figuras no contexto analisado. Destarte, o primeiro capítulo foi construído sobre esta argumentação, entender a ideia de um período iluminista no século XVIII, as ideias constituídas. De que forma a ilustração foi manifestada em terras portuguesas, dentro de suas peculiaridades políticas e culturais. E também, sendo o discurso objeto desta pesquisa construído por sujeitos que ocupavam um lugar social demarcado, a figuras dos homens de letras é tomada para melhor compreensão da ação desses pensadores junto à política de reforma.

²³ “Pois cabe mencionar que no século XVIII a ideia da propriedade literária vai contra todo um discurso do Iluminismo que recusa a apropriação privada das ideias. Toda a ideologia iluminista, segundo Condorcet ou Sieyes por exemplo, consiste em afirmar que não se pode estabelecer uma propriedade literária, porque as ideias devem ser compartilhadas para o progresso da humanidade, e não há uma razão para que um indivíduo particular seja o proprietário de uma obra em que haja ideias úteis para todos.” (CHARTIER, 2001. p. 53)

²⁴ CUNHA, Paulo Ferreira da. António Ribeiro dos Santos e o Direito nas Poesias de Elpino Duriense. In: VÁRIOS. **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Vol 2.

O segundo capítulo traz uma análise das correspondências trocadas, buscando problematizar os sentidos dados à biblioteca, aos livros e à atividade de mecenas de Cenáculo, assim como o entendimento das atuações desses ilustrados, agora não mais junto ao ministro Pombal, mas ao governo de D. Maria, além das práticas de sociabilidade estabelecidas através da escrita epistolar.

No terceiro capítulo, o rol de livros doados é trazido à análise, enquanto as divisões de conhecimento estabelecidas para pautar os livros doados. Buscamos o entendimento de quais áreas do conhecimento Cenáculo acreditava serem essenciais à formação da biblioteca do reino, relacionando as leituras do século XVIII e as reformas educacionais em Portugal.

A proposta de um estudo de caso específico, a respeito das trocas de livros e correspondências de Manuel do Cenáculo, pode trazer contribuições significativas para história das bibliotecas e do livro em Portugal. Em um momento em que o conhecimento tinha alto valor e que a palavra impressa representava materialmente esse conhecimento, a importância das bibliotecas e, logo, daqueles que trabalharam por sua formação, faz com que essas relações e suas respectivas representações naquele contexto tenham se mostrado como rico objeto de pesquisa.

1. ILUMINISMO E HOMENS DE LETRAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

*Visite o século XVIII e você voltará com a cabeça rodando, pois ele é incessantemente surpreendente, inesgotavelmente interessante, irresistivelmente estranho.*²⁵

A afirmação feita por Robert Darton traduz a complexidade e a curiosidade que os estudos do período setecentista podem despertar naqueles que decidem se aventurar pelas infindáveis e diversificadas fontes referentes àquele momento. Definir conceitualmente Iluminismo é um desafio sobre o qual diversos historiadores em diferentes momentos decidiram debruçar seu interesse. Esse não é o desafio desta pesquisa, entretanto, existem várias observações que devemos considerar para melhor entendimento de tempo e espaço ao qual aqui nos referimos.

Fato é que o Iluminismo ecoa em nossa sociedade como introdução ao mundo contemporâneo, matriz do pensamento liberal, da crença na razão, no cientificismo e na tecnologia, precursor dos ideais de progresso, modernidade e de Estado. A verdade é que não só em Portugal, mas em sua essência, os avanços do século XVIII, podem ser vistos como complexo resultado e também continuação dos avanços feitos em séculos anteriores:

Portanto, o Iluminismo [...] era a esquina em que as nações da Europa viraram da Idade Média para os tempos “modernos”, marcando a passagem de um tipo de pensamento sobrenaturalista-mítico-autoritário, para um tipo naturalístico-científico-individualista. Segundo esta interpretação, o Iluminismo representou o maior impulso do século XVIII. Podemos notar, no entanto, como resulta claramente das investigações modernas, que o próprio Iluminismo é um alvo móvel, subitamente diferente em vários países e em fases anteriores e posteriores; [...]²⁶

O conceito surgiu ainda no século XVIII, *Aufklärung*, cunhado por filósofos alemães, definiu a filosofia dominante no ocidente europeu²⁷.

²⁵ DARTON, Robert. **Os Dentes Falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 9.

²⁶ BAUMER, Frankilin L. **O Pensamento Europeu Moderno**. V.1. Séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 164.

²⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

Assim como o termo germânico, os vocábulos “ilustração” e “luzes” também foram tomados pelos filósofos na península Ibérica, e ainda na Inglaterra e Escócia (*to enlighten*) e no idioma italiano (*Lumi*)²⁸. Assim como “República das Letras” já era empregado pelos homens do iluminismo.

Primeiramente, devemos levar em consideração de que forma o continente europeu estava organizado, ponderando um contexto ocidental em que a maioria da população encontrava-se longe dos grandes centros. Para Koselleck a gênese do Iluminismo encontra-se no problema político do Absolutismo, “O Estado, tal como era, exigia uma resposta, tal como seria encontrada”²⁹. Seja nos despotismos esclarecidos, seja no culminante da Revolução. Os reinos europeus entre fins do século XVII e início do século XVIII, anunciavam o surgimento do Estado moderno, a centralização do poder político, as alianças e tratados, a política econômica mercantilista, demarcando as administrações de reinados que procuraram estabelecer suas fronteiras geográficas e domínios territoriais. Em fins do século XVII e início do XVIII, a França também servia aos moldes monárquicos que permeavam toda a Europa em diversos reinos, e que encontrava na figura do rei Luís XIV, e em sua corte, o arquétipo do monarca absolutista. Adentrou os setecentos como potência política e letrada preponderante. “As razões desta hegemonia francesa são claras. Sendo o país mais poderoso, populoso e culto da Europa, a França era uma nação em fermento, descontente com seu *Ancien Régime*”³⁰. Contudo, o cenário francês está intimamente ligado ao contexto inglês. O próprio Voltaire reconhece na Inglaterra um modelo a ser seguido, baseado nas ideias de maior liberdade política e religiosa. A ciência experimental e a filosofia, assim como a valorização da arte nacional inspiraram o filósofo francês.

Paris e Viena eram incontestavelmente as grandes cortes de estados poderosos. Havia ainda outras, em parte de origem mais antiga. Em Londres residia o rei que reunia as coroas da Inglaterra, da Irlanda e da Escócia. Desde 1714 – após a extinção da dinastia protestante dos Stuarts – que a casa alemã de Hannover, estava no

²⁸ FALCON, Francisco Jose Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986. p. 14.

²⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução: Luciana Villas Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999. p. 11.

³⁰ BAUMER. **O Pensamento Europeu** ... p. 180.

Poder. E a metrópole comercial adquiriu maior importância e interesse que o palácio real de St. James.³¹

Se o cenário inglês tomou rumos voltados ao liberalismo econômico e a uma política de fortalecimento interno, as peculiaridades políticas ligadas ao Parlamento alimentavam filósofos nacionais que viriam a inspirar pensadores para além da Grã-Bretanha.

A unidade do Estado moderno, porém, não era realidade de todas as localidades do Velho Continente. Na Alemanha e na Itália, a pluralidade dos principados diferenciava os dos grandes impérios como a Prússia e o próprio Império Britânico.³² Na região da Itália, as universidades mantiveram sua importância em relação às reformas do pensamento e às artes, mas na Alemanha a filosofia iluminista tomava grandes proporções – que só seriam mais tardiamente reconhecidas frente à hegemonia francesa – no individualismo de Kant e de outros filósofos.³³

Os regimes absolutistas, as políticas mercantis, a estrutura rígida da sociedade do Antigo Regime e dos dogmas religioso passam a ser questionados em alguns reinos.

Ao mesmo tempo, na França, tanto quanto na Áustria, na Espanha e em Portugal, nos anos 50 do século XVIII, debatia-se a necessidade de reformular o regime. E nesta problemática se encerra a questão essencial da importância das reformas de estado nos regimes absolutistas europeus de meados do século XVIII, realizados na Áustria e em Portugal e que não teriam sido conseguidas em França, acelerando-se aí os antecedentes e as motivações da Revolução Francesa.³⁴

O reino de Portugal há pouco (1640) havia conseguido sua independência do reino Espanhol e inaugurava nos setecentos a dinastia dos Bragança. Os reinos ibéricos, para além da situação interna, teriam ainda que se ocupar da maneira como o racionalismo das luzes chegava aos seus súditos nas colônias.

³¹ ULRICH, Im Holf. **A Europa no Século das Luzes**. Tradução: Maria Antónia Amarante. Lisboa: Editorial Presença, 1995. p. 20.

³² Idem.

³³ BAUMER. **O Pensamento Europeu ...**

³⁴ BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 161.

Dorinda Outram, ao fazer a leitura de algumas obras de arte do século XVIII traz significados às representações feitas dos “mundos” além-mar para os europeus. Ao mesmo tempo em que representavam todo encanto pela natureza exótica dos animais, plantas da Ásia, América e mesmo do homem negro africano, as artes representam o homem branco europeu como detentor do conhecimento e da civilidade necessária aos outros continentes.

*This fluidity of attributes reflected the complex history and meaning of the trope of the Four Continents. For the eighteenth century, enthusiasm for representations of them could be seen as a reference to the global world that had recently emerged. Nonetheless, the Four Continents remained obstinately separate from each other. They did not flow together, as the global system did, but kept their own insistently visible symbolic character*³⁵.

Dessa forma, parte das reformas educacionais se voltou a produzir conhecimento a respeito das colônias e de como as fazer mais lucrativas e valiosas para metrópole, porém, não quebrando com a hegemonia da civilidade europeia. No entanto, devemos considerar uma população para além-mar que também viria a ter contato com as produções filosóficas e políticas do Velho Continente. Uma elite letrada, que recebeu as ideias conjugadas no período nas colônias, da América hispânica e portuguesa, onde alguns dos conceitos de progresso vieram acompanhados de revoltas contra a ordem vigente, como no caso da Inconfidência Mineira, no Brasil, e a Independência do Estados Unidos da América Inglesa

Mesmo considerando todo conceito da ilustração e da questão cosmopolita com a qual se relaciona diretamente, a maior parte dos sujeitos encontrava-se longe dos grandes centros:

O mundo em 1789 era essencialmente rural e é impossível entendê-lo sem assimilar este fato fundamental. Em países como a Rússia, a Escandinávia ou os Bálcãs, onde a cidade jamais se desenvolvera de forma acentuada, cerca de 90 a 97% da população era rural. Mesmo em áreas com uma forte tradição urbana, ainda que

³⁵ Esta fluidez de atributos refletiu a complexa história e significado da metáfora dos quatro continentes. Para o século XVIII, o entusiasmo para representações deles poderia ser visto como uma referência para o mundo global que tinha surgido recentemente. No entanto, os quatro continentes permaneceram teimosamente separados um do outro. Eles não correm juntos, como o sistema mundial faria, mas manteve o seu próprio caráter simbólico insistentemente visível. (Tradução própria) OUTRAM, Dorinda. **Panorama of the Enlightenment**. London: Thames & HudsonLtd., 2006. p. 143

decadente, a porcentagem rural ou agrícola era extraordinariamente alta: 85% na Lombardia, 72-80% na Venécia, mais de 90% na Calábria e na Lucânia, segundo dados disponíveis. De fato, fora algumas áreas comerciais e industriais bastante desenvolvidas, seria muito difícil encontrar um grande Estado europeu no qual ao menos quatro de cada cinco habitantes não fossem camponeses. E até mesmo na própria Inglaterra, a população urbana só veio a ultrapassar a população rural pela primeira vez em 1851.³⁶

Hobsbawm, porém, explica que, apesar de pouquíssimas cidades com população expressiva – geralmente apenas as sedes dos reinos, como Londres, Petersburgo, Lisboa e a grande Roma – as várias cidades provincianas também agregavam atividades urbanas ladeadas pela realidade camponesa. Isso não significa que as letras e o conhecimento não percorriam essas áreas, pois delas se originaram muitos filósofos. Temos como exemplo o próprio contexto em que fr. Manuel do Cenáculo permaneceu, em Beja, onde não deixou de exercer suas atividades letradas.

Delimitado pela temporalidade clássica, o século XVIII é demarcado por alguns historiadores em diversos recortes temporais em relação aos diferentes estágios do Iluminismo. Iniciado pelo fenômeno da racionalização e do progresso com a revolução científica do século XVII e da crise do Antigo Regime, o século XVIII veria resultado das contestações geridas ainda no século XVII:

*After 1650, a general process of rationalization and secularization set in which rapidly overthrew theology's age-old hegemon in the world of study, slowly but surely eradicated magic and belief in the supernatural from Europe's intellectual culture, and led a few open to challenge everything inherited from the past-not just commonly received assumption about mankind, society, politics, and the cosmos but, also veracity of the Bible and the Christian faith or indeed any faith. Of course, most people at all levels of society were profoundly disquieted by such sweeping intellectual and cultural change and frightened by the upsurge of radical thinking.*³⁷

³⁶ HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. 1789-1848. Tradução: Antonio Cartaxo. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p. 22.

³⁷ Depois de 1650, um processo geral de racionalização e secularização definiriam a ligeira queda da hegemonia milenar da teologia no mundo do trabalho, a lenta mas, seguramente, erradicação da magia e a crença no sobrenatural da cultura intelectual da Europa, e levou impugnar heranças do passado, não apenas comumente recebidas como suposição sobre a humanidade, a sociedade, a política e do cosmos mas, também como veracidade da Bíblia e da fé cristã ou mesmo qualquer fé. Claro, a maioria das pessoas em todos os níveis da sociedade foi profundamente inquietada por tal mudança intelectual e cultural, varridas e assustadas com a onda de pensamento radical. (Tradução própria) ISRAEL, Jonathan I. **Radical Enlightenment: philosophy and the making of Modernity 1650 – 1750**. England: Oxford Press, 2001. p. 4.

Por fim, o período mencionado é demarcado pela Revolução Francesa, que provoca debates como marco do fim e desilusão do movimento ilustrado. Mas também é entendida como maior efeito real do projeto iluminista³⁸ e que, mesmo cercada de tantas controvérsias, foi definidora de ideias que permeariam os séculos seguintes. Segundo Baumer:

Simplesmente não é possível imaginar a história moderna sem a ideia de igualdade e fraternidade que, a partir da Revolução Francesa, estimulou todas as pessoas – liberais, nacionalistas e socialistas, negros e brancos – a toda espécie de acção.³⁹

Considerando, todavia, os paradoxos que definem o entendimento de tais conceitos, e os debates que se estendem por diversas obras, a complexidade do Iluminismo enquanto conjunto de ideias e conceitos filosóficos será aqui brevemente colocada para que possamos nos ater a aspectos práticos que definiram o contexto em que se encontravam os sujeitos desta pesquisa. Seguiremos no esforço de trazer à compreensão um dos mais importantes aspectos da sociedade do século XVIII, a cultura escrita.

1.1 SÉCULO XVIII E CULTURA ESCRITA

O século XVIII exprime as mudanças na forma como o homem e a sociedade viriam a ser entendidos. A relação com os livros, a ciência, o conhecimento, a imprensa, a opinião pública, a postura assumida pela Igreja, pelos soberanos, as reformas pedagógicas, as ideologias levantadas, enfim, mudanças desencadeadas de diferentes maneiras em diversos âmbitos da sociedade setecentistas que se estabeleceram como as “luzes do século” e que reverberaram para muito além das fronteiras do Reino da França, e de diferentes maneiras.

O século XVIII europeu assistiu a mais intensa transformação mental e social da época moderna. Impregnados por um sentimento de

³⁸ FALCON. **Iluminismo...** p. 20-24.

³⁹ BAUMER. **O Pensamento europeu...** p. 24.

inovação que se projetava sobre todas as ordens de coisas estabelecidas, os ideólogos e literatos setecentistas manifestaram um “humanismo renovado”, no qual o espírito humano aparecia como principal e quase único ator histórico. Nesse sentido, submeteram ao livre-exame todas as instâncias da vida – a religião, a política, a filosofia, o homem e a sociedade, a natureza moral e material – estabelecendo as novas fronteiras do conhecimento, agora subordinado ao império da *razão*.⁴⁰

As práticas de escrita e leitura foram essenciais para a circulação dessas ideias no século XVIII. Para além de um mercado de editoração já bem estabelecido – seja para aqueles aos quais foi concedido o direito de publicação e impressão ou aqueles que utilizavam estratégias para burlar as proibições – não só nos livros essa importância ficou clara. Muitas formas de sociabilidade foram delineadas pelo espírito da leitura daquela época:

O elemento caracterizador do homem de letras no século XVIII é, muito mais do que a qualidade do autor que vive da sua pena, a participação, como escreve Marmontel, na “sociedade dos letrados”. Esta última concretiza-se, substancialmente, nas companhias escolhidas que compartilham os prazeres do encontro, da conversa, do salão e da mesa.⁴¹

Os salões literários, práticas de sociabilidade já advindas do século XVII, têm papel crucial na circulação de ideias dos setecentos francêss. Esse espaço representa a expansão das reuniões onde letrados assentavam suas ideias através de discussões e conversas. Nesse momento, o retiro e o afastamento da capital são incompatíveis com a noção de República das Letras, e Paris, é a capital que a Europa inteira invejaria⁴².

Porém, engana-se quem imagina que em terras lusitanas não houvesse espaços como os famosos *salons* literários franceses, ou sua versão portuguesa – principalmente, lisboeta⁴³:

⁴⁰SILVA, Ana Rosa Clocet da. **Inventando a Nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750 – 1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006. p. 29.

⁴¹CHARTIER, Roger. O Homem de Letras. In: VOVELLE, Michel. **O Homem do Iluminismo**. Lisboa: Editora Presença, 1997b. p. 128.

⁴²Idem. p. 129.

⁴³CABRITA, Lúcia Maria Sánchez Coelho da Silva. **A representação da mulher no pensamento dos filósofos iluministas portugueses**. Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Dr.^a Vanda Anastácio. Mestrado em Estudos Românicos – Cultura Portuguesa. Lisboa: Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, 2010.

Com efeito, na segunda metade do século XVIII, assistiu-se nesta cidade, à difusão de uma forma de sociabilidade de um novo tipo, que diferia dos hábitos vigentes até então pelo facto de permitir o convívio de homens e mulheres, uma prática quase inexistente nos anos anteriores ao terremoto de 1755. Os contemporâneos chamaram “assembleias” a esta nova forma de reunião, que tornou possível que um número significativo de mulheres instruídas difundisse seus escritos e suas ideias de modo *discreto* entre os intelectuais seus contemporâneos. Organizadas por elementos da aristocracia e da alta burguesia, as assembleias tinham lugar em casas particulares e eram presididas pela dona da casa (acompanhada por seu marido). Tinham periodicidade regular (uma ou mais vezes por semana) e incluíam, para além da recitação, do improviso poético e da leitura de textos em voz alta, a execução musical, o canto e a dança.

Sublinha-se que apesar de sua aparente informalidade, a assembleia só era acessível a um número restrito de participantes, admitidos ao convívio através de alguém que fosse já frequentador de um determinado grupo. Deste modo, ainda que seja possível delimitar redes de relações afectas a determinadas casas, é frequente depara com indivíduos que circulavam por diversos grupos.⁴⁴

Para além da questão do feminino, que não cabe a nossa análise, queremos sublinhar a questão das sociabilidades inauguradas no século XVIII que estavam diretamente ligadas às práticas de leitura e às práticas do debate, da crítica essencial à mentalidade de formação da sociedade letrada do Antigo Regime. Envolvidos em lógicas próprias, a busca pelo convívio com os pares e com o que seria a constituição de um público leitor.

As Academias do século XVIII são claramente um exemplo de como agremiações de sujeitos de letras e ciências foram decisivas em algumas formas de sociabilidades. Reunir-se para julgar ou discutir um determinado assunto, tornou-se essencial para a construção do conhecimento moderno. Logo, inspiradas pelas academias estrangeiras e pelo espírito científico, a Real Academia das Ciências de Lisboa, foi criada em 1779. Precedida pela Academia dos Generosos, Academia Portuguesa, Academia Real da História Portuguesa⁴⁵, A Academia de Ciências foi ao encontro dos

⁴⁴ Poesia e Sociabilidade: Bocage, a Marquesa de Alorna e a Viscondessa de Balsemão. In: NEUMANN, Martin (coord.), **Zwischen allen Stühlen**: Manuel Maria Barbosa du Bocage. Bonn: Verlag, 2006, p. 21-34. Tradução da autora disponível em: http://www.vanda-anastacio.at/articles/1_ALCIPE_BOCAGE_HAMBURG_locked.pdf
Acessado em: 04/04/2015.

⁴⁵ JANEIRA, Ana Luísa. A ciência nas academias portuguesas (século XVIII). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**. V.5. Rio de Janeiro, 1991. pp. 15-21.

ideais de observação e cientificismo da segunda metade do setecentos em Portugal.

As Academias passaram a dar significado e a sociabilizar as ideias de mudança em Portugal, ideias que chegariam às políticas administrativas do governo de D. José I e do seu Ministro, Pombal. A reforma foi constituída com base no ideal de secularização da sociedade, e maior controle régio sobre as instituições, considerando uma restauração do ensino das ciências e “artes liberaes” em contraposição a ignorância e atraso dos inicianos⁴⁶.

No fim das contas, o que a Reforma acabou por fazer foi abrir, tardia, mas oficialmente, as portas da Universidade de Coimbra para que aí pudessem penetrar com mais facilidade as luzes das ciências experimentais, sob pena de tornar irrecuperável o atraso acumulado por anos de isolamento forçado e obstrução estatutária.⁴⁷

O compartilhamento de obras e ensaios, entre sujeitos foi estabelecido através dessas práticas, além de espaços de ensino das academias, associações, sociedades que mais do que agremiar os sujeitos, passaram a publicar suas revistas, sem deixar de lado, claro, os panfletos, forma de circulação de muitas das ideias subversivas.

O Terremoto de 1755 exigiu da administração de Pombal não apenas uma reforma arquitetônica urbana na cidade de Lisboa, mas encontrou a ocasião perfeita para efetivar suas reformas políticas, culturais e pedagógicas, baseadas em algumas ideias ilustradas correntes, dando origem à Reforma Pombalina. As marcas da centralização do poder monárquico permitiram que se tomassem medidas como o fim da escravidão em Portugal (mas não no Brasil), e permissão aos indianos cristãos o mesmo status de portugueses⁴⁸. Em alvará de 1754, eram concedidos privilégios àqueles que na América casassem com índios naturais da colônia, no ano seguinte, outro documento extinguiu a escravidão indígena e abolia o poder dos religiosos sobre os índios que administravam. E, em 1758, um novo

⁴⁶ CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência e memória: aspectos da reforma da universidade de Coimbra de 1772. **Revista de História Regional**. N. 14. Vol. 1 Verão 2009. Ponta Grossa: UEPG, 2009. p.7-48.

⁴⁷ Idem p. 18.

⁴⁸ TAVARES, Rui. **O pequeno livro do Grande Terramoto**: ensaio sobre 1755. Lisboa: Tinta da China, 2005. p. 48.

alvará garantia a possibilidade de indígenas exercerem funções públicas, essas medidas, contudo, não se alongavam aos escravos africanos.⁴⁹ A abolição da distinção entre cristãos novos – judeus convertidos – e cristãos velhos, minou um dos grandes privilégios do Santo Ofício, ao proibir, com a Carta de Lei de 15 de Dezembro de 1774, o confisco arbitrário de bens, por parte da Inquisição, desses sujeitos.

Em 1759 o Alvará Régio de expulsão da Companhia de Jesus do Império português iniciou o processo de tomada do controle da educação pelo Estado. A instrução primeira – ler, escrever, contar e o catecismo – passava a ser de responsabilidade da Coroa através das aulas régias, assim como o ensino secundário e as carreiras eclesiásticas⁵⁰. Podemos relacionar a preocupação com políticas educacionais e organização do ensino público em diversos níveis, que ampliaram as dimensões da cultura escrita no reino.

As reformas pedagógicas tomavam o essencial espírito das Luzes frente ao controle jesuítico sobre o sistema educacional do reino desde o século XVI. O ápice desse processo foi a reforma da Universidade de Coimbra. “No projeto de secularização das instituições e de regalismo⁵¹ político desencadeado por Pombal, não havia espaço para a divisão de poderes com a Igreja.”⁵² A inauguração da nova universidade deu-se apenas

⁴⁹ NUNES, Antonietta D’Aguiar. O Marquês de Pombal e suas reformas de ensino. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**. V. 101. Salvador: IHGB, 2006.

⁵⁰ FONSECA, Thais Nívia de Lima e (org.). **As Reformas Pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 7 e 8.

⁵¹ “As tensões entre a Igreja e o Estado, consubstanciadas no confronto entre o poder papal e o poder régio, foram durante séculos, uma constante na Europa, com vicissitudes diferentes para cada um dos poderes, dando origem a doutrinas e práticas regalistas e curialistas. Entende-se por regalismo [...] a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico, decorrentes da alteração de uma prática jurisdicional comumente seguida ou de princípios geralmente aceites, sem que haja uma uniformidade na argumentação que pretende legitimá-lo. [...] O regalismo pombalino caracterizou-se pelo seu caráter doutrinário, decorrente de uma teoria específica de poder, sacralizadora da soberania e identificadora de seu âmbito de jurisdição. Define-se, assim, a plenitude do poder régio face ao poder papal e eclesiástico pela denúncia da ilegitimidade da jurisdição temporal de ambos e, ao mesmo tempo, apoia-se a reforma da Igreja, como coadjuvante no processo de tornar efectiva essa mesma jurisdição. O episcopalismo e o conciliarismo, ao descentralizarem o governo da Igreja, enfraqueceram o poder papal e contribuíram para a submissão política das hierarquias eclesiásticas nacionais nas suas temporalidades e, tendencialmente, para além delas. Serviram, pois, de forma indirecta, ao poder régio.” CASTRO, Zília Osório de. Antecedentes do regalismo pombalino. In: VÁRIOS. **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Vol 1 p. 323.

⁵² CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência e memória: aspectos da reforma da universidade de Coimbra de 1772. **Revista de História Regional**. N. 14. Vol. 1 Verão 2009. Ponta Grossa: UEPG, 2009. p.10.

em 1772, mas foi decorrente de um processo iniciado com a formação da Junta de Providência Literária, em 1770. Os componentes seriam responsáveis por analisar as causas de uma possível decadência da universidade e, também, pela formulação dos documentos norteadores da reforma dos ensinos – entre os membros, estava Manuel do Cenáculo. As atividades dessa comissão deram origem, entre outros documentos, ao *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, de 1771. Essa publicação vai ao encontro da credibilidade que Pombal deu à palavra impressa e à circulação das ideias como forma de sustentação política⁵³.

Porém, uma importante forma de circulação de ideias, anotações de obras, e mesmo de obras completas, foram as correspondências. A importância instituída no ato de, para além de apenas a leitura, compartilhar suas impressões através das palavras deveria ser inerente a todo letrado, sinal do fortalecimento de uma sociedade de letras. É na escrita epistolar, enquanto um gênero literário do século XVIII, que podemos situar uma espécie de opinião, ou crítica, a respeito de obras ou ideias. Cercadas por toda uma maneira de escrita e de discursos, as epístolas setecentistas nos revelam o posicionamento em diversos momentos de vários letrados do reino português moderno. Dessa maneira, a correspondência também pode ser abordada para além do meio informativo, como uma forma de literatura e também como um espaço de sociabilidade instituído entre os sujeitos. Um meio de comunicação que se tornava um ponto de encontro de grupos sociais e relações entre indivíduos, determinando algumas relações de poder.⁵⁴

É possível perceber que a cultura escrita no século XVIII perpassava não só pela edificação do conhecimento, através da instituição de espaços do conhecimento escrito, como as Academias, mas também pelas relações de sociabilidade fortalecidas por meio das práticas de escrita e

⁵³ Idem.

⁵⁴ BOUREAU, Alain; CHARTIER, Roger; DAUPHIN, Cécile. **Correspondence**: Models of Letter-Writing from the Middle Ages to the Nineteenth Century. Princeton University Press: Princeton: New Jersey, 1997.

VAZQUEZ, Raquel Bello. A correspondência na segunda metade do século XVIII como espaço de sociabilidade. **Romance Notes**. Vol. 48. N. 1. EUA: University of North Carolina: Department of Romance Languages & Literature, 2007. p. 79 – 90.

leitura, como os salões literários e a trocas de cartas como meio de debate e fortalecimento de laços entre letrados.

De que maneira então, essas práticas eram estabelecidas na sociedade setecentista? De que modo, não só impressos e manuscritos tomaram importância nas instituições que compunham o reino, mas, como todo um “mundo do livro” envolveu sujeitos em torno do conhecimento escrito?

1.2 AS LUZES NO REINO DE PORTUGAL

Conforme se tentou argumentar anteriormente, traduzir os debates feitos há séculos acerca do que foi o Iluminismo para a história é uma tarefa complexa. Localizá-lo em um lugar político e geográfico específico mostra-se, também um desafio na historiografia. Segundo Darnton, a riqueza de produções, de congressos e grupos de estudos a respeito é tamanha, que a diversidade terminou por determinar “iluminismos”, inglês, russo, americano, católico, protestante, radical: “O iluminismo está começando a ser tudo, portanto, a ser nada.”⁵⁵

O próprio conceito de Iluminismo, ainda que tenha surgido no século XVIII, manifesta-se posteriormente ao processo para definir a filosofia que dominou o século. O conceito, na forma de movimento intelectual, foi diversas vezes contestado, dada a pluralidade dos pensadores e dos interesses de suas ideias e escritos. Mesmo que a razão e o progresso tenham sido o pilar fundamental do século das luzes, as divergências entre os pensadores eram diversas⁵⁶. A ideia de uma “República das Letras” unificada por toda a Europa é desfeita e observarmos mais de perto os reinos. Ainda que existisse a ideologia da unidade de um continente superior, as concepções do progresso iluministas foram postas em prática de diferentes maneiras. Enquanto o ideal de razão foi interpretado como uma

⁵⁵ DARNTON, Robert. **Os Dentes Falsos...** p. 18. Nesta obra, o autor afirma tentar trazer, não só ao leitor acadêmico, mas ao público que considera “com um razoável grau de instrução, mas não especialista”, a complexidade e os desafios de entender o século XVIII enquanto “processo do Iluminismo”. Sem deixar teoria e conceitos totalmente de lado, seu texto traz a interessante pluralidade do século das luzes traduzido no caso de pensadores franceses e, no caso dos efeitos do pensamento do século XVIII nos Estados Unidos.)

⁵⁶ FALCON, Francisco José Calazans. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986.

reação contrária à ordem política vigente e a religião e seus dogmas, a realidade em alguns reinos não era tão radical, afastando-se da idealização política e social que culminou na Revolução Francesa.

Num primeiro momento a presença da cultura e a difusão da língua francesas imprimem ao cosmopolitismo ilustrado um selo facilmente reconhecível. Aos poucos, à medida que se examina com mais vagar essa Europa ilustrada, descobre-se uma outra realidade [...]: a Europa constituída de várias ilustrações nacionais, cada uma delas com seus caracteres bem definidos.⁵⁷

Nos reinos da França, Inglaterra, Itália e Alemanha, a prática ilustrada era mais aproximada no sentido de contestação da ordem do Antigo Regime, das políticas econômicas e mesmo de aspectos religiosos. Já Espanha, Portugal, Suécia, Rússia, Polônia e parte do Império Otomano, se apropriaram dos discursos das luzes de progresso e civilização em nome das políticas modernas de Estado.

Ao demarcarmos que os sujeitos proclamadores do discurso Iluminista na Europa eram diretamente ligados às esferas de poder político e econômico dos Estados, torna-se mais evidente a complexidade do “ser” e do “fazer” desses sujeitos. Segundo Silva:

Neste processo, assistiu-se a dois fenômenos simultâneos e correlatos, tendentes à delimitação do perfil do homem ilustrado: a necessária adequação dos sustentáculos básicos da ordem social do Antigo Regime e às novas circunstâncias do século – incorporando-se, em certo sentido e sob determinadas limitações, ao processo de absorção das Luzes e ao próprio encaminhamento das reformas – acompanhado pelos múltiplos traços de continuidades resguardados em relação à velha ordem, dentre os quais se destacava a dependência material dos filósofos – e, portanto, da própria produção intelectual – em relação à proteção do soberano.⁵⁸

Assim, podemos atribuir à prática racionalista desses ilustrados não só as propostas de mudanças e rupturas captadas pela Revolução Francesa – e outros movimentos contestadores políticos atribuídos aos ideais das luzes – como também podemos encontrar nesses mesmos interlocutores ligados ao Antigo Regime as vozes dos movimentos

⁵⁷ FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. 2ªed. São Paulo: Editora Ática, 1993. p.104.

⁵⁸ SILVA. **Inventando a Nação...** p. 32.

Reformistas – mantenedores dos Estados católicos e absolutistas, como na Península Ibérica – como uma proposta de reestruturação e manutenção do poder a partir de novas ideias e práticas.⁵⁹

No entanto, neste trabalho não nos interessa discutir a unidade ou a inexistência de um movimento consonante europeu, mas as peculiaridades do processo da ilustração no cenário em que se insere a pesquisa, o Império Português. Para isso, em alguns momentos podemos estar ressignificando e, em outros, reafirmando comparações com os cenários setecentistas em outros lugares, visto que as leituras utilizadas estarão presentes na análise e considerando que, de certa maneira, os personagens da pesquisa não estavam isolados da troca de influências vindas de outras localidades. Assim, queremos demonstrar que determinados conceitos e sentidos serão pertinentes à leitura das fontes utilizadas, assim como em outros, não serão suficientes para o entendimento de alguns processos e aspectos tratados nos discursos.

Em Portugal, um contexto social e político característico, a Reforma Pombalina, deu um sentido mais prático às “luzes” da época, utilizando dos livros e do conhecimento, seja através do incentivo ou da proibição, em um projeto de desenvolvimento da nação. Para além de reformas administrativas, como o controle do Tesouro nacional e as intervenções políticas nas colônias – que tornariam o Brasil vice-reino – as medidas tomadas por Pombal definiram novas posturas no reino, principalmente no que diz respeito às políticas educacionais.

Algumas peculiaridades quanto às suas práticas culturais e organização política foram claramente notadas por olhares externos. Relatos de viajantes retratavam, nas primeiras décadas de 1700, Portugal em uma situação de descuido quanto a seus prédios e construções, falando da precariedade em que vivia a população, fosse pela falta de água, o lixo e a sujeira que tomavam a cidade, observados até mesmo nas escadarias do palácio, fosse ainda a falta de iluminação, que tornava as ruas, a partir de determinada hora, bastante perigosas. Apesar de toda riqueza vinda das colônias, principalmente das Minas Gerais, descobertas pouco antes no

⁵⁹ Idem. p. 33.

Brasil, a arquitetura de Lisboa parecia bastante pobre e carente de originalidade.

Se o clima merecia reverência, bastante diferente eram as descrições acerca da escassez de água, da falta de comodidade das casas e da pouca personalidade dos palácios locais, que revelavam não só uma arquitetura pobre como a falta de cuidado que recaía sobre a capital. Os edifícios, pouco originais, pareciam representar um exemplo do descaso reinante. Feitos de tijolo e madeira, eram quase sempre compostos de dois andares (embora alguns poucos chegassem a três), apresentavam uma fachada sóbria e sem maiores decorações ou detalhes. No plano baixo, apenas uma porta de entrada simples e algumas janelas com gradeamento completavam o cenário um tanto austero. Já nos andares superiores protegiam-se as janelas com gelosias, uma vez que vidros eram raros em Lisboa. Se a decoração exterior era reduzida, a mesma sobriedade se verificava no interior: uns tantos azulejos decoravam o ambiente, de tetos retos e poucos móveis.⁶⁰

A vida cultural na cidade não era muito movimentada e dependia da vinda de atores e músicos de outros países. A figura da família real e da nobreza, que agitava a vida dos súditos de outros países europeus em suas caçadas e passeios, mobilizando um imenso número de damas e cavalheiros da corte, também não eram presentes no cotidiano lisboeta. A vida na corte, bastante apática, era refletida no dia a dia do povo. Assim, o que restava de diversão e movimentação eram as atividades religiosas, festas, procissões e autos de fé do Tribunal do Santo Ofício. Portugal possuía uma população de fervorosa tradição católica, e eram essas ocasiões que agitavam a vida social em Lisboa. As instituições religiosas tomavam a cidade: conventos, mosteiros, capelas, igrejas decorados com o ouro e a prata das colônias, trazendo certo prejuízo ao Estado, pelo dispêndio de mão de obra e contribuição financeira, fatos que refletiam, também, o poderio que a Igreja detinha no país⁶¹.

Os relatos de estrangeiros, contudo, nem sempre refletiam a concepção dos portugueses sobre seu próprio reino. Não totalmente alheios aos processos e “progressos” ocorridos por toda Europa, mas – aqui também, quebrando com a ideia de uma unidade do continente letrado – envolvidos nas distinções, principalmente políticas, que cobriram todo o Reino durante o

⁶⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 43.

⁶¹ Idem.

século XVIII, e em alguns marcos que definiram os caminhos do Império Luso.

O historiador português Rui Tavares em seu livro *O pequeno livro do Grande Terramoto*⁶², ao se referir ao episódio de 1755, nos convida a imaginar o alcance do ministério de Pombal e mesmo o reino de Portugal, se o grande terremoto não tivesse acontecido⁶³. Na verdade, a intenção do autor é nos convidar a um exercício de percepção das estratégias das quais o marquês serviu-se para legitimar as reformas feitas durante o reino de D. José I e aglutinar o poder administrativo da forma com que conseguiu durante seu ministério. A verdade é que historiadores do Iluminismo no Império Português, como Falcon e Araujo consideram que apenas com as ações políticas do Ministro de D. José I é que podemos observar manifestações do Iluminismo no Reino, motivados, talvez, pela importância da reforma educacional e da Universidade de Coimbra (a qual nos ateremos posteriormente), que tomaram fundamental papel em seu governo e posteriormente.

Porém, a noção de que um Reino mais letrado foi concebido durante a época pombalina, também foi construída juntando esforços para denegrir a herança jesuítica, empenho este encabeçado pelo Marquês, tópico que retomaremos mais à frente.

O suposto impasse entre a modernidade das Luzes e o caso português, são trazidos por Flávio Rey de Carvalho, em sua dissertação⁶⁴, na qual o pesquisador evidencia que a sensação de atraso algumas vezes corrente nos textos do XVIII não dizia respeito ao Reino Português em relação aos outros reinos, mas em relação à glória do Império nos idos dos quinhentos e seiscentos.

⁶² TAVARES. **O Pequeno Livro**Cap. Dois: E se não houvesse Terramoto? Contra factos há argumentos – Percursos numa Lisboa imaginária e numa história sem Pombal p. 11 – 28.

⁶³ *O Discurso Político Sobre as Vantagens que o Reino de Portugal Pode Tirar de Sua Desgraça, por Ocasão do Terramoto do 1º de Novembro de 1755*, redigido sob encomenda de Mello e Carvalho trás um demonstrativo do diagnóstico que este fazia do Reino, e do que considerava o atraso de Portugal.

FONSECA, João Duarte. **1755 O Terramoto de Lisboa**. Lisboa: Argumentum Edições, 2005.

⁶⁴ CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo Português?** A reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Annablume, 2008

A questão dos “estrangeirados” nos leva à percepção de um cenário cultural que precede a ação pombalina. Nomes como de D. Luís da Cunha (1662-1749), Ribeiro Sanches (1699-1783) e Luís Antonio Verney (1713-1792), que se uniram mais tarde às reformas josefinas, discutiam a necessidade de um revisionismo das políticas portuguesas com base em suas experiências para além das fronteiras do reino⁶⁵. Ao descrever o cenário que precede os fenômenos dos setecentos, Dias explica:

Uma das consequências da restauração nacional de 1640 foi o reatamento das nossas relações culturais com o mundo exterior à Península. Os portugueses tiveram então uma bela oportunidade para descobrirem o novo pensamento universal, quer viajando por terras estranhas, quer ouvindo na pequena casa os peregrinos de outra origem. Há-de dizer-se em seu abono que souberam aproveitá-lo como convinha.

Os primeiros nacionais que saíram à barra pertenciam, quase sem exceção, à classe dos fidalgos e jurisconsultos. Por outro lado, a maioria dos estrangeiros arribados a Lisboa fazia parte da classe dos militares e diplomatas. Nem uns nem outros seriam, talvez, os mais interessados nos assuntos filosóficos e científicos que andavam na ordem do dia. Porém, vindo ou indo para as grandes capitais da Europa em plena maré alta de polémicas que para os nossos eram novas, tanto pelos temas como pelas doutrinas, tornaram-se agentes das transmissão de ideias.⁶⁶

Assim como ocorreu com o próprio Ministro – que com sua estadia na corte inglesa impressionou-se com as políticas econômicas e administrativas daquele reino⁶⁷ – as experiências diplomáticas em outras cortes, trouxe à tona a noção de uma crise mental no reino português.

A insatisfação com a pátria da qual pertenciam fez com que diversos lusitanos se posicionassem em relação à situação em Portugal. D. Luís da Cunha, que na primeira metade dos setecentos havia sido diplomata em diversas capitais europeias, posicionava-se claramente sobre a tradição religiosa:

⁶⁵ SILVA. **Inventando a Nação...** p-p. 36-38.

⁶⁶ DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a Cultura Europeia:** (séculos XVI a XVIII). Porto: Campo das Letras, 2006. p. 147.

⁶⁷ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII. In: Doré, Andréa; Santos, Antonio Cesar de Almeida.(Org.). **Temas Setecentistas:** governos e populações no Império português. 1ed. Curitiba: UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2009, v. 1, p. 143-152..

D. Luís da Cunha não simpatizava com o poderio político e social das congregações religiosas. Para ele “a primeira e mais copiosa sangria” que sofria Portugal era “a do grande número de conventos de cada uma das ordens de frades e freiras, que se têm estabelecido em todas as províncias e cidades do Reino, aumentando-se desta sorte as bocas que comem, sem braços que trabalhem e vivendo à custa dos que para se sustentarem e pagarem tributos que se lhes impõem, cavam, semeiam e colhem o que Deus lhes dá com o suor do seu rosto.”⁶⁸

Mesmo com a visão crítica negativa de alguns contemporâneos, as manifestações do que pode ser considerado o processo do Iluminismo⁶⁹ em Portugal e as reformas de ensino partiram de clérigos letrados que negavam a escolástica dos jesuítas, mas não pareciam ver dicotomia entre fé e razão científica.

Outro incômodo constante nas pesquisas a respeito do que seria o Iluminismo Português encontra profundas ambiguidades relacionadas com que viria a se tachar Iluminismo Católico. Reconhecendo o importante papel da Igreja Católica junto às estruturas políticas e administrativas do Império e considerando a estima dada à fé no cotidiano do reino, a ligação entre os sujeitos reformadores e produtores de conhecimento com a Igreja, serviram em alguns momentos como argumento para diminuir o papel dessas reformas, como também, para segregar o caso português – reforçando aqui a comparação com um modelo de Iluminismo, que não nos cabe aqui, mas, como pode ser percebido, indefinido.

De certa maneira, muitos iluministas procuravam certa harmonia entre as tradições religiosas, as protestantes nos países onde existiam, e a cristã em países como Espanha, Portugal e Itália. Sobre a definição de Iluminismo Católico, Araújo traz em seu livro:

Por comodidade, tem-se aceitado, um tanto acriticamente, o conceito de iluminismo, derivado termo italiano *illuminismo*, para caracterizar o movimento de ideias que, em Portugal, se opôs resolutamente à escolástica, à herança seiscentista no campo da literatura, das artes e do pensamento, proclamado em lugar da tradição, o valor da razão e do espírito crítico em todas as esferas da acção humana. Como se a unidade de concepções a respeito do Homem, de Deus e da Natureza, aferidas por uma mesma escala de valores e de prioridades educativas, emprestasse, por si só, uma

⁶⁸ DIAS. **Portugal e a Cultura Europeia...** p. 170.

⁶⁹ DARTON. **Os Dentes Falsos de...**

finalidade idêntica às expectativas de progresso no mundo católico.⁷⁰

Essa relação de progresso, definida a partir da quebra com a tradição jesuítica, foi perpetuada na memória da reforma, o que fez com que alguns historiadores reconhecessem um efetivo Iluminismo em Portugal apenas na era Josefina. Todavia, devemos considerar todo um processo vindo do século XVII, ao qual não nos ateremos neste trabalho, mas que define as bases para os acontecimentos subsequentes. Assim como não podemos negar a herança cultural deixada pelos clérigos eruditos da época.

Apesar de críticas ligadas à religiosidade do rei João V, o espírito católico do Estado português não foi combatido pelas ideias iluministas. Ao contrário, obras de combate e crítica à Igreja, assim como as obras protestantes, foram duramente censuradas. Os homens da Ilustração em Portugal eram, em sua maioria, religiosos, que elaboraram duras críticas ao fanatismo religioso e à crença exacerbada no sobrenatural. Apoiavam a razão e a ciência ao lado dos dogmas da Igreja, sem que houvesse embates.

Assim sendo, ao longo do trabalho, usaremos Iluminismo português, reconhecendo as peculiaridades do caso e a riqueza cultural do período e para demarcarmos algumas características de tempo e espaço. Também traremos o conceito de Iluminismo católico, vista a supremacia da Igreja no reino português e, percebida a importância dos clérigos, incluindo um dos sujeitos da pesquisa, Manuel do Cenáculo, nas reformas.

1.3 ENTRE ILUSTRADOS E HOMENS DE LETRAS

A “República das Letras”, o conhecimento, a filosofia, os livros, foram constituídos por homens, juristas, teólogos, homens de ciências que idealizaram uma nação de progresso com base no conhecimento. Foi necessário, então, para os objetivos desta pesquisa, definir quem foram esses sujeitos, essenciais para a constituição do objeto da pesquisa e, produtores das fontes em questão. Inicialmente buscamos compreender os

⁷⁰ ARAUJO, Ana Cristina. **A Cultura das Luzes em Portugal**: temas e problemas. Portugal, Lisboa: Livrarias Horizonte, 2003. p. 16.

dois indivíduos sobre os quais este estudo está focado como *intelectuais* iluministas. O que, a princípio, parecia consenso quanto ao entendimento de homens que pensavam e representavam a sociedade, acabou sendo levantado como uma maneira anacrônica de se utilizar o conceito. Dessa maneira, para que esse dilema do trabalho fosse resolvido, algumas reflexões se mostraram necessárias.

Elizabeth Badinter nos três volumes de sua obra *As paixões intelectuais*⁷¹, traz como objeto de pesquisa os homens que na França iluminista do século XVIII, pensavam, escreviam e organizavam a sociedade. O estudo aborda como esses homens aproximam-se dos poderosos e se entendiam detentores de poderio através do surgimento da chamada opinião pública. Chama estes sujeitos de intelectuais.

Badinter argumenta que os chama assim, pois no início dos setecentos não existia uma efetiva distinção entre os “homens de letras” e os “homens de ciências”. “Até meados do século XVIII, não há distinção entre o homem de ciências e o homem de letras. [...] Não existem portanto, como hoje, duas culturas diferentes, a científica e a literária, mas uma única, que constitui a ‘República das Letras’”⁷². Em seus três volumes, trata de diferentes momentos nos empreendimentos públicos desses intelectuais, inicialmente impressionando a aristocracia em seus salões particulares, e que no decorrer dos setecentos, passaram a tomar lugar público, seja nas bibliotecas, na imprensa onde escreviam, e, no caso da França, em seu maior empreendimento, a Enciclopédia. Por isso, seu último volume, subtítulo *vontade do poder*, fala sobre a formação de intelectuais enquanto uma categoria que passou a exercer poder sobre a opinião pública através da divulgação de suas ideias e dos lugares que passaram a ocupar em sociedade, seja nos cargos aliados aos monarcas, ou em suas campanhas de crítica a estes.

⁷¹ Composto por três volumes, a obra da filósofa francesa divide-se nos seguintes volumes: BADINTER, E. **As Paixões Intelectuais**: desejo de glória, 1735-1751. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **As Paixões Intelectuais**: exigência de dignidade, 1751-1762. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **As Paixões Intelectuais**: vontade de poder, 1762-1778. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁷² BADINTER, Elisabeth. **As Paixões Intelectuais**: desejo de glória... p. 12.

Apesar do detalhado e interessante trabalho aplicado a entender a organização e as relações mantidas entre os “homens de letras” do século XVIII, existem críticas à autora pelo uso do conceito de intelectual. Leclerc em sua *Sociologia dos intelectuais*, sugere que os intelectuais sejam os herdeiros dos clérigos e dos letrados do Antigo Regime, mas cultivando na escrita e em seus estudos uma ideia de conservação do conhecimento:

Eles foram por função os guardiões da cultura e da ortodoxia, as quais geralmente só se distinguem da sociedade e da ordem política por uma ficção, onde a mistificação ideológica desempenha um papel não pequeno. Em toda sociedade existiram profissionais da cultura, da escrita e do pensamento, sustentando na maioria das vezes – ou representando com sua própria presença – as forças da tradição e das instituições.⁷³

Contudo, segundo o autor, em momentos como o Renascimento e a Reforma escritores, pensadores e teólogos tomaram sua escrita como maneira de desafiar a ordem vigente, em uma ação quase política. E principalmente no período do Iluminismo, no qual essas atividades antecipam as que caberiam ao intelectual contemporâneo: “Poder-se-ia chamar tais homens de ‘escritores’, ‘homens de letras’, e dizer que foram os primeiros a merecer plenamente esse nome, pois o estatuto de ‘homens de letras’ enquanto profissão e enquanto fonte de rendimentos só se impôs por volta dessa data.”⁷⁴

Ao citar a definição de “Letrado”, dada por Voltaire na *Enciclopedia*, Chartier nos traz a noção dos contemporâneos em relação à posição social que ocupavam esses sujeitos:

[...] era não só um homem versado na gramática propriamente dita, que é base de todos os conhecimentos, mas um homem a quem a geometria, a filosofia, a história geral e particular não eram estranhas; que fazia sobretudo da poesia e da eloquência seu estudo.⁷⁵

Desse modo, nos coloca o homem de letras para além de um especialista em determinada área do conhecimento – considerando a já

⁷³ LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004. p. 39.

⁷⁴ Idem. p. 41.

⁷⁵ VOLTAIRE apud CHARTIER, Roger. O Homem de Letras... p. 119.

citada não diferenciação entre o homem de letras e o homem das ciências – mas o sujeito que utilizava da leitura e da escrita para sua colocação social enquanto propagador ou reproduzidor do conhecimento que reestruturaria a sociedade no Antigo Regime.

Todavia, é necessário observar que essas colocações a respeito do Iluminismo e definições de “letrados” dos autores até então citados limita suas observações à tradição francesa do século XVIII. Os sujeitos da pesquisa realizada pertenciam ao mesmo recorte temporal, mas em um cenário social e político peculiar.

Considerando a definição de letrado do *Diccionario da Lingua Portuguesa*⁷⁶, de Antonio Moraes e Silva, inicialmente publicado em 1789, e diversas vezes reeditado e publicado, podemos nos aproximar do entendimento lusitano desses sujeitos:

LETRADO, f. e adj. O homem que sabe letras, que teve estudos; de ordinário se entende dos advogados, e juristas. O que aproveitou no estudo: v.g.” sair letrado, dar grandes letrados. V. do Arceb. l. 4. fazer letrado. *Girfalle lettrado*; o que tem as penas mui brancas e pintas negras.⁷⁷

Enquanto a definição de erudito, também colocada no dicionário: “ERUDITO, adj. Dotado de erudição. Acompanhado de erudições. v.g. discurso, prática.”⁷⁸ Ao confrontarmos as duas definições, podemos nos deter a observar que enquanto o erudito é o sujeito que está diretamente ligado ao conhecimento douto, o letrado é o sujeito que está diretamente relacionado à prática das letras, da “pena” propriamente dita, ou seja, o sujeito que lê e escreve erudição.

⁷⁶O *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Moraes e Silva, de 1789 é uma redução em dois volumes do dicionário antes criado por Bluteau em oito volumes, em 1712, permitindo uma maior circulação da obra, inclusive nas instituições de ensino e seu sucesso editorial. Largamente utilizada no século XIX, teve oito edições (1789, 1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889), das quais Moraes participou de três. Para maior informação sobre a estrutura do dicionário: NUNES, JOSÉ Horta. SELIGMAN, Kátia. Discurso lexicográfico: as reedições do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Moraes. **Alfa**: Revista de Linguística. V. 47. N. 1. São Paulo: Unesp, 2003. p. 37 – 51.

⁷⁷SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Vol 2 p. 17.

⁷⁸Idem. Vol 1. p. 526.

Podemos observar, também, que o verbete está associado à carreira jurídica, à magistratura. Isso significa que o ser letrado estava intimamente ligado à carreira da magistratura, logo, à Universidade e Faculdade de Cânones, e à carreira pública (ouvidor, corregedor, juiz de fora, desembargador)⁷⁹. Dessa maneira, assim como o letrado francês definido por Voltaire, o letrado português era o sujeito que estudava, dominava não apenas uma área do conhecimento, mas diversos campos: dominava o Latim, e era um pensador livre, mas que, no caso português, na maioria das vezes, estava ligado à administração do Reino.

Frei Manuel do Cenáculo desempenhou importante função no processo das reformas pombalinas. Com a morte do rei D. José I, o Frei retirou-se a seu bispado em Beja, não deixando de lado suas atividades intelectuais, mas perdendo, sua influência política junto à administração do Reino. António Ribeiro dos Santos, mais jovem que Cenáculo, participou da reforma da Universidade de Coimbra durante a administração pombalina, entretanto, assumiu, durante o reinado seguinte, importante função junto à organização da Biblioteca Real. Em diferentes momentos políticos e em diferentes funções, ainda assim, dois pensadores da época.

Ambos foram letrados que pensavam e executavam as mudanças políticas portuguesas. No entanto, ainda não um “intelectual” como entende o conceito. As definições de “letrado” surgidas no século XVIII, apresentadas por Voltaire na *Encyclopédie*, o definem como o homem de letras e filosofia. Ao mesmo tempo em que afasta o conceito do homem de ciências, o aproxima, pois letras e ciências naturais eram entendidas como indivisíveis, uma vez que o espírito do iluminismo refutava as especializações. Sua definição o diferenciava dos antes chamados eruditos, por trazerem o fascínio da conversa aos jogos da sociedade, ou seja, a sua figura social junto à aristocracia setecentista⁸⁰.

No contexto português, essas definições encontram algumas barreiras por conta das ocupações sociais e políticas de grande parte dos sujeitos de letras. Portanto, ainda que não desafiadores da ordem vigente

⁷⁹ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida Santos. **Letrado** (Homem de Letras). Texto para discussão do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação na América Portuguesa. Junho/2012. (Manuscrito).

⁸⁰ CHARTIER, . O Homem de Letras...

como alguns franceses – ao contrário, parte da máquina administrativa do Reino de Portugal – mas ainda assim pensadores e escritores da sociedade em que estavam inseridos. Como no caso de Manuel do Cenáculo, conhecido por sua bibliofilia voltada ao plano das bibliotecas públicas e da erudição de todos os súditos do rei José I e, posteriormente, da rainha d. Maria.

Chartier⁸¹ nos chama também a atenção à outra abordagem do homem de letras no início do século XVIII. Demonstrada através da obra de um padre francês jesuíta⁸² - que não defendia sozinho essa questão – traz uma abordagem que desvincula o letrado do mecenato, dos salões e dos poderosos, mas destaca sua posição de dignidade tornando-se útil à sociedade através de seus estudos e, principalmente, sua produção, já que destaca a importância da pena, em detrimento do homem declamador e de entretenimento dos salões. O homem que dignamente cultiva o espírito da razão, aliado a uma erudição sábia e tranquila, de maneira recatada muito relacionada ao comportamento do clero letrado.

Entre as tantas ambiguidades que circundam o homem de letras do século XVIII, devemos ressaltar a importância representativa que este toma, considerando a dureza social das hierarquias no Antigo Regime. Foram tomados como sujeitos de importância, para além de sua nobreza ou sua representação como eclesiástico⁸³, em sua função intelectualizada junto à educação ou a administração do reino. Seu posicionamento como pensadores da sociedade, sujeitos de livros, de academias, de letras, os traz à possibilidade de um diferente reconhecimento.

O reconhecimento e o entendimento de uma espécie de união social levaram muitos desses sujeitos, por meio de suas práticas letradas, adentrar o que seria um início de organização do funcionalismo público burocrático:

O Século das Luzes representa, sem dúvida, em cada caso, uma etapa significativa neste caminho longo e tortuoso: não tanto pelo

⁸¹ Idem. p. 118 - 153.

⁸² DELIVOY. *L'Homme de Lettres*. (3 volumes). Paris, 1769.

⁸³ Não estamos aqui considerando a possibilidade de ascensão “via pena” na sociedade lusitana, onde há poucos casos de elevação social, como os relatados na França. Mas, para exemplos dessa situação, ver: RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*; monarcas, vassallos e governo a distância. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

crescimento dos aparelhos estatais que, no entanto, foi notável em diversos casos, mas pelo nascimento de uma ideologia do bem público que levou inclusivamente alguns “déspotas iluminados” a proclamarem-se os “primeiros servidores do Estado”, e a cujas origens seria aqui demasiado longo remontar [...]⁸⁴

Essa ideia parece bastante pertinente ao caso português, considerando que no, já citado, verbete a respeito do “letrado” do século XVIII, sua ligação com os cargos de magistratura e carreira pública. Levando e conta que tanto Manuel do Cenáculo como António Ribeiro dos Santos ocuparam cargos públicos em diferentes momentos, tanto no reinado de D. José I como posteriormente, o seu mútuo reconhecimento enquanto sujeitos que agiam pelo bem público fica representado em diversos momentos dos discursos analisados, seja em função da Pátria ou da Coroa. Essa função pública também proporciona para eles o contato com outros letrados e uma relação ainda mais ativa com o mundo dos livros, como nas funções de bibliotecário e deputado da Real Mesa Censora.

O Iluminismo demarca a chamada secularização da sociedade ocidental, ou seja, a quebra com a hegemonia das ideias religiosas e ascensão das ciências, da política, da liberdade de pensamento. As questões ideológicas, políticas e culturais da formação do Estado português do século XVIII até aqui colocadas, são cruciais para a leitura das fontes de agora em diante exploradas.

⁸⁴ CAPRA, Carlo. O Funcionário. In: VOVILLE, Michel (org.). **O Homem do Iluminismo**. Tradução: Maria Georgina Segurado. Lisboa: Editora Presença, 1997. p. 254.

2. DO REVERENDÍSSIMO SENHOR BISPO DE BEJA AO DESEMBARGADOR ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS

Se combinarmos a Religião entre nós mesmos pelos Exercícios da Virtude: Ela é cheia de Caridade; é compassiva, doce, dedicada à Harmonia do Mundo, E a fazer a Sociedade dos Homens bem entendida, cãdida, acorde, E identificada com o Espirito da verdade e da paz.⁸⁵

A complexidade que envolve o entendimento do século XVIII no Reino Português também se reflete no entendimento a respeito dos personagens produtores das fontes analisadas nesta pesquisa. Entre os anos de 1796 e 1797, Manuel do Cenáculo, então Bispo de Beja, trocou correspondência com António Ribeiro dos Santos, pouco tempo antes nomeado o Bibliotecário-Mor pela Rainha, e incumbido da missão de estruturar uma biblioteca real.

Nascidos ambos sob o reinado de D. João V, assistiram ainda jovens a ascensão do rei D. José I e seu poderoso ministro, o Marquês de Pombal. Suas ações intelectuais encontraram-se intimamente ligadas aos seus cargos em diferentes momentos político-administrativos do Império lusitano. Seja no auge do despotismo esclarecido do reinado josefino (1750-1771), seja durante a Monarquia Temperada do reinado mariano joanino (1777- 1820)⁸⁶, suas memórias podem perpassar o delicado momento da Revolução que abalou o mundo Antigo Regime, como a retirada da Família Real para as terras brasileiras.

Nosso interesse é aqui demarcado pela ação intelectual de ambos os letrados, sua formação e os cargos que ocuparam junto às administrações régias. Dessa maneira, alguns aspectos a respeito dos discursos representados nas correspondências em final dos setecentos se mostram como reflexos das experiências e práticas vividas por esses sujeitos, que carregaram consigo as ambiguidades e enredamentos do século XVIII em Portugal, e do considerado período Iluminista naquele reino.

⁸⁵ CENÁCULO, Manuel do. **Pastoral pela qual Admoesta os seus Diocesanos sobre a Natureza e Ofícios da Religião**. Beja, 1777. p.6.

⁸⁶ SILVA, Ana Rosa Clocet da. **Inventando a Nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750 – 1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

Sendo assim, apresentaremos os dois personagens e sua trajetória intelectual, para que um conhecimento prévio facilite a leitura e análise das correspondências, como meio de difusão de ideias de época. Além disso, os cargos administrativos e a importância tomada em cada um dos diferentes momentos políticos no reino que demarcou os discursos epistolares.

2.1 MANUEL DO CENÁCULO, O BISPO DE BEJA

Manuel do Cenáculo Villas Boas Anes de Carvalho (1724-1814), nasceu em Lisboa e ingressou ainda jovem na Terceira Ordem de São Francisco. Coursou Humanidades e Teologia em Coimbra, onde se doutorou em 1749, assumindo, pouco mais tarde, uma cadeira de regência na mesma universidade. Seus escritos iam de história a humanidades e filosofia, além de ser um profundo conhecedor de línguas e gramática.⁸⁷

Além de pesquisador e colecionador de livros, Cenáculo arriscou-se no mundo das letras como escritor, inserindo-se nas mais diversas áreas do conhecimento que a época poderia lhe dispor. Escreveu uma obra em defesa das doutrinas de Verney e uma dissertação a respeito da definibilidade do dogma da Conceição da Virgem Maria.⁸⁸

Em suas *Advertencias criticas e apologeticas sobre o juizo, que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o D. Apolonio Philomuso, e comunicou ao publico em a resposta ao Retrato de MorteCor, que contra o Autor do Verdadeiro Methodo de estudar escreve o Reverendo Doutor Alethophilo Candido de Lacerda*, Cenáculo debruçou-se sobre a polêmica verneiana a respeito do seu *Verdadeiro Método de Estudar*, que se tornou obra fundamental para argumentação de expulsão dos jesuítas do reino por sua culpabilização em relação ao atraso educacional no Reino português.

⁸⁷ DOMINGOS, Manuela D.(orgs.). **Casa dos Livros de Beja**: doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte. 2ªed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2006.

⁸⁸ DICIONÁRIO HISTÓRICO DE PORTUGAL. **Vilas Boas**: D. Frei Manuel do Cenáculo. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/vilasbcenaculo.html> Acessado em: 10/04/2015.

Sua obra mais conhecida é o *Cuidados literários do prelado de Beja*, 1791, no qual aborda assuntos sobre o estudo da história literária, os métodos e os progressos das ciências, os estudos das línguas gregas e orientais, a lógica, a geometria, o método matemático e geométrico, a crítica à teologia em geral, o bom emprego do catecismos nas primeiras conquistas que se fizeram no ultramar, a história eclesiástica, teologia, metafísica, estudos dos mistérios, a prudência teológica acerca da Bíblia. Ou seja, em suas mais de quinhentas páginas, o bispo procura imprimir os valores eruditos aos ordenados religiosos, como podemos perceber no trecho da obra:

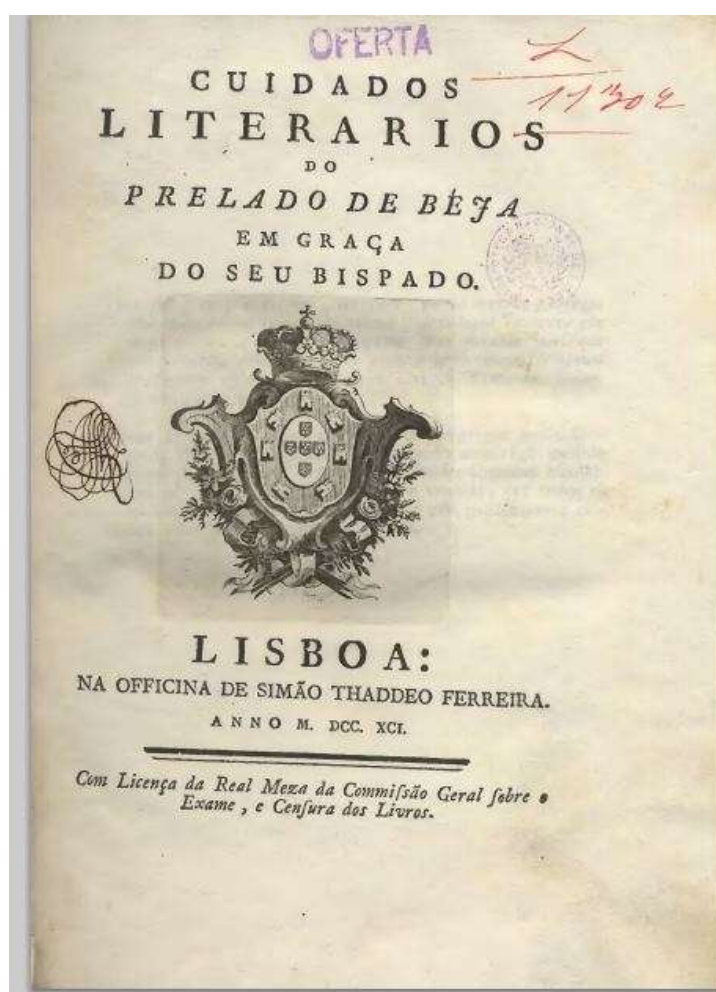
É oportuno e grandemente necessário, que o Ordenado por seus estudos se haja de amoldar há emenda de mil caprichos, que encontrará nos povos: com seus estudos e por seus exemplos, e parecer fará desabafar, se é possível, as caixas recalçadas dos avarentos, e converte-la ao trínfo público da humanidade socorrida, e ressuscitada da miséria e da opressão; Por eles se fará esclarecer e brilhar luz transparente com graça e aceitação, quando as Leis, a razão, e a virtude de acharem gemendo dominadas por controvérsias, se não de maior grito, de maior poder, que a verdade. Gente costumada a vê-la abatida na terra, carece de montes levantados e de sabedoria, por onde fixe caminho seguro. Esta sabedoria é a que no tempo de sua instrução deve habilitar as pessoas escolhidas para levar os povos a pé enxutos pela água, que são funestas aos mal conduzidos.⁸⁹

Fica muito clara, no trecho de *Cenáculo*, a ideia da responsabilidade dos religiosos de guiar os fiéis por um mundo iluminado pelas luzes da razão, que os livrasse das trevas da ignorância.

Os escritos de *Cenáculo* se ligavam, como pudemos observar, a sua atividade de clérigo e, principalmente, de reformador pedagógico durante a administração pombalina. Algumas obras do letrado com quais se pôde ter contato, exemplificam o pensamento do autor em relação a algumas questões da época: *Advertencias criticas, e apologeticas sobre o julzo, que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o D. Apolonio Philomuso* (1752), no qual traças os comentários a respeito do método de estudo de Verney; *Oração que disse o M. R. P. M. Doutor Fr. Manoel do Cenáculo, da Terceira Ordem do S. P. S. Francisco, sendo presidente em a primeira Sessão da*

⁸⁹ BEJA. Bispo (Manuel do Cenáculo Vilas Boas). **Cuidados Literarios** do prelado de Beja em graça do seu Bispado. Lisboa: na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791. p. 5.

Academia Mariana celebrada nesta cidade de Lisboa no 1. de Agosto de 1756 (1758), que é obra oferecida pelo Frei Vicente Salgado, responsável pela transcrição das epístolas trabalhadas na pesquisa; *Elogio funebre do Padre Fr. Joaquim de S. Joseph* (1757); *ORDEM DOS FRADES MENORES Patente Encíclica de Frei Pascoal Varísio, Geral da Ordem de São Francisco, para moralização da Sua Ordem e apelando à penitência e oração* (1770), na qual, também pauta os cuidados para boa formação de eclesiásticos; uma coletânea de textos manuscritos não publicados *Papeis varios. Tomo 3º* (1808); e por fim, um interessante manuscrito, de difícil leitura, que traz os parâmetros para a constituição de uma biblioteca e museu em Évora, onde assumiu o arcebispado, *Provisão de D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, arcebispo de Évora, instituindo e fundando uma biblioteca pública e um museu junto ao paço arquiiepiscopal de Évora* (1881)⁹⁰.



Folha de rosto *Cuidados Literários*. Biblioteca Nacional de Portugal. 1791.

⁹⁰Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/44036.html> Acessado em: 10/03/2015.

Considerado um dos maiores expoentes do Iluminismo em Portugal, Frei D. Manuel do Cenáculo, participou efetivamente da reforma política do Marquês de Pombal durante o reinado de D. José I. Na Universidade de Coimbra, integrou a Junta Reformadora da Universidade e foi presidente da Junta do Subsídio Literário em 10 de novembro de 1772. A Junta Reformadora da Universidade, para além de produzir o relatório que identificava a crise na instituição, também redigiu os documentos que delinearam quais seriam os estudos e as áreas do conhecimento, obras e métodos que deveriam ser contemplados, além da reformulação dos cursos e nomeação de professores.⁹¹ A Junta do Subsídio Literário, entregue a Cenáculo por integrar as funções do presidente da Real Mesa Censora, incumbia-se dos usos dados ao imposto direcionado às reformas educacionais cobradas pela administração de D. José I – e que só veio a ter fim 1857 – e que eram direcionadas as atividades dos professores régios. Entre as tantas ações, não só políticas administrativas e econômicas, o governo de Pombal agiu sobre uma construção ideológica do Estado, principalmente, por via de uma reforma pedagógica.

A reforma pedagógica pombalina está intimamente ligada à negação a tradição jesuítica na sociedade lusitana:

É preciso ver na luta travada contra os jesuítas a manifestação de uma espécie de rejeição explícita daquelas formas concretas assumidas e mantidas, até então, pela dominação aristocrática complementada pela sua supremacia no nível ideológico. O que se propunha, em sua substituição a essa hegemonia, não era em absoluto a sua supressão pura e simples – coisa que demandaria não uma simples reforma, mas uma verdadeira revolução – e sim uma espécie de reorientação ou redefinição capaz de abrir espaços às novas formas de pensamento. Isso viria implicar, na prática, uma profunda mudança da própria organização institucional da cultura e dos seus aparelhos respectivos⁹².

Nesse projeto, os jesuítas representavam o poderio da Igreja para além do Estado régio, em sua hegemonia política e cultural. Fator que não causou uma dicotomia entre Igreja e Estado, considerando a tradição

⁹¹ CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência e memória: aspectos da reforma da universidade de Coimbra de 1772. **Revista de História Regional**. N. 14. Vol. 1 Verão 2009. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

⁹² FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**: Política Econômica e Monarquia Ilustrada. 2ªed. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 424.

católica portuguesa, o Marquês cercou-se de outras ordens e outros religiosos cujas ideias vivessem ao encontro dos interesses do reinado:

Os padres também tiveram um papel importante na introdução de novas ideias. Ao contrário do Norte da Europa, onde os proponentes da filosofia racionalista e da experimentação científica “moderna” tornaram-se críticos acerbos da Igreja e da religião, em Portugal alguns dos mais francos defensores (e também profissionais) da reforma educacional saíram da instituição religiosa. A atividade da congregação do Oratório, que chegou a Portugal após a restauração da independência, em 1640, e à qual pertencia Vernei, foi notável. A congregação de São Felipe de Néri, uma sociedade de padres seculares, assumiu a liderança na introdução de experimentações científicas em Portugal, como havia feito por toda a Europa católica. Foram os maiores adversários dos jesuítas nos debates sobre modelos pedagógicos. Os oratorianos foram os grandes promotores das ciências naturais, tendo introduzido em Portugal as ideias de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e Antonio Genovesi. Também enfatizaram a importância da língua, da gramática e da ortografia portuguesa, que acreditavam deveriam ser estudadas diretamente e não através do latim. A biblioteca dos oratorianos no convento de Nossa Senhora das Necessidades continha mais de trinta mil volumes e um pequeno laboratório experimental, com uma coleção de instrumentos científicos para o curso de física que eles administravam.⁹³

A reforma pedagógica, então, foi dirigida aos diversos âmbitos educacionais seja nos *estudos menores*, *escolas especializadas* ou no *ensino universitário*. Na Universidade de Coimbra, a ação de Cenáculo se determina em dois momentos: de sua nomeação à Real Mesa Censória Portuguesa (1768), que regulamentava os professores que lecionariam na universidade e os livros que deveriam estar presentes – e os que seriam proibidos – nas instituições de ensino, e seu papel contíguo à Junta Literária (1770) que reformou os estatutos da universidade, com base nos estatutos levantados por um corpo de letrados:

Por fim, foram elaborados os Estatutos de 1772, apresentados na forma de três livros: o primeiro referia-se ao Curso Teológico; o segundo, aos Cursos Jurídicos das Faculdades de Cânones e Leis e o terceiro, aos Cursos das Ciências Naturais e Filosóficas. Foram compilados com o expresso objetivo de “restauração das sciencias, e artes liberaes”, contra aquilo que foi qualificado de “notório Systema de ignorancia artificial”, ou seja a educação jesuítica.⁹⁴

⁹³ MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.14.

⁹⁴ **Estatutos da Universidade de Coimbra**, 1772. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972. 3.v. Apud: CRUZ; PEREIRA. Ciência e memória... p.13.

Os escritos de Antônio Ribeiro Sanches e Luís Antônio de Verney, principais pensadores da reforma, compreendiam que o desenvolvimento das ciências e das letras traria o progresso para a nação. A Universidade de Coimbra era definida como espaço de formação da elite intelectual ligada às ciências empíricas e à ordem política e religiosa. Os métodos e concepções utilizados pelos jesuítas foram rechaçados pelos reformadores, acusando-os de serem responsáveis por tempos obscuros e de atraso científico: assim, uma nova universidade foi estruturada. A inauguração das aulas régias, passando o controle dos espaços de educação para o Estado, aproximou os ideais de Ilustração do ensino, a favor do Estado português⁹⁵.

Já em sua função de deputado da Real Mesa Censória, Cenáculo se mostrou professor empenhado na adaptação de uma pedagogia condizente com o espírito das Luzes e da mentalidade científica. Nomeado Presidente daquela Mesa (1770-1777) e preceptor do Príncipe da Beira, ficou ainda mais próximo de outra prática constante em toda sua vida, sua bibliofilia, visto que a atividade de censor o fazia estar ainda mais ligado à leitura enquanto prática privada e regulada por relações de poder:

A censura está intimamente relacionada com dominar o centro do debate intelectual. Mas, na época, está-o não só no sentido em que ela tem o poder para, a partir de fora, dominar esse centro, mas também porque os censores se devem legitimar por já partilharem, à partida, dessa centralidade – é a partir dela que os censores operam. O censor é (deve ser) um par que recenseia a obra de outro par. Fá-lo com poder de veto, o que faz da censura um instrumento intelectual temível – mas deve frisar-se que se trata, ainda assim, de um instrumento intelectual⁹⁶.

A censura nos tempos de Pombal focava a proibição mais às questões políticas do que às questões religiosas. Quando da criação da Real Mesa Censória, em 1768, o número de clérigos e leigos era muito próximo,

⁹⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. A Universidade de Coimbra sob o reformismo ilustrado português (1770-1807). In: FONSECA, Thaïs Nivia de Lima e (org.). **As Reformas Pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

⁹⁶ TAVARES, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. **Estudos Avançados**. V. 13. N. 37. São Paulo: USP, 1999.p.130.

afirmando a tendência da secularização, mesmo na censura, e da política reformista vigente.

Até 1768, a censura em Portugal era dividida em três instâncias: o Desembargo do Paço, os Tribunais Eclesiásticos e a Inquisição, das quais faltavam critérios claros e sobravam arbitrariedades. As proibições eram estreitamente ligadas às considerações instauradas com a Contrarreforma, com isso o foco voltava-se às questões da moral cristã. Por isso, em Portugal, “houve maior rigidez do que na Espanha em relação aos livros jocosos com clérigos e monarcas. E, ainda, foi-se mais radical do que em Roma quanto aos livros que continham traduções de textos bíblicos para o português”⁹⁷. Havia também a questão da rigidez censória dos colégios jesuítas, que fiscalizavam tudo que achassem prejudicial à formação da moral e inteligência cristã.

Ao instaurar um novo tribunal censório, Pombal aglutinava poderes de censura em um só órgão e, de certa maneira, diminuía poderes da Igreja e da Inquisição. A Real Mesa Censória, criada através de lei de 5 de abril de 1768, deixava clara sua subordinação à Coroa. Além de uma preocupação crucial com livros que mantivessem a supremacia dos monarcas intacta e em deixar as memórias e concepções jesuítas afastadas das leituras lusitanas, havia uma apreensão crucial com as contestações mais radicais da Ilustração.

As ideias de alguns pensadores da Ilustração punham em risco o delicado equilíbrio que o Reformismo Ilustrado português procurava manter entre a assimilação do pensamento crítico das Luzes e a contenção de seus possíveis efeitos: a contestação do absolutismo e do sistema colonial. Por isso, mereceram o repúdio veemente do aparato censório luso, que publicou vários editais interditando a circulação e a leitura de escritos que os disseminava.⁹⁸

Para os impressos vindos do estrangeiro, cabia ao censor, vetar ou permitir sua circulação e venda no Império lusitano, enquanto que às cópias de obras da imprensa régia, cabia a liberação do manuscrito, que poderia ser editado pelo censor, ou ainda, ter a impressão desautorizada. Ou

⁹⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura**: usos do livro na América Portuguesa. 1999. 555 f. Tese (Doutorado e História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁹⁸ Idem. p.195.

seja, os censores julgavam o merecimento do conhecimento público às obras⁹⁹. O exercício de censor proporcionava aos componentes da Real Mesa Censória o estabelecimento de uma relação de poder sobre o conhecimento corrente através de seu veículo de circulação mais importante, os livros, assim como também o contato e a aquisição de obras que outros letrados de época não estavam autorizados a ter. Para Manuel do Cenáculo, essa função foi crucial à sua atividade de colecionador de livros¹⁰⁰.

Diferente da bibliomania que é a compra e acúmulo impulsivo de livros nem sempre lidos, a bibliofilia caracteriza-se não só pelo dispêndio de dinheiro e espaço, mas também de tempo e cuidados em torno da organização, seleção e guarda de livros, manuscritos e documentos de valor não só financeiro, mas de estima e raridade. O caso de D. Manuel do Cenáculo não é exclusivo à época:

De facto, a bibliofilia em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, contou com lídimos representantes, particularmente membros do alto clero, de que são bons exemplos Manuel Severim de Faria, D. João Cosme da Cunha, D. João Avelar, D. António Ferreira de Sousa e Frei Manuel de Oliveira Ferreira. É conhecida a importância de alguns destes espólios que forneceram fundos bibliográficos para a criação de importantes bibliotecas.¹⁰¹

O perfil de bibliófilo de Cenáculo estava muito ligado aos seus principais interesses literários, mas também em adquirir originais de manuscritos, ou impressos que considerava como raros. Além disso, não media gastos financeiros com livros. Ao adquirir livros também estava sempre pensando nas instituições que tutelava através de seu mecenato, obtendo, às vezes, mais de uma cópia para que pudesse encaminhá-las para as bibliotecas que achava necessário.¹⁰²

O interesse do eclesiástico por livros e bibliotecas durante toda sua vida pública – intensa e extensa dada sua longevidade – foi abordada por diversos autores. Obras e pesquisas a seu respeito podem ser facilmente encontradas, assim como documentos deixados por ele.

⁹⁹ TAVARES, Lembrar, esquecer, censurar...

¹⁰⁰ VAZ, Francisco António Lourenço. **Os Livros e a Biblioteca de Espólios de Frei D. Manuel do Cenáculo**: repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009

¹⁰¹ Idem. p. 34.

¹⁰² Ibidem.

Considerado personagem essencial da Reforma Pombalina, tendo traduzido o espírito das luzes e do conhecimento vigentes na Europa para o contexto português, sua vida e obra foram referenciadas por autores ainda no século XIX, dada sua importância para constituição da memória do Império.

Para se dimensionar de forma quantitativa a representatividade do espólio de Cenáculo, foram levantados correspondências e trechos de diários, entre outros escritos produzidos por ele¹⁰³. Desde a publicação de parte de sua correspondência recebida e alocada em Évora, por Armando Nobre de Gusmão (1944-1948), até a extensa pesquisa feita por Francisco António Lourenço Vaz (2009), quanto às ações pedagógicas, políticas e da bibliofilia de Cenáculo, entre elas a organização de *Os livros e a biblioteca de espólios de Frei D. Manuel do Cenáculo* resultado do projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade de Évora, entre os anos de 2005 e 2009, abrangendo como período de pesquisa de 1724 a 1814. Tendo como foco a busca por fontes na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Pública de Braga e Biblioteca Nacional de Espanha.

As pesquisas de Manuela D. Domingos, junto à Biblioteca Nacional de Lisboa, têm produzido material interessante sobre o papel de Manuel do Cenáculo na formação de bibliotecas. *Casa dos livros de Beja: Doação e Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte*, apresentasse como publicação comemorativa junto à exposição – de mesmo nome – de 2006. Nesta, além de maiores informações de uma bibliografia possível ao bispo de Beja, podemos encontrar a transcrição de algumas das obras do Tomo I do documento de doação de 1796. Ademais, em setembro de 2014, a mesma autora publicou *Até cair da mão a pena: epistolário de Ribeiro dos Santos e Frei Manuel do Cenáculo, 1796-1808*, que revela 34 cartas trocadas entre Cenáculo e António Ribeiro dos Santos, nos primeiros

¹⁰³ A respeito de obras que compõem uma bibliografia sobre as atividades e a trajetória intelectual de Manuel do Cenáculo, existe um interessante levantamento feito por Maria Luisa Cabral na *home page* da Biblioteca Pública de Évora, disponível em: http://www.evora.net/bpe/Pdfs/Outros/cenaculo_bib_passiva.pdf.

anos de vida da Instituição¹⁰⁴. No mesmo ano, em março, por ocasião do bicentenário da morte de Frei Manuel do Cenáculo (1814), a mesma Biblioteca Nacional de Portugal junto ao Centro de História da Cultura da Universidade Nova organizaram o colóquio *As bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade, 1800-1850*, no qual abordou a importância de Manuel do Cenáculo para a afirmação da política de formação das bibliotecas modernas no reino português.

Todas essas obras e exposições demonstram a importância do Frei D. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Bispo de Beja e, mais tarde, Arcebispo de Évora para a reconstituição da memória da Reforma Pombalina, do Império Português no século XVIII, mas, principalmente, para formação de uma política do conhecimento fortalecida por livros e bibliotecas.

Com o fim do governo josefino e da administração pombalina, Manuel do Cenáculo acabou ligado ao governo, que na nova lógica, não era visto de forma positiva. Portanto, naquele mesmo ano foi afastado de Lisboa e assumiu sua nomeação no bispado de Beja, ao sul de Portugal. Sentiu certo incômodo por sua situação. Segundo Vaz:

Não foi gloriosa a saída de D. Manuel do Cenáculo de Lisboa, onde durante anos fez parte do círculo do poder político. De facto, que expressou nas páginas do seu Diário, em Março de 1777, foi um grande desencanto e desilusão. Desencantado com a atitude da elite lisboeta que uma vez caído o poderoso ministro depressa passou a apontar o dedo aos que o rodeavam e a transformá-los em alvo da chacota pública e do mexerico das ruas da capital. Desiludido com a família real, incluindo o Príncipe D. José, que educara e com quem convivera. Desiludido até com os frades Terceiros, que vendo a cor política mudar também procuravam a indispensável adaptação para continuar a usufruir das benesses do poder, ou seja, dos cargos e proventos que fornecia.¹⁰⁵

Nas páginas do seu diário podemos ainda encontrar qual seria, a partir daquela fase, com 57 anos, seus objetivos: proliferar a instrução a

¹⁰⁴ Entre estas, devem estar as cartas referidas nesta pesquisa, porém, com a impossibilidade do acesso a obra, não podemos certificar-nos.

¹⁰⁵ VAZ, Francisco Antônio Lourenço. Em Beja com os olhos no mundo - o papel dos meios de informação no episcopado de Frei Manuel do Cenáculo. In: FONSECA, Teresa e FONSECA, Jorge. **O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração: mudanças e Permanências**. Colóquio. Lisboa: Edições Colibri- CIDEHUS-EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2011. p. 3.

todos os seus diocesanos. Lá, prosseguiu com seu papel de clérigo letrado, mantendo diálogo epistolar com outros tantos homens de letras, que fizeram parte das reformas – e que continuaram suas ações para além de uma construída ideia de ruptura do progresso com a queda do Ministro – visto a necessidade de manter-se informado frente à ideia de construção do conhecimento contínuo, particularmente importante a ele. Em Beja, constitui uma biblioteca pública de milhares de volumes. Mais tarde, Arcebispo de Évora, também constitui uma instituição de livros.

Esse panorama nos dá dimensão da importância da figura de Cenáculo para o entendimento do cenário português no século XVIII. Todavia, para além da figura desse eclesiástico, o que percebemos é que havia uma rede de homens de letras, eclesiásticos, catedráticos, juristas, eruditos, que alimentavam um conceito de progresso pelo conhecimento e pela razão.



D. Frei Manuel do Cenáculo, arcebispo de Évora (óleo patente na Biblioteca Nacional)

2.2 ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS, *DISTINTO ZELADOR DA PÁTRIA*

Se Manuel do Cenáculo é reverenciado como expoente iluminista português, António Ribeiro, não costuma aparecer com tamanha ênfase nos estudos sobre o século XVIII. Ainda assim, tem suas funções reconhecidas, já que ocupou cargos públicos de bibliotecário tanto sob a Reforma pombalina, como quando da decisão de D. Maria de instaurar uma Real Biblioteca Pública.

António Ribeiro dos Santos (Porto, 1745-1818) foi conhecido como polígrafo, poeta e historiador, mas sua produção concentrava-se no Direito. Obteve grau de bacharel e doutorou-se em Humanidades no Rio de Janeiro, onde chegou a reger uma cadeira, mas, devido a desentendimentos, retornou à metrópole onde veio a lecionar na Faculdade de Cânones de Coimbra. Quanto à sua obra, não tão conhecida como a de Cenáculo, e que pode ser encontrada na Biblioteca Nacional de Portugal, estudiosos pontuam alguns aspectos:

O autor é sobretudo a voz da tradição da monarquia portuguesa como poder conjugado e consensual, e do bom senso moderado contra o utopismo racionalista do despotismo iluminado. Por isso, defende a existência de um conjunto de Leis Fundamentais do Reino, núcleo, afinal da sua Constituição: fidelidade portuguesa a religião católica, indivisibilidade do reino e dos bens da Coroa, estabelecimento dos 3 estamentos, poder das Cortes, juramento dos reis na subida ao trono, direito de o povo decidir sobre os tributos, concessão dos cargos aos portugueses, etc. Tudo se baseia, em matéria juspolítica, num princípio simples e essencial: o poder vem de Deus ao Povo, que é o único a poder outorgá-lo ao rei.¹⁰⁶

Mesmo relacionando as teorias político-administrativas das quais deveriam fundamentar o reino, o forte cunho religioso ao qual estava submetida a sociedade portuguesa não se opunha às ideias desses homens de letras.

Os escritos de Ribeiro dos Santos passam por diversos gêneros. Como poeta aventurou-se em seu *Poesias de Elpino Duriense* (1812), apresenta aspecto nacionalistas e é carregado de aspectos políticos e

¹⁰⁶ CUNHA, Paulo Ferreira. Antonio Ribeiro dos Santos e o direito nas Poesias de Elpino Duriense. In: VÁRIOS, **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Vol. 2. p .474.

ideológicos¹⁰⁷. O primeiro dos poemas da sua obra é dedicado ao reitor da Universidade de Coimbra durante a Reforma da mesma, donde podemos observar seu posicionamento em relação à educação:

[...] Coisas, que vencem todo o nobre efeito
 Dos claros argonautas, das ilustres
 Descobertas de novos Ceos e terras,
 Dos triunfos da Ásia, tão famosos.
 A mór obra, eu importa a hum Rei, a hum Reino,
 De que pende da Pátria o bem e a glória,
 He educar os Cidadões futuros,
 Qualquer que seja o seu destino e arte,
 No regaço das leis, e são costumes;
 Mas muito mais, os que hão de vir hum dia
 Defender com prudência, zelo e sizo
 Os bens, a liberdade, a vida, a honra,
 Os direitos do homem, as regras santas
 Da Moral, da Justiça, da Equidade;
 Prestando a voz à tímida Donzella,
 Á mesquinha Viuva, ao Orfão triste,
 Ao Cidadão oppresso e Desvalido:
 Os que hão de vir com ânimo constante
 Sustentar sem pendor nas mãos intactas
 Da grave Astrêa a divinal balança; [...] ¹⁰⁸

Em 1777 António Ribeiro dos Santos foi chamado a reorganizar a Biblioteca da Universidade de Coimbra, onde já ocupava uma cadeira enquanto professor, tendo em vista as reformas realizadas na universidade para que os ideais de progresso através dos estudos fossem alcançados.

A instituição joanina, rica em espécies, necessitava de quem a gerisse em moldes mais dinâmicos, passando de mero repositório bibliográfico a estabelecimento comprometido com toda a Reforma, ao lado do Horto Botânico, do projectado Laboratório Químico e do Observatório Gastronômico.¹⁰⁹

Nos moldes do cientificismo, Ribeiro elaborou sua *Minuta para o Regimento da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, na qual se atém à organização dos livros, de espaços de relíquias, como cartografia e moedas, da estrutura física da instituição e até mesmo de sua suficiência financeira.

¹⁰⁷ CUNHA. António Ribeiro dos Santos....

¹⁰⁸ SANTOS, António Ribeiro. **Poesias de Elpino Duriense**. Tomo I. Lisboa: Imprensa Régia, 1812. p. 3.

¹⁰⁹ PEREIRA, José Esteves. **O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII**: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983. p.19.

Preocupava-se, ainda, com a constante renovação dos jornais literários, gazetas e outros livros que mantivessem a biblioteca atualizada em relação ao estado das artes e das ciências frente às outras nações europeias. Sua administração, voltada à renovação constante, ia ao encontro da “iluminação” da sociedade através da educação em diversos âmbitos:

Completava o projecto de Ribeiro dos Santos, a concentração de cópias de documentos de instituições religiosas e seculares com interesse e o depósito de dissertações, a que se pretendia dar ainda o incentivo da qualidade, através de prêmios. Era a coerência do dinamismo pretendido para o estabelecimento de uma Biblioteca aberta e orientada para uma pedagogia¹¹⁰.

O regimento da *Minuta* estabelecia importantes diretrizes, primeiramente o reforço da concepção da biblioteca como um serviço público, para isso, definiu horários de funcionamento e consulta¹¹¹. Além do compromisso da constante atualização do seu acervo tanto das obras periódicas, como dos livros, no qual estabeleceu que toda obra publicada no reino deveria ali depositar cópia:

Ribeiro dos Santos tinha defendido, pela primeira vez nessa *Minuta* o depósito de “um exemplar de cada um dos livros que se imprimirem nestes reinos”, ou seja a figura do “depósito legal” que não tardaria a concretizar para a sua fundação lisboeta, mas que demorou a chegar a Coimbra. Contudo, internamente, definiram, logo em 1790, pelo “regimento da imprensa da Universidade”, o depósito de “de todas as obras que a Oficina imprimir, terá o Administrador [da imprensa] o cuidado de mandar logo dois exemplares encadernados para a Biblioteca da Universidade”¹¹².

Na *Minuta*, Ribeiro também definiu não só o imperativo de livros, mas a necessidade da atualização constante de periódicos ao acervo:

A [...] Livraria da Universidade ... deve estar abundantemente provida de livros...as Actas, Memorias, Jornaes, Diários, Ephemerides, Gazetas Literarias e outros semelhantes escritos

¹¹⁰ Idem.. p.21.

¹¹¹ AMARAL, A. E. MAIA do. “Aberta e patente a todos”: os quinhentos anos (pelo menos!) da Biblioteca da Universidade de Coimbra. **Cadernos BAD**. N. 1/2. Lisboa: Associação portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, 2012/2013.

¹¹² Idem. p. 57.

periódicos, que todos mandará vir annualmente para a Livraria da Universidade.¹¹³

Havia preocupação com a organização física da livraria, incumbindo quais habilidades específicas àqueles que fossem ocupar cargos junto à biblioteca e a necessidade da redação de catálogos, listas e classificações para os livros, estabelecendo cargos de um bibliotecário, dois serventes para a limpeza e subalternos auxiliares. E por fim, o reforço do comprometimento daqueles que viessem ali exercer funções, comprometendo-se exclusivamente com a instituição. Sobre a função do bibliotecário, escreveu:

Ficará também pertencendo ao Cuidado do Bibliotecário dispor, e aprontar para se imprimirem com o beneplácito do Reitor, e Junta da Fazenda as seguintes obras: 1.º os diversos Catálogos dos Livros Manuscritos, Medalhas, e mais monumentos Lapidares, ou Metálicos, que houver na Livraria, e em seu Museu, e Gabinetes... 2.º as Colecções das Dissertações Coroadas dos Partidos, e as dos Bacharéis Repetentes, que houverem sido aprovadas pelas suas Respectivas Congregações, 3.º algum Livro raro, ou Manuscrito precioso, que possa Servir de muita utilidade ao progresso das Artes, e das Ciências 4.º a Crónica, da Universidade, ou parte Capital dela, que houver composto.¹¹⁴

Cabia, então, ao responsável não só os cuidados dos livros, mas, também, a função de editor de obras depositadas na Biblioteca Real.

Essa concepção da Biblioteca da Universidade de Coimbra ia do encontro da ideia de pedagogia da Reforma de Pombal, criando cada vez mais espaços de conhecimento que deveriam alocar os mais diversos campos, estabelecendo diferentes maneiras de aprendizagem, da qual Ribeiro dos Santos soube como executar: “Que todas as pessoas, que entrarem nela Sejam Recebidos e servidos com muita prontidão com muito decoro, e com todo o agasalho, e cortesia.”¹¹⁵ E também, afirmava o compromisso de caráter publico da biblioteca: “aberta e patente a todos”.¹¹⁶

¹¹³ Estatutos de 1771-72, Livro I, tít. 6, Cap. 2. Apud, CAUSA PÚBLICA. **Serviço Público da Biblioteca da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010.

¹¹⁴ SANTOS, Ribeiro dos Santos. Minuta para o Regimento da Biblioteca da Universidade de Coimbra. In: CAUSA PÚBLICA. **Serviço Público da Biblioteca da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010. (Mostra)

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Ibidem.

Em sua atividade de jurista, porém, talvez tenha se sentido relegado como professor, devido à sua condição de leigo, visto o domínio dos clérigos nos estudos e debates. Há muitos dos seus manuscritos depositados junto à Biblioteca Nacional de Lisboa, mas poucos conhecidos¹¹⁷. Crente no poder da monarquia, na autoridade da Igreja Católica e na rígida divisão social do Antigo Regime, acabava por ter suas desconfianças em relação aos desmandos despóticos dos monarcas:

Todavia, além da leis e dos pactos positivos, existem ainda leis fundamentais naturais que moderam a soberania, e cujo a violação constitui o despotismo. Não sendo o fulcro destas teses originais, a verdade é que Ribeiro dos Santos foi seu paladino, na teoria e na prática, tendo, pelo vigor de sua acção, pago o altíssimo preço da incompreensão, da malquerença, da delação e do esquecimento¹¹⁸.

Maxwell, ao iniciar sua obra a respeito do Marquês de Pombal, ao referir-se ao paradoxo do qual parte sua análise, utiliza-se das palavras do próprio Ribeiro dos Santos sobre o quão controversa este considerava a figura do ministro “(Pombal) quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la. Quis difundir a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo”.¹¹⁹ O que nos leva a pensar com interesse sua aparição bastante coadjuvante, por muito tempo, junto às memórias dos tempos do Ministro, assim como sua ascensão, ao contrário de Cenáculo, junto ao governo mariano.

Por fim, suas atividades enquanto bibliotecário o levaram a ser nomeado por Dona Maria I, em 1796, como bibliotecário-mor da Real Biblioteca Nacional da Corte, biblioteca que viajaria, mais tarde, com a corte através do Oceano Atlântico, para desembarcar em terras brasileiras. Porém, essa não foi a primeira tentativa de tradição de uma casa de livros no reino português.

Ainda no século XIV, com a retomada das terras portuguesas do domínio dos mouros, a preocupação dos monarcas com a educação e com a recuperação da história do reino, vista a unificação, fez com que coleções de livros fossem reunidas na corte. Porém, Afonso V (1438-1481) foi quem se

¹¹⁷ CUNHA. António Ribeiro dos Santos...

¹¹⁸ Idem. p. 474.

¹¹⁹ BOXER, Apud. MAXWELL. **Marquês de Pombal...** p. 1-2.

deu conta da importância de disponibilizar as obras aos estudiosos, originando a conhecida Livraria Real. Com a União Ibérica, que perdurou até 1640, muitas dessas obras foram levadas à Espanha e, com isso, a biblioteca real perdeu sua importância. Foi em meados dos setecentos que D. João V passou a investir verdadeiramente na constituição de uma biblioteca real. A Livraria cresceu a passos largos e chegou a ser considerada uma das maiores da Europa, em números e pela preciosidade das obras e figuras que a estamparam, ganhou um novo prédio e funcionários para confeccionar os catálogos, além dos editores que se encarregariam das edições de luxo com as cores e o brasão do rei. Essa prática foi comum entre os monarcas de diferentes regiões.

D. João teve sua imagem dividida entre o rei de exacerbação religiosa, retratado em crônicas do tempo, e como o rei que na juventude adorava os livros e o “Magnânimo” da cultura, como ficou conhecido. Com a morte do monarca, em 1750, D. José I veio a substituí-lo: a essa altura, a biblioteca já estava bem alocada e administrada. Mesmo assim não poderíamos saber seu futuro nas mãos do novo rei. Em 1755 o grande terremoto que destruiu quase toda a cidade de Lisboa, seguido de um incêndio, consumiu rapidamente não só todos os livros como o prédio que os abrigava¹²⁰.

Após o terremoto, a proposta de uma biblioteca pública foi liderada pelo próprio Manuel do Cenáculo.

Havia originalidade no modelo português. Em vez de um único acervo, duas grandes bibliotecas foram idealizadas. Ao mesmo tempo em que se reorganizava a Real Biblioteca, junto ao novo Paço da Ajuda, erguia-se, de forma autônoma, a Real Biblioteca Pública. Criada no âmbito da Real Mesa Censória e dimensionada na medida das grandes bibliotecas europeias, já de início a Biblioteca Pública contava com um núcleo composto pelas muitas livrarias dos colégios da Companhia de Jesus, extinta desde 1759. Dessa maneira, utilizava-se a expulsão para conformar mais um acervo, contando com o julgamento da Mesa Censória, que cuidaria de reverter o catálogo em favor da nova orientação das reformas de estudos empreendidas no governo de Pombal. Assim, por meio do decreto de 2 de outubro de 1775, determinou-se a instalação dessa nova “Livraria”, logo na ala ocidental do Terreiro do Paço, também em vias de construção. A proposta não era inédita, pois já em 1771

¹²⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

frei Manuel de Cenáculo lançara a ideia de conformar um novo acervo, ligado aos trabalhos da Real Mesa Censória – que, a essas alturas, representava uma espécie de "memória bibliográfica" do reino, salva do terremoto. O ato, no entanto, veio mesmo em 1775, quando se passou a lidar com problemas concretos de instalação, e com as verbas que deveriam ser aplicadas numa biblioteca desse porte. Entretanto, nas décadas seguintes, as circunstâncias políticas e culturais não se mostraram favoráveis à continuidade do projeto, que ficou engavetado durante algum tempo¹²¹.

Tendo enfrentado dificuldades de estabelecer-se enquanto instituição, essa experiência foi importante para a definição da criação da posterior Real Biblioteca Pública¹²². O Alvará régio de 29 de fevereiro de 1796 conferiu-lhe a natureza de Biblioteca Pública, tendo sido instalada no Torreão Ocidental da Praça do Comércio no Terreiro do Paço e António Ribeiro dos Santos, nomeado primeiro bibliotecário-mor. Nesse mesmo ano, António Ribeiro manteve correspondência com Manoel do Cenáculo, o Bispo de Beja, que realizou uma importante doação à biblioteca do reino.



António Ribeiro dos Santos (1745 – 1818)

¹²¹ Idem. p. 116.

¹²² MEIRELLES, Juliana Gesuelli. As bibliotecas públicas no Império Luso-brasileiro Lisboa e Rio de Janeiro. **Revista Acervo**. V. 26, nº 2. Rio de Janeiro, jul./dez. 2013.

2.3 BENFEITOR DA NAÇÃO: CORRESPONDÊNCIA E MECENATO

O documento, em brochura, intitulado *Cartas Avulsas do Ex.^{mo} R.^{mo} Senhor Bispo de Beja e a Correspondencia incompleta com o Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos sobre os livros, e a raridade que o Ex.^{mo} Prelado oferecido á Real Biblioteca de Lisboa e outros papéis adquiridos por Fr. Vicente Salgado Ex Geral e chronista da congregação da Terceira Ordem de Portugal*, é composta de 93 páginas que agregam 25 cartas, três em latim e 22 em português; 12 textos, sendo seis em latim, dois em português e três epígrafes, duas em latim e uma em português.

Durante seus anos como prelado, seja no bispado de Beja ou em Évora, Cenáculo manteve correspondência com inúmeros ilustrados, eruditos e ocupantes de importantes cargos políticos, como o próprio Marquês de Pombal e o secretário Rodrigo de Souza Coutinho.¹²³ Cenáculo ficou conhecido por colaborar com diversas bibliotecas de instituições em Portugal e como entusiasta da criação de tantas outras pelo reino. De 1768 a 1777, enquanto providencial da Terceira Ordem, o Frei supervisionou os reparos no Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, parcialmente destruído com o terremoto de 1755, ao cabo que uma biblioteca pode ser reerigida, tratou de doar mais de 3.000 volumes e 4000 cruzados em donativos, para onde fez mais doações anos mais tarde.

Seu episcopado em Beja teve duração de 28 anos. Logo de início o então bispo apresentou sua preocupação com a formação intelectual dos futuros clérigos do Seminário de Beja. Por isso, inicialmente apresentou um regimento à biblioteca que delimitava os horários de funcionamento, instituía o cargo de um bibliotecário que deveria conhecer os livros e a organização destes, donde conseguiu instaurar uma coleção de mais de 9.000 volumes, assim como uma coleção de relíquias que ficavam no paço episcopal.

Com a sua transição para o Arcebispado de Évora em 1802, deixou um importante número de obras em Beja, porém, grande parte do seu

¹²³ VAZ. *Os Livros e a Biblioteca...*

espólio (o que não fora doado à Real Biblioteca) partiu junto com Cenáculo, onde pôde enriquecer mais uma biblioteca.

Se comparado com outros reinos europeus, Portugal era concebido com inferior na constituição progressista de uma sociedade iluminada pelo conhecimento. A constituição, como edificação e opulência de uma biblioteca que agregasse os valores literários da nação lusitana, eram essenciais na constituição de uma imagem letrada junto aos súditos e junto aos estrangeiros que ali passassem:

As formas de teatralização da vida social na sociedade do Antigo Regime dão o exemplo mais manifesto de uma perversão da relação de representação. Todas visam, de fato, a fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente.¹²⁴

De certa maneira, se pensarmos a trajetória cultural traçada por esses dois sujeitos, podemos pensar num desejo intrínseco de que o reino ao qual pertenciam alcançasse o progresso tão almejado e pelo qual dedicaram seus estudos durante tantos anos. Ainda que possamos relativizá-lo, a constituição da biblioteca pública nacional, de uma casa de conhecimento, agregadora da memória da civilização lusitana e de seus avanços científicos, a biblioteca representaria a civilização que esses letrados almejavam ser.

Nas cartas referidas neste trabalho temos dois ativos letrados do reino português, trazendo nos discursos contidos nas correspondências, o que representavam os livros e a formação das bibliotecas no contexto de grandeza de um reino como o de Portugal. O progresso, idealizado por administradores e pelo próprio Pombal, para esses ilustrados, passava pela distinção da construção do conhecimento através do fortalecimento da “Casa da Sabedoria”, a Biblioteca Real, e tantos outros locais de conhecimento.

As correspondências transcritas no catálogo trazem algumas das cartas enviadas e recebidas por Cenáculo nos anos de 1796 a 1797. São papéis pertencentes ao Bispo, que foram adquiridos por Frei Vicente

¹²⁴ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Abr. 1991, vol.5, n.11. p. 185.

Salgado. Entre elas encontra-se carta enviada ao Padre Frei Dionísio de Deus, Reitor-Geral da Ordem dos Monges de Serra D'Ossa, duas cartas enviadas a D. Rodrigo de Souza Coutinho, então Secretário de Estado. Ainda, carta enviada ao secretário da Marinha professor Joaquim José da Costa e Sá e correspondência enviada ao Arcebispo de Évora Dom Joaquim Xavier Botelho de Lima. Entretanto, o que tornamos análise central, é a correspondência mantida de 1797 a 1798 entre Manuel do Cenáculo e o então nomeado Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca da Corte – mais tarde, Biblioteca Nacional – António Ribeiro dos Santos, composto de nove cartas enviadas pelo então Bispo de Beja e cinco das respostas recebidas. A pluralidade das correspondências pode ser vista na tabela 1, dos anexos desta pesquisa. Organizada a partir do *Index* inicial, uma espécie de sumário produzido por Vicente Salgado, que organizou as correspondências, traz algumas informações como: destinatários das cartas, se se trata de correspondência produzida ou recebida por Cenáculo, em que data e um breve resumo explicando do que se tratam as missivas¹²⁵.

Como na maioria das cartas, esses dois homens de letras se correspondiam em torno de um interesse em comum, sua bibliofilia. Cenáculo, conhecido como um bom comprador pelos mercadores de livros tinha interesse em contribuir com a biblioteca que vinha sendo formada por Ribeiro, assim como seu acesso a obras.

Além disso, Cenáculo se via fortemente engajado no projeto de uma nova pedagogia que fizesse diálogo com os ideais de ensino científico e das Luzes, que necessitavam serem reformados após o afastamento dos jesuítas. Para isso, encarregava-se, não só de escritos, mas da indicação de manuais e obras que deveriam constar nas bibliotecas do reino¹²⁶.

Ao assumir o cargo de bibliotecário-mor, António Ribeiro dos Santos debruçou-se tanto sobre a tarefa de agregar os volumes ainda conservados das diversas bibliotecas portuguesas, como de angariar novas aquisições para a Casa da Sabedoria portuguesa. Dessa maneira, chegamos

¹²⁵ Tabela 01 - Tabela da correspondência enviada e recebida por Manuel do Cenáculo em Cartas Avulsas do Exmo. e Rmo. Senhor Bispo de Beja, ir à página 115.

¹²⁶ VAZ. **Os Livros e a Biblioteca...**

à negociação do grande volume de livros doados pelo então Bispo de Beja à Real Biblioteca.

Considerando que a maior parte das cartas diz respeito aos diálogos mantidos entre os dois letrados, a análise centrou-se mais nas representações construídas em torno do livro enquanto o objeto que materializa o conhecimento, necessário ao progresso da nação, e a biblioteca como a instituição alocadora e agregadora desse conhecimento materializado.

Em carta de 14 de outubro de 1796, Cenáculo demonstra a importância dada à Biblioteca Real:

Exmo e Reverendíssimo Senhor a Real Bibliotheca que Sua Magestade foi servida erigir nesta Cor-te para bem da Literatura Nacional, tem de franquear com brevidade ao público as preciosas coleções de livros com que Vossa Excelência apreparou, e enriqueceu nos ditos dias de seu governo Literário; e achando-me eu encarregado por Alta Mercê de sua Magestade de a reger, e dirigir julguei ser de meu ofício, e da primeira obrigação daquela casa participar a Vossa Excelência¹²⁷.

As cartas mostram nos tratamentos usados entre os dois homens de letras o papel de autoridade que acreditavam desempenhar junto às reformas político-educacionais no Estado português. Suas obrigações junto à formação dos espaços de erudição e, de grande importância, públicos.

distinto Zelador da Pátria estimará mais que Vossa Excelência a execução deste ilustre Estabelecimento tão útil à nação, e que foi tanto em [?] mento dos homens, pelo expediente Santíssimo de huma Bibliotheca Pública, que neste século, a face das Nações heroicamente Letradas pedia pejo e coragem de Alto Poder, e copioso de riqueza pecuniária, e doutrinal. Portanto encherá Vossa Senhoria esta Casa da Sabedoria de brilhantíssimos decoros; e de tudo quanto sem limite a pode ennobrecer¹²⁸.

¹²⁷ Carta de Manoel do Cenáculo para Ribeiro dos Santo, 14 de outubro de 1796. In: SALGADO, Frei Vicente. **Cartas Avulsas do Exmo. e Rmo. Senhor Bispo de Beja:** e a correspondência incompleta com o desembargador Antonio ribeiro dos Santos sobre os livros e a raridade que o Exmo. Prelado ofereceu a Real Biblioteca de Lisboa e outros papéis. Adquirido por Frei Vicente Salgado Ex Geral e Chronista da congregação da Terceira Ordem de Portugal. [s.l.] [s.d.] Academia de Ciências de Lisboa. Cod. 261. p. 5.

¹²⁸ Idem. p. 8.

O trecho que se refere as “Nações heroicamente letradas”, no discurso de Cenáculo, revela a constante preocupação – e desejo – de colocar o reino lusitano em pé de “igualdade intelectual” em relação aos outros reinos europeus, de onde vinham e para onde iam muitas obras e ideias.

A Real Biblioteca [...] funcionava, assim, sob a batuta de religiosos feitos amanuenses, que não mediam esforços para aumentar o acervo. Contudo, a importância dessas instituições não era só feita de livros. Junto com a biblioteca, ficavam armazenados projetos, aspirações e representações de uma monarquia que se apresentava como culta e erudita. Já se falou sobre os limites do pensamento ilustrado português, mas agora pode se pensar, no miúdo, nas suas implicações, sobretudo no que se refere à conformação de uma Real Biblioteca, espécie de cartão de visita do Estado¹²⁹.

O enfoque dado nas cartas ao caráter público da biblioteca pode ser observado em vários trechos. Prestemos atenção ao fato de que a instituição era por seguidas vezes referida como “Real Bibliotheca Pública” (p.13; 24) ou apenas “Bibliotheca Pública” (p.10; 21; 53). No entanto, esse apelo é utilizado apenas por Cenáculo – que também lança a expressão “cousa pública”(p. 37; 38.), enquanto que Ribeiro não traz esse destaque ao referir-se à instituição como “Real Bibliotheca de Lisboa” (p. 64), ou, na maioria das vezes, apenas “Bibliotheca”. Temos aqui um importante traço das políticas da Reforma refletido anos mais tarde.¹³⁰

A preocupação com a valorização do conhecimento de uma memória depositada nas bibliotecas era crucial ao fortalecimento do Estado português frente à ameaça constante dos ideais da Revolução Francesa. Além disso, as virtudes dos cidadãos estavam diretamente ligadas ao conhecimento adquirido através das luzes da razão. É importante ressaltar que falamos de homens de ordens religiosas. Para esses letrados iluministas católicos, conhecimento e religião não eram contrários, e sim, deveriam ser combinados para a formação de uma nação próspera. Segundo Vaz, a intenção de Cenáculo:

¹²⁹ SCHWARCZ. **A Longa Viagem da Biblioteca....** p. 158.

¹³⁰ SALGADO. **Cartas Avulsas...**

[...] baseia-se na instrução: instruir os padres de modo a construir uma elite culta e interventiva, porque os povos precisam de bons pastores, conhecedores da religião e da teologia, mas também instruídos na física, medicina, mecânica e agricultura, para deste modo serem capazes de curar os doentes e de ajudar e incentivar os camponeses a praticarem uma nova agricultura. Para o povo a instrução foi para ele sinónimo de catecismo, o melhor antídoto contra os vícios e contra a superstição e meio para obter a aplicação no trabalho, não esperando soluções milagrosas, mas levando o homem a compenetrar-se de que deve tomar a “natureza propícia”¹³¹.

Em alguns trechos podemos notar o entendimento de como a formação do carácter do indivíduo cidadão perpassava pelo intelecto e virtudes religiosas sem que houvesse conflitos, ao contrário, demonstrando-as complementares:

A cada hora nessa casa da sabedoria fermentará a briosa inquietação dos ânimos letrados, o apuramento dos juízos, a certeza e elegância das doutrinas, e de sua intimação nas causas religiosas, na moraes, nas do Estado, e quaes quer outros bens, de que Ella se possa, e deve inteirar¹³².

Nesse trecho citado, o Estado também aparece como relevante aos assuntos dos livros e das bibliotecas. A questão do Estado nacional atingiu extrema importância na Europa do século XVIII. Na tentativa de consolidar sua soberania, os reinos adotaram políticas nacionalistas quanto à hegemonia do Estado. A memória do Império Português foi constituída em espaços de cultura como as Academias de História, a Universidade de Coimbra e a própria Biblioteca. Frente aos avanços do conhecimento em outros países, os sujeitos de letras portugueses empenharam-se em alcançar o progresso. Vejamos os seguintes trechos:

Chegou pelo correio a notícia da feliz abertura da Real Bibliotheca de Lisboa, e pôs em alvoroço quanto eu sou pelas relações que della vejo derramar-se por todo o mundo, e por todos os tempos em honra da Pátria: eu devo accrescentar as da minha estimação convencida por todos os motivos, que merece a cousa pública. Verá a Nação, e o estranho como as bemaventuradas mãos que tem

¹³¹ VAZ. **Os livros e a biblioteca...** p.14

¹³² Carta de Manoel do Cenáculo para António Ribeiro dos Santos em 07 de fevereiro de 1797. SALGADO. **Cartas Avulsas...** p. 20.

creado a Bibliotheca, e nella presidem farão em verdade formada para enchêlla de préstimos, e respeitos sem limite.¹³³

Nota-se que assim como o termo *nação*, a noção de “Pátria” aparece nas diversas vezes em que se tecem os elogios à iniciativa da formação da biblioteca e da importância dos livros. Encontrada em vários trechos – mais precisamente, 19 vezes em toda a compilação de correspondências – “pátria” está associada nas cartas ao exercício patriótico realizado pelos letrados portugueses em seu empenho na constituição da República das Letras. Em uma das correspondências em que António Ribeiro agradece a colaboração de Cenáculo à Real Biblioteca, utiliza desse artifício: “Vossa Excelência é o primeiro que abre este caminho para utilidade e ornamento da Nação, e que dá aos bemfeitores das letras hum exemplo digno de se trazer diante dos olhos e em todos os séculos, de luz, e de patriotismo.”¹³⁴ A percepção de cidadania, cara aos preceitos iluministas, era representada na reponsabilidade frente ao progresso da Pátria por meio do conhecimento compartilhado.

Além disso, para além do sentido de pátria, no século XVIII é que o sentido de “nação” toma importância junto ao conhecimento político do reino. Estabelecer as memórias de identidade coletiva a quais os súditos estariam submetidos era crucial para a unidade do Império Português. A “glória” frente às outras pátrias era essencial para o reconhecimento em relação a outras pátrias e base do reconhecimento nacionalista àqueles que pertenciam a essa coletividade. O “nós” que constituía a pátria foi firmado, a favor do Estado-nação, através do estabelecimento de símbolos e instituições que fortalecessem a unidade em torno da civilidade inerente ao Iluminismo. Desse modo, nossos letrados reforçam em seus discursos a grandiosidade – ao menos em seu entendimento – da criação de um espaço que ostentasse e congregasse as raízes do conhecimento e demonstrasse a real preocupação dos lusitanos com a memória do reino e com os caminhos pelos quais estavam determinados a seguir.

¹³³ Carta de Manoel do Cenáculo para António Ribeiro dos Santos em 19 de maio de 1797. SALGADO. **Cartas Avulsas**.... p. 37.

¹³⁴ Carta de António Ribeiro dos Santos para Manoel do Cenáculo em 05 de abril de 1797. SALGADO. **Cartas Avulsas**... p. 64.

Em outro recorte das cartas, podemos perceber a forma como Cenáculo e Ribeiro percebiam a importância da existência da Real Biblioteca como espaço de difusão de conhecimento no reino:

a execução deste ilustre Estabelecimento tão útil à nação, e que foi tanto em [?] mento dos homens, pelo expediente Santíssimo de huma Bibliotheca Pública, que neste século, a face das Nações heroicamente Letradas pedia pejo e coragem de Alto Poder, e copioso de riqueza pecuniária, e doutrinal. Portanto encherá Vossa Senhoria esta Casa da Sabedoria de brilhantíssimos decoros; e de tudo quanto sem limite a pode ennobrecer. Para tanto, bem repito que os meus antigos votos, formados acerca de huma instituição pela qual chamavão continuada, e altamente Céu, e Terra.¹³⁵

Percebe-se no trecho que a instituição era para esses letrados parte de um plano maior de estabelecer também em Portugal a ideia de uma República das Letras, e a crença de progresso da nação com base no conhecimento em todos os âmbitos da sociedade.

Outra questão pertinente é como a representação de erudito e homem de letras (letrado) foi construída no discurso das correspondências. O entendimento da importância do conhecimento para a formação da pátria perpassa pelo reconhecimento daqueles que compuseram esses espaços de conhecimento e se empenharam na produção nacional. O reconhecimento da erudição do outro é resgatada em diversos momentos, como quando Cenáculo faz elogio ao bibliotecário: “Não queira a modéstia exemplar de Vossa Senhoria fugir dessa verdade. Deos fez a Vossa Senhoria genial, próprio, adequado, e rico das erudições necessárias para presidir, e encaminhar o desempenho de tanta obra [F F] e abençoado.”¹³⁶

As relações de sociabilidade que foram criadas através do universo dos livros permeou a sociedade erudita do século XVIII. Para além dos modelos de salões franceses, a escrita epistolar nos traz a empatia entre os pares, enquanto as funções que acreditam ocupar na sociedade.

Em resposta a uma das cartas referente ao donativo, Ribeiro não economiza em pontuar os aspectos pelos quais Cenáculo deveria vir a ser conhecido:

¹³⁵ Carta de Manoel do Cenáculo para António Ribeiro dos Santos em 10 de fevereiro de 1796. SALGADO. **Cartas Avulsas**.... p. 7 - 9.

¹³⁶ Carta de Manoel do Cenáculo para António Ribeiro dos Santos em 7 de fevereiro de 1797. SALGADO. **Cartas Avulsas**... p. 21.

Na frente dos seus annais apparecerá sempre o bemfeitor da Nação, o sábio e protetor dos sábios, o Philólogo erudito, o Philosopho profundo, o Theólogo sublime, o Escritor eloquente, o Cidadão zeloso, o Cortesão modesto, o Mestre de príncipes, o Padre da igreja, o Bispo apostólico, o luzeiro da fé, o Varão trasladado pelo coração de Deos, que tudo a luz compreenderá o immortal e adorado nome de cenáculo.¹³⁷

Através dessas intenções de erudição, a troca de correspondências estabeleceu contato de tal forma que o tratamento que é utilizado entre esses pensadores, demonstra não apenas sua forte relação com o mundo dos livros e das bibliotecas, mas as relações sociais que estabelecem nesse círculo de homens de letras:

Ilustríssimo Senhor Meu Bemquerido amigo, e meu Senhor. Chega o correio na hora de partir, e ainda que por isso precipite palavras, o princípio de que elas nascem he a coisa mais assentada que tenho: he o amor que as forma, e a obrigação que Vossa Senhoria me constitui. Por tudo posso, e devo assegurar a Vossa Senhoria que rendo infinitas graças a Deus pela aquisição de hum amigo, e honrador tal como Vossa Senhoria. Quando Nosso Senhor permitir que eu pelas dependências desta igreja, ´paradas por vinte e sete anos chegue a essa Corte, terei todo o desafogo de coração na sua amável e [?] judiciosa [?] presença, porque eu sou ingênuo, e vejo que devo deixar-me arrebatado pelo excelente entendimento de Vossa Senhoria, e não sei por que é semelhanças que nos prendem os corações.¹³⁸

Esses diálogos mantidos através de correspondências deixaram vestígios a respeito de uma tendência comum a diversos eruditos do século XVIII, a bibliofilia, através da qual podemos entender tamanha importância dada à construção e à manutenção de espaços de livros e leituras.

Manuel do Cenáculo e António Ribeiro dos Santos encaixam-se nas concepções traçadas no século XVIII de letrado e erudito. Homens com formações em Cânone, no caso do primeiro, e em leis, no caso do segundo, que ocuparam seus dias na tarefa árdua de fazer com que o conhecimento chegasse a todos os súditos.

¹³⁷ Carta de António Ribeiro dos Santos para Manoel do Cenáculo em 05 de abril de 1797. SALGADO. **Cartas Avulsas...** p. 64.

¹³⁸ Carta de Manoel do Cenáculo para António Ribeiro dos Santos em 09 de dezembro de 1796. SALGADO. **Cartas Avulsas...** p. 11.

Nas cartas podemos perceber que essa vontade, e o fazer, dos saberes estão ligados às ideias iluministas que permeavam as leituras do século XVIII e foram trazidas para a política com a reforma do Ministro Pombal. Nossos letrados inseriram-se nas funções de reformadores pedagógicos, produzindo conhecimento e organizando espaços de proliferação e regulamentação do conhecimento.

As falas diretas presentes nas correspondências demonstram que esses sujeitos reconheciam suas ações junto à sociedade lusitana, consideravam-se mutuamente como homens de letras, afirmavam os livros e as bibliotecas como materialização da política do conhecimento ilustrado e, também, reconheciam as suas ações, os livros, e as casas de conhecimento todos como peças fundamentais a conduzir a sociedade portuguesa do Antigo Regime ao progresso e ascensão frente às grandes nações europeias.

Esses espaços de conhecimento, seguindo as tendências científicas dos setecentos, também deveriam corresponder a uma ordem estabelecida sobre o que seria uma biblioteca e de que forma o conhecimento estaria organizado, não apenas metaforicamente, mas na prática: enquanto divisões estabelecidas em áreas do conhecimento, como veremos no capítulo três.

3. O CATALOGO METHODICO DA LIVRE DOAÇÃO

Em diálogo com o catálogo de cartas, encontram-se na Biblioteca Nacional de Lisboa três tomos que reúnem, em suas 1.009 páginas, o *Catalogo Methodico dos livros que o Exmo e Rmo D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-boas Bispo de Beja doou a Real Biblioteca Publica da Corte no ano de 1797*. Supõe-se que esse rol de livros diga respeito à doação motivo das cartas trocadas entre Ribeiro e Cenáculo. Sendo assim, podemos ter noção de aspectos das obras as quais Cenáculo achava essenciais para uma nação sustentada pelo conhecimento, como pilar do progresso, guardar em sua valiosa biblioteca.

As listagens estão separadas em tomos que se referem à classificação que foi dada quanto às temáticas da época. Logo temos no Tomo I: *Que contém os livros impressos de Historia Bellas Letras Filosofia Medicina Mathematica Oficios Artes Ciencias Civis e Politicas*, com 933 títulos¹³⁹ divididos em outras 130 classificações. O Tomo II: *Que contém os livros impressos das ciências Ecclesiasticas e da Poligraphia e Micellanea* encontramos 726 títulos divididos 23 classificações – para além do título do tomo – e outras 63 subdivisões minuciosas. Já no Tomo III: *Que contém os Mss (Manuscritos)* os 214 títulos estão divididos em 10 categorias e mais 51 subcategorias. Chamaremos essas divisões e subdivisões de classificação 1 e classificação 2 no decorrer da análise.

Os catálogos são peças importantes para que possamos nos aprofundar nas formas como letrados portugueses imbuídos de ideias ilustradas, representados pelas figuras de Manuel do Cenáculo e Ribeiro dos Santos, entendiam a organização do conhecimento necessário à sociedade lusitana. O plano de viabilizar as práticas de leituras aos diferentes níveis de súditos acompanha a reforma pedagógica da expansão das aulas régias: é preciso viabilizar o mundo dos livros para além de letrados que poderiam possuí-los e adquiri-los através de uma instituição regulamentada pela Coroa. Os livros eram (são) o melhor meio de combater a ignorância e a superstição,

¹³⁹ Apontamos “títulos”, pois alguns são numerados com mais de uma unidade, portanto o total de obras é maior, ficando clara a magnitude da doação em quantidades. Por isso, optamos por nos ater à pluralidade da doação.

e nas bibliotecas eram amparados os sujeitos que estavam dispostos a encontrar esse conhecimento.

A então regulamentada Real Biblioteca Pública da Corte era resultado de uma concepção de “Casa da Sabedoria”¹⁴⁰ idealizada ao decorrer do século XVIII. No governo de D. João V, a Livraria Real, em meados dos setecentos, já atingia um montante de aproximadamente 70.000 volumes¹⁴¹. O monarca era reconhecido como Rei-Sol português¹⁴² – aludindo à figura do monarca Luís XIV – por suas imissões culturais no reino, culminando na ostentosa obra do Convento de Mafra:

Aspecto essencial da Corte joanina foi a afirmação da sua indisputada centralidade cultural. Expressão emblemática deste período, Mafra foi apenas a tradução mais visível dum contínuo investimento cultural e artístico, que se consubstanciou na importação sistemática de numerosos artistas e músicos italianos, bem como na encomenda direta dos trabalhos. O auge da cultura barroca em Portugal expressar-se-á também, não só nas diversas academias literárias, cuja expansão vem de trás, mas ainda na fundação da Real Academia de História, em 1722. A impressão, periódica e outra, conhecerá também durante o período joanino uma apreciável expansão, geralmente subestimada. A dimensão de representação espetacular do poder real tem sido muitas vezes destacada como uma das marcas singulares do período joanino.¹⁴³

Ainda que os relatos que comparavam Portugal aos outros reinos europeus o colocassem em inferioridade de progresso e conhecimento, foi em meio a essa investida cultural que Manuel do Cenáculo tomou seus estudos. Quando ingressou ao Colégio da Congregação dos Oratorianos, em 1736, pode frequentar a sua biblioteca de mais de 30.000 volumes e o Gabinete de Física, que D. João V havia doado à congregação. Enquanto ingresso da Ordem Terceira de São Francisco, pode explorar a biblioteca do

¹⁴⁰ A biblioteca é assim nomeada tanto por Ribeiro dos Santos como por Cenáculo nas correspondências.

¹⁴¹ Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$livraria-real](http://www.infopedia.pt/$livraria-real)

¹⁴² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Política e Cultura no Governo de D. João VI (1792-1821)**. 2013. 360 f. Tese (Doutorado em História – política, memória e cidade). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013

¹⁴³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas de. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 137.

Convento de Nossa Senhora de Jesus, e, ao cumprir seu doutoramento na Universidade de Coimbra tinha à sua disposição a Biblioteca Joanina da Universidade, á qual o rei destinava um orçamento considerável na época¹⁴⁴.

A Livraria Real, advento das políticas culturais da primeira metade dos 1700, foi sistematizada e aumentada, ganhando, primeiramente, prédio próprio, seguido da ideia de conservação, organização e aquisição de livros. Os muitos diplomatas enviados às cortes do exterior – entre eles o futuro Marquês de Pombal – enviavam não só obras, mas relatos de como funcionavam e qual o conteúdo das grandes bibliotecas estrangeiras, como também um variado número de obras de arte¹⁴⁵.

Morto em 1750, D. João não foi testemunha do terremoto de 1755 que, seguido de um incêndio, transformaria a Livraria do Paço em destroços. Temporariamente, transferiu-se que o restava dos livros ao Palácio da Ajuda, enquanto erguia-se o projeto da primeira Biblioteca Pública da Corte. Quando da Reforma Pombalina, Cenáculo logo se manifestou pela importância de se incluir uma biblioteca pública nos planos, negociando a aquisição da importante coleção do Abade Diogo Barbosa Machado. Demarcou a importância de um museu-biblioteca onde pudessem ser alocadas e expostas também relíquias da história do reino.¹⁴⁶ Ao mesmo tempo em que se voltou para a restauração das bibliotecas de outras instituições, como do Convento de Nossa Senhora de Jesus e se ocupou também da incorporação da biblioteca jesuítica pela biblioteca da Real Mesa Censória, a qual presidia¹⁴⁷.

Depois de progressos e retrocessos ao longo de 20 anos do projeto de biblioteca pública da Reforma Pombalina, esta serviu de base para a restauração do projeto mariano.¹⁴⁸ A biblioteca formada durante a ação da Real Mesa Censória foi essencial para a formação da biblioteca aclamada em 1796, por ser origem de maior parte do fundo inicial de livros. Ao assumir o

¹⁴⁴ VAZ, Francisco António Lourenço. A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. **Acervos Patrimoniais Novas Perspectivas e Abordagens**. Campo Arqueológico de Mértola: Portugal, Mértola, 2012.

¹⁴⁵ SCHWARCZ. **A Longa Viagem...**

¹⁴⁶ MEIRELLES. **Política e Cultura...**

¹⁴⁷ VAZ, op. cit.

¹⁴⁸ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. As bibliotecas públicas no Império Luso-brasileiro Lisboa e Rio de Janeiro. **Revista Acervo**. V. 26, nº 2. Rio de Janeiro, jul./dez. 2013.

cargo de bibliotecário, Ribeiro dos Santos reconheceu a riqueza das obras do fundo patrimonial da biblioteca e, principalmente, do fundo da Mesa Censória¹⁴⁹. No entanto, encontrou um fundo sem classificação definida e a necessidade de tomadas de decisões quanto à organização prática, mas já havia estabelecido parâmetros para seu projeto de grandeza da instituição¹⁵⁰.

Se a primeira tentativa de uma biblioteca pública havia sido alçada sob a égide da política de livros da Reforma de Pombal, outro ministro começava a tomar destaque junto às políticas de Estado do governo mariano e joanino. D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) era filho de um alto funcionário do governo de D. José I e teve o Marquês de Pombal como seu padrinho, que o educou sob sua direta supervisão. Com a ascensão de D. Maria I ao trono, ocupou cargo diplomático fora de Portugal durante 15 anos, retornando em 1796 para integrar a administração do Príncipe Regente D. João VI.¹⁵¹ Desempenhou o cargo de secretário de Estado da Marinha (formando a Junta da Fazenda da Marinha e o corpo de engenheiros construtores navais), presidente do Real Erário, ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, inspetor-geral da Junta Económica, Administrativa e Literária da Impressão Régia, da Biblioteca Pública de Lisboa, do gabinete de História Natural e do Jardim Botânico do palácio da Ajuda¹⁵².

O novo ministro deu continuidade às reformas do conhecimento no Reino Português, com abordagem mais próxima aos interesses econômicos e científicos de fins do século XVIII:

A trajetória política de Souza Coutinho é mais uma evidência a contrariar a noção corrente que vê o governo de D. Maria como

¹⁴⁹ “[...]’seria um balanço injusto considerar inexistente ou pouco mais que depósito de velhos livros, quanto foi a *Biblioteca Pública* efectivamente iniciada nos anos 1770 – 1775: projectada, enriquecida com vastos fundos antigos e comprar nucleares recentes.” Aliás, essa foi a opinião do Doutor António Ribeiro dos Santos, lente de Coimbra e ex-bibliotecário da mesma Universidade, quando foi chamado a pronunciar-se sobre o estado em que se encontrava “a Livraria que estivera a cargo da Mesa Censória”. VAZ apud. DOMINGOS, Manuela D.(orgs.). **Casa dos Livros de Beja**: doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2006. p. 12-13.

¹⁵⁰ DOMINGOS, Manuela; LÓPEZ, Inéz; OLIVERA, A. Braz de. Biblioteca Nacional de Portugal. **Boletín de la ANABAD**. Tomo 42. Número 3-4. Espanha: Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas – ANABAD, 1992.

¹⁵¹ PAIM, Antonio. A Corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. **Revista Estudos Filosóficos**. Nº3. São João Del-Rey, Minas Gerais: UFSJ, 2009.

¹⁵² Sobre Rodrigo de Sousa Coutinho: [http://www.infopedia.pt/\\$d.-rodrigo-de-sousa-coutinho](http://www.infopedia.pt/$d.-rodrigo-de-sousa-coutinho)

movimento de uma “viradeira” política. O que se observa através das ações do ministro do ultramar é, de fato, a tentativa de dar continuidade ao “projeto pombalino” de desenvolvimento científico e industrial de Portugal.¹⁵³

Mantendo uma gama de letrados a serviço da administração do reino, incentivou a formação de novas academias e bibliotecas, investindo em políticas de progresso através do mundo dos livros¹⁵⁴. A Real Biblioteca Pública da Corte congregava a herança letrada dos sujeitos do iluminismo pombalino sob a égide do governo do príncipe D. João.

Na organização do catálogo, podemos encontrar alguns indícios de aspectos da ilustração portuguesa do século XVIII seja em itens de sua listagem, no seu arranjo temático, ou mesmo na sua representação enquanto doação textualizada pela carta de oferta, como veremos adiante.

3.1 AO PRÍCIPE NOSSO SENHOR

O Tomo I de doação inicia-se com uma carta de Manuel do Cenáculo ao Príncipe Regente, a quem oferece a biblioteca e da qual podemos extrair aspectos interessantes desse ato de mecenato:

Ao Principe Nosso Senhor

Rogo eu Bispo de Beja humildemente seja servido Aceitar a livre Doação, que faço à Real Bibliotheca Publica de Lisboa pelo seo inspirado Estabelecimento e Utilidade Credito Nacional dos Livros, em que me pareceo haver dignidade, raridade, e de alguma proporção, os quais separei daqueles, que para os estudos próprios desta Diocese nella se devem conservar, não havendo nesta dilatadíssima Provincia Livraria alguma Publica, sendo necessária a cada instante: Assim como também compreendo na mesma Doação, pelo meu amor pátrio o Monetario de mais de três mil medalhas não duplicadas, de cobre, prata, e oiro em que há raríssimas, algumas desconhecidas, e gregas e outras raridades dignas do Museo Real e Publico, pois que o animo do bom, e Augusto Principe não he para menos do que repetir em sua felicíssima Corte o Museo de Alexandria, e tanto mais quanto vejo não hir a coisa aprecipitar-se por descuidos, e provisões [?] mas sim estar entregue a hum Perfeito de vocação notória para tão Grande

¹⁵³ DENIPOTI, Claudio; PEREIRA, Magnus Roberto Mello. Sobre livros e dedicatórias: D. João e a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). **História Unisinos**, V. 17. Nº3. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Unisinos, 2013.p. 260.

¹⁵⁴ DENIPOTI, Claudio. Possibilidades combinatórias da condução da leitura em uma biblioteca: José Maria Dantas Pereira e o “Catálogo sistemático da Biblioteca da Companhia dos Guardas-Marinhas”. **Acervo**. V. 26. Nº 2. jul./dez. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

Obra, acompanhado de Pessoas inteligentes, e activas que hão de conservar, melhorar e augmentar hum Instituto pelo qual te chamado os votos de todos os bons e zelosos Patriotas, de índole beneficentíssima se Digne Approvar, e Aceitar esta demonstração das minhas inclinações ao Credito Nacional, e queria favorecer-me, eu pediria a S. Alteza Real em consideração do que tenho despendido dom a minha Igreja no espaço de vinte e sette annos, me fizesse a outra graça, a Exemplo do Presidente, e Deputado da Real Mesa da Comissao extinta, Mandasse dar-me os cahidos, e continuar na forma que parecer justa ao mesmo Senhor, os meos ordenados, e pois eu nella fui Presidente desde o anno de mil settecentos e settenta até mil settecentos settenta, e sette com as fadigas, que não desmerecem contemplação, e creando por nova forma as Escollas Menores com muito esplendor, e ao mesmo tempo fui Presidente do Subsidio Litterario, cuja colheita, e Arrecadação creei com muitíssima vantagem da Fazenda Real, e meios para esta se não gravar. E como a tudo excede a Graça do Melhor dos Principes, a Ella me conformo com a submissão de dependente, e respeito de fiel Vassalo. Beja em 24 de março de 1797. Frei Manuel Bispo de Beja.¹⁵⁵

Muitos aspectos do mecenato podem ser reconhecidos nas linhas traçadas por Cenáculo, mas antes de nos atermos a elas, faz-se necessária uma rápida abordagem a respeito da questão da autoria junto ao catálogo.

¹⁵⁵ CENACULO, Manuel do. **Catalogo Methodico dos Livros, que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas, bispo de Béja Doou à Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797 Tom. I:** Que contém os Livros impressos de Historia, Bellas Letras, Filosofia, Medicina, Mathematica, Officios, e Artes, e Sciencias Civis, e Politicas. Tomo I. Beja, 1797. Biblioteca Pública Nacional de Lisboa. p. 11-13.



Carta de Frei Manuel do Cenáculo ao Príncipe D. João

Primeiramente questionamos a produção do catálogo como composta por António Ribeiro dos Santos, por já ter produzido tantos outros catálogos de acordo com suas concepções de organização de bibliotecário, por exemplo, a *Lista de livros e jornais estrangeiros que a Biblioteca Nacional de Lisboa deve adquirir*¹⁵⁶, e por pensarmos ter sido composta com a chegada da doação a Lisboa.

Entretanto, vista a existência da carta dedicada ao príncipe regente, ativemos a questão de que o catálogo deveria ter vindo junto das doações, listando-as. Quando da leitura de bibliografia sobre a correspondência de Cenáculo – que não aquela objeto desta pesquisa – por outros autores, nossa surpresa foi a afirmação de que o bispo vinha compondo um catálogo no qual anotava todo espólio que pretendia doar à Biblioteca Real, quando resolveu enviar tudo que pudesse separar a doação sem catalogação, acelerando a transição dos mais de 90 caixotes, e a

¹⁵⁶ BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. *Lista de livros e jornais estrangeiros, que a Biblioteca Nacional de Lisboa deve adquirir. (De novo ou para complementar collecções.)* São notas da administração de António Ribeiro dos Santos. Original. Cod. 565.

separação a cargo de António Ribeiro dos Santos, tornando-se este autor do catálogo.¹⁵⁷

A questão da autoria de um determinado escrito ou obra não foi uma questão muito sensível aos homens de letras anteriores à modernidade. Essa necessidade aparece mais do reconhecimento da função social de produtores do conhecimento. Badinter coloca a questão do clérigo estudioso do medievo, como privado de sua “autoria”, quando se refere a seu posicionamento em debate público, visto que o orgulho da ideia ou da obra – intrínseco na autoria – era imposto como pecado frente aos dogmas da Igreja¹⁵⁸.

Mas não só nos é relevante saber do autor das categorias de conhecimento, para que possamos compreender melhor o delinear da classificação de conhecimentos a esses dois sujeitos, como também é questão importante na composição desse tipo de documento, no qual ficam arrolados os nomes dos produtores de manuscritos e, principalmente, de impressos. No século XVIII, a ideia de autor relacionar-se-ia com a possibilidade da punição pelos textos considerados perigosos, mas também com o reconhecimento de sujeitos cuja função seria ler a sociedade através das letras. É uma interessante reflexão, pois temos em nossos dois personagens, também, a figura de autores.

A questão do reconhecimento também nos é cara ao distinguir a figura do mecenas, representada aqui por Cenáculo. A competência de bibliófilo estava muitas vezes ligada ao mecenato

A filantropia que vemos fortemente apoiada no valor simbólico do livro e nas potencialidades instrutivas da leitura. No primeiro caso, porque será recorrente nos séculos XIX e XX, muitos beneméritos e benfeitores doarem as suas coleções a bibliotecas públicas, preocupados em assegurar a memória e garantir para os seus gastos e esforços um fim nobre, a utilidade pública que já orientava D. Manuel do Cenáculo. E quanto ao valor instrutivo da leitura, ontem como hoje, alguém duvida que ler é a competência imprescindível para obter a sabedoria ou conhecimento?¹⁵⁹

¹⁵⁷ DOMINGOS. **Casa dos Livros de Beja...**

¹⁵⁸ BADINTER, Elisabeth. **As Paixões Intelectuais**: desejo de glória 1735-1761. Tradução: Clóvis Marques. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵⁹ VAZ. A ideia de Biblioteca... p. 93.

A paixão pelos livros e pelas leituras provocava vocação de proporcionar a outrem os prazeres que o conhecimento os trazia. Cenáculo era um ativo e generoso mecenas, doando livros a várias bibliotecas e letrados.

Contudo, a questão de ser reconhecido como doador, na carta ao príncipe, parece perpassar muito mais questões políticas e financeiras. Ao relembrar a D. João VI dos cargos que ocupou junto à administração de seu avô José I, Cenáculo impõe a importância nas decisões político-reformadoras, frente ao esquecimento que lhe foi imposto na retirada do Ministro Pombal do governo, ao que se refere de maneira amarga em seus diários.¹⁶⁰ Além disso, contava com a gratificação e valores, prometidos a ele e a sua paróquia, que parecem também não terem sido reconhecidos tão prontamente.¹⁶¹ O reconhecimento, em prática, veio apenas em 1802, quando nomeado Arcebispo de Évora, aos 78 anos, onde também fundou uma biblioteca pública.

Na carta podemos ler também duas questões cruciais à ideia de biblioteca, tão cara a Cenáculo: a formação de uma biblioteca nacional e que fosse pública. Em trechos das cartas antes tratadas podemos notar o reforço no quão importante essa questão era:

D. Manuel do Cenáculo leu os tratados biblioteconômicos que no seu tempo eram recomendados e que tinham reputação em toda a Europa. Essas leituras serviram para se documentar sobre as bibliotecas da Europa, ver no papel as mais reputadas e, naturalmente, para formar as suas ideias neste domínio e pôr em prática os ensinamentos das autoridades na matéria. O que deixou como reflexão nos seus textos permite-nos com provar que via a biblioteca como o meio privilegiado de apoio ao estudo e como tarefa patriótica, mas que só faz sentido quando na sua criação o patrono se orienta pelas causas apontadas por Morhof: amor à sabedoria e a utilidade pública. A utilidade pública, ou uso público, que Cenáculo aponta como finalidade para as bibliotecas é uma ideia recorrente na sua obra [...].¹⁶²

¹⁶⁰ VAZ. **Os Livros e a Biblioteca de Espólios de Frei D. Manuel do Cenáculo**: repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

¹⁶¹ DOMINGOS. **Casa dos Livros de Beja...**

¹⁶² Morhof: *Plyhstor, sive de auctorum notitia et rerum commentarii*. Tratado em alemão que se apresentava como um guia sobre o conhecimento e o ensino, presente em muitos escritos de Cenáculo como necessário de ser lido por seus pares. VAZ, Francisco António Lourenço. A ideia de Biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. **Acervos Patrimoniais Novas Perspectivas e Abordagens**. Campo Arqueológico de Mértola: Portugal, Mértola, 2012. p. 87.

Contribuir na Real Biblioteca Pública pareceu importante a Cenáculo, tanto em seus ideais de bibliógrafo, como de reformador, e ainda, pensando uma pedagogia para além das instituições de ensino. Poder participar do novo projeto de instituição o traz de volta ao meio o quão importante foi aos dois letrados, como pudemos notar nas palavras de oferecimento:

Reconhecer e sublinhar os esforços desenvolvidos pelo ‘primeiro Benfeitor e Director’ – há décadas afastado do centro da Corte –, pela parte de quem era de iure o novo Director, demonstrava como assumia a herança directa de passado tão honroso.¹⁶³

Assim, através do catálogo, podemos nos aprofundar mais nos planos de conhecimento que Manuel do Cenáculo e António Ribeiro dos Santos, letrados de destaque em diferentes momentos da história de Portugal, convergiram nas obras que achavam de valia a formação da “Casa de Sabedoria” do reino português.

3.2 CATHALOGO METHODICO

Os três tomos de doação – como agora sabemos, organizados na própria biblioteca sob a égide de Ribeiro dos Santos, mas de forma alguma desconsiderando a provável classificação de Cenáculo – trazem em suas páginas os livros, impressos e manuscritos que Cenáculo doou à Real Biblioteca Pública da Corte. No entanto, sabemos através das cartas que as doações foram para além de livros:

Assim como também compreendo na mesma doação, pelo meo amor pátrio, o monetário de mais de três mil medalhas não duplicação as de cobre, prata e ouro, em que há raríssimas algumas desconhecidas e gregas, e outras raridades dignas do Museo Real, e Público, pois que o ânimo do bom e augusto Príncipe não he para menos, do que repetir em sua felicíssima corte o Museo de Alexandria.¹⁶⁴

¹⁶³ DOMINGOS. **Casa dos Livros de Beja...** p. 14.

¹⁶⁴ SALGADO, Frei Vicente. **Cartas Avulsas do Exmo. e Rmo. Senhor Bispo de Beja:** e a correspondência incompleta com o desembargador Antonio ribeiro dos Santos sobre os livros e a raridade que o Exmo. Prelado orefeceo a Real Biblioteca de Lisboa e outros

A memória do Reino como maneira de instruir aqueles que tinham vontade de aprender era crucial para a concepção do espólio doado pelo bispo:

A ideia de biblioteca que transparece da acção a obra literária de Frei Manuel do Cenáculo é precisamente a de uma biblioteca-museu, que ganha assim estatuto de instituição por excelência para promover o conhecimento e ele encara como um alicerce fundamental do reformismo. Uma instituição onde se reúne tudo o que melhor se vai produzindo para dar aos ‘curiosos’ a possibilidade de se instruírem, de terem acesso ao conhecimento. Ideia que ganhou forma desde muito cedo e sobretudo depois de sua viagem pela Europa das Luzes no ano de 1750, durante a qual visitou bibliotecas, museus e universidades, ficando assim a par do que se ia fazendo de mais actual e inovador nesse domínio. Esta viagem será por ele recordada como determinante no seu percurso e ideias.¹⁶⁵

Porém, essas relíquias – moedas, medalhas e outras antiguidades variadas – não estão listadas e delas não se tem vestígios¹⁶⁶.

O primeiro tomo de doação traz em sua página de apresentação: *Que contém os livros impressos de Historia Bellas Letras Filosofia Medicina Mathematica Oficios Artes Ciencias Civis e Politicas*. Está engloba quase metade da totalidade de títulos doados e está subdividido em seu interior conforme tabela presente nos anexos desta pesquisa¹⁶⁷:

A maneira como estão organizadas as divisões segue critérios humanísticos, racionais e científicos, típicos do final do século XVIII¹⁶⁸. Para além das áreas do conhecimento “técnicas”, como a Medicina, a Matemática e a Economia, os livros de História e Línguas tomam destaque por sua diversidade.

Levantamos aqui, observando as temáticas listadas, o que Maxwell pontua como as luzes filosóficas e da educação, mas também, a erudição como base de desenvolvimento de outros campos do conhecimento

papéis. Adquirido por Frei Vicente Salgado Ex Geral e Chronista da congregação da Terceira Ordem de Portugal. [s.l.] [s.d.] Academia de Ciências de Lisboa. Cod. 261. p. 23.

¹⁶⁵ VAZ. *Os Livros e a Biblioteca...* p. 15.

¹⁶⁶ DOMINGOS. *Casa dos Livros de Beja...* p. 16.

¹⁶⁷ Tabela 02 - Tabela de Classificações do Tomo I do Cathalogo Methodico. Página 112.

¹⁶⁸ DENIPOTI. Possibilidades combinatórias...

que proporcionaram reformas práticas às outras áreas e saberes, como os tratados de política, buscando a reflexão sobre as estruturas de poder.

Atendo-nos a *Poesias* e as *Lingoas*, nos deparamos com uma variedade de impressos nos mais diferentes idiomas. Cenáculo era um exímio filólogo, privilegiava esses estudos em suas bibliotecas, interesse despertado ainda jovem, quando teve contato com bibliotecas para além das terras lusitanas:

Em 1750, o então jovem professor da Universidade de Coimbra deslocou-se a Roma para assistir ao Capítulo Geral de sua Ordem e visitou as Bibliotecas de Itália, França e Espanha, contactou com os “sábios” do seu tempo, assistiu as reuniões literárias, deu-se conta dos progressos científicos e literários e calibrou a importância das línguas orientais¹⁶⁹.

O interesse pelas línguas orientais está claro nos livros de *Lingoas*, muitos vindos de terras além do velho continente, como a *Syriaca*, a *Arabe*, a *Turca*, *Chineza*, *Persiana* e a *Chaldaica*, a língua dos caldeus, antiga língua semita¹⁷⁰.

Quanto à classificação dos livros de *Historia* nos cabe ressaltar a interessante nota de vários livros de História da Igreja, como *Historia das Cruzadas*, *Historia da Igreja Romana*, *Historia Hierarchica Pontifica* *Historia da Igreja na França* e nos deparamos, curiosamente, com uma *Historia Jesuitica*. Não foi possível, através de nossas pesquisas, concluir qual o conteúdo da obra, mas a existência dessa obra na biblioteca de doação nos permite fazer algumas observações a respeito das memórias do reino que foram conservadas, escritas e publicadas.

Havia nas iniciativas do Marquês de Pombal em relação à censura de livros uma preocupação constante quanto ao entendimento do que se deveria lembrar e como se lembrar, e o que deveria ser esquecido, a partir das reformas do Estado lusitano na segunda metade dos setecentos. Narrativas foram reformuladas de maneira a manipular memórias a respeito de alguns sujeitos ou instituições, como foi o caso da Companhia de Jesus.

¹⁶⁹ DOMINGOS. *A Casa dos Livros...* p. 11-12

¹⁷⁰ <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/caldaica>

No caso da narrativa anti-jesuítica são também conhecidos inúmeros exemplos de reformulação da memória, nomeadamente com a produção do monumento acusatório que é a *Dedução chronológica* (de 1768, o ano da fundação da Real Mesa Censória) e que é, ao mesmo tempo, uma releitura geral da história do reino.¹⁷¹

Essas obras de releitura da História de Portugal, são reflexo do posicionamento, não de apagar a atuação dos jesuítas da história, mas, de reconstruir as memórias escritas com base na culpabilização dos princípios jesuíticos de ensino e superstição religiosa no “atraso” português frente aos demais reinos europeus.

Os conhecimentos mais técnicos, como os de Economia também foram parte dos planos de reforma tanto de Pombal, como de Sousa Coutinho, se o encarmos como continuador das reformas no reino no século XVIII.

No Tomo II: *Que contém os livros impressos das ciências Ecclesiasticas e da Poligraphia e Micellanea* foram estabelecidos além destas categorias, outras três subclassificações: *Ciências Ecclesiasticas e da Poligraphia e Micellanea*¹⁷².

O Tomo II compõe mais de um terço da doação. Traz numerosos livros de estudos religiosos. A ideia de iluminação das reformas considerava a educação como importante para constituição dos valores morais necessários ao progresso do Estado e as sociabilidades cristãs. Em meio a esse quadro, era preciso manter uma boa formação catequética dos seus súditos e, principalmente, dos eclesiásticos responsáveis pela educação dos súditos.

Como já vimos, o Iluminismo em Portugal é, em sua preeminência, católico. Muitos dos reformadores do Estado, assim como Cenáculo, eram clérigos. Segundo Candido dos Santos:

Alguns aspectos deste movimento – regalista em política, jansenista em moral, progressista na cultura anti-aristóteles e anti-escolástica estão presentes em Portugal. Regalista, jansenista e progressista. Não porém, antirreligioso, como na França. É, talvez, anticlerical.

¹⁷¹ TAVARES, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. **Estudos Avançados**. V. 13. N. 37. São Paulo: USP, 1999.p. 146.

¹⁷² Como é possível observar nos anexos: Tabela 03 – Tabela de Classificações de títulos do Tomo II. Disponível na página 115.

Com certeza, anti-jesuíta, como quase todas as Ordens religiosas e parte dos bispos portugueses. Não era anti-religioso.¹⁷³

Iluminar o conhecimento religioso e contrapor a crença no falso e na lenda. Enriquecer o conhecimento religioso dos sábios eliminando as falsas preocupações. O seja, os estudos eclesiásticos são necessários a todos os que desejam a sapiência, vinda claro, pelo conhecimento através da leitura.

Juntos, os dois primeiros Tomos agregam à maior quantidade de obras doadas, sendo estes “impressos”. A partir da Reforma Pombalina a impressão de obras e a entrada de livros no reino eram condicionadas à censura da Real Mesa Censória.

No tomo III temos os *Manuscritos*. A maioria classificado como História, temos títulos da *Historia Ecclesiastica*, *Historia dos Reis de Portugal*, *Historia de Portugal e suas colônias*, *Historia genealógica de Portugal*, *Historia portuguesa da Asia*¹⁷⁴.

As bibliotecas que foram formadas por esses pensadores tinham fortes traços da imagem que se desejava projetar do Império naquele momento, ou seja, da memória coletiva que deveria ser cultivada através da apropriação das obras. Em 1755, o terremoto que devastou a cidade de Lisboa, criou nos cidadãos a temeridade cristã do Juízo Final, que seria ocasionado pelos pecados cometidos pelo povo lisboeta ao longo dos anos. Essa visão reflete um espírito de época ligado à perspectiva escatológica da história (KOSELLECK, 2006). Por volta do século XVIII, essa ideia do fim dos tempos, reinante por toda a Idade Média – e antes mesmo desta – já vinha sendo combatida pelo Estado com duras penas aos “profetas” do fim do mundo, vide o exemplo do jesuíta Malagrida, último condenado à fogueira pela Inquisição portuguesa por sua crítica aos pecadores lisboetas merecedores do terremoto¹⁷⁵. As bibliotecas da Era Pombalina, assim como

¹⁷³ SANTOS, Candido dos. Matrizes do Iluminismo católico na época pombalina. In: VÁRIOS. **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Vol 3. p. 952.

¹⁷⁴ Tabela 04 presente nos Anexos desta pesquisa: Tabela de classificação de títulos do Tomo III. Disponível na página 119.

¹⁷⁵ Gabriel Malagrida, padre italiano da Companhia de Jesus, passou boa parte da sua vida no Brasil e de retorno exiliou-se em Portugal. Seu livro *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto*, que sustentava a teoria do Terremoto como um castigo divino à vida

do reinado de D. Maria, seguiam as reformas tecnicistas, as leituras das “ciencias naturaes” e uma memória racional e progressista. A história recuperava os grandes feitos dos monarcas anteriores, exemplos para os atuais e futuros.

O futuro deixava-se contemplar, desde que o número de forças políticas em ação permanecesse limitado ao número de príncipes. Por trás de cada soberano havia um número de tropas e de população, um potencial calculável de forças econômicas e de liquidez financeira. Em um tal horizonte, a história tinha ainda caráter comparativamente estatístico, e as palavras de Leibniz - “o mundo que está porvir já se encontra embutido no presente, completamente modelado”¹⁷⁶ - puderam ser aplicadas à política. No horizonte da política absolutista dos príncipes soberanos, e apenas nesse horizonte, nada de essencialmente novo poderia em princípio ocorrer.¹⁷⁷

Os livros de história contemplados nesse momento, dos quais nossos personagens são não só compradores e doadores, como também, autores, tratam o passado que projeta o futuro e trazem exemplos de progresso à nação. Dessa forma, são também as doações à biblioteca pública, logo, recomendações de leituras, ativamente políticas, sobre as quais nos debruçaremos em busca de aspectos subjetivos do Iluminismo Português da Reforma.

O ideal das bibliotecas públicas como espaço de formação dos cidadãos dentro dos valores pátrios, morais e religiosos que o Iluminismo português estabelecia, seguia a ideia de uma reforma pedagógica para além das instituições de ensino. O progresso do Estado através da educação marcou de tal forma o século XVIII que aparecia pontuado no verbete da *Encyclopedia*:

As crianças que vêm ao mundo formarão um dia a sociedade na qual irão viver sua educação é, pois, o objeto mais interessante, 1º para eles mesmos, que a educação deverá ser tal que eles sejam

pecaminosa dos lisboetas, acabou desagradando o ministro, Marquês de Pombal, e seus planos de reconstrução da cidade. Malagrida terminou sendo a última vítima fatal da inquisição portuguesa, queimado em 1761. TAVARES, Rui. **O Pequeno Livro do Grande Terramoto**: ensaio sobre 1755. Lisboa: Tinta da China, 2005. p.140 – 142.

¹⁷⁶ Nota do autor: G.W. Leibniz, “Brief an Coste, 19.12.1707”, in *Deutsche Schriften*, org. Guhrauer, 1838, t.II, 48 et seq.

¹⁷⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2006. p. 34.

úteis a esta sociedade. 2º Para suas famílias, que eles deverão sustentar e honrar. 3º Para o Estado, deverá colher os frutos da boa educação que recebem os cidadãos que o integram [...] Que felicidade para um Estado no qual os magistrados aprendem bem seus deveres [...] É evidente que não há nenhuma ordem de cidadãos num Estado para o qual não haja um tipo de educação que lhe seja apropriado; educação para os filhos dos soberanos, educação para os filhos dos grandes, para os dos magistrados, e educação para os filhos dos camponeses [...] como há escolas para o aprendizado das verdades da religião, deverá haver também aquelas onde se lhes indicará os exercícios, as práticas, os deveres, e as virtudes do Estado [...]¹⁷⁸

O catálogo nos ilustra a proporção dos planos de Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte. Ao nos depararmos com a variedade de temáticas de obras selecionadas para doação, e com a confecção de um catálogo que elencasse as obras, classificando-as com cuidado pessoal do bibliotecário, notamos que os usos dos livros ocupavam preocupação primordial para esses letrados, representando uma sociedade do conhecimento e da palavra escrita em Portugal do século XVIII.

O “espírito do Iluminismo”, traduzido com suas ressalvas em Portugal no século XVIII, tem o papel do Estado junto às ações pedagógicas explicitado no verbete. Mesmo não sendo o acesso à Real Biblioteca Pública nosso objeto de investigação neste momento, o fato de Cenáculo e Ribeiro dos Santos insistirem em seu aspecto “público” destaca que a ideia de acesso ao conhecimento por parte do Estado era cara a ambos, assim como o entendimento da devoluta que cidadãos formados nos moldes racionais e morais das luzes significavam o progresso do Império.

¹⁷⁸ DIDEROT; D’ALEMBERT. Apud: FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Letras, Ofícios e Bons Costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. P. 22.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou buscar em um caso específico de mecenato e bibliofilia, aspectos importantes a respeito da representação do lugar que ocupavam na sociedade do século XVIII, em Portugal, os livros, bibliotecas e letrados.

Analisando os discursos contidos nas correspondências, foi possível observar configurações do discurso direto de Manuel do Cenáculo e de António Ribeiro dos Santos a respeito do quão grandioso era o projeto da Real Biblioteca Pública da Corte para os homens de letras que creditavam aos livros e às instituições de conhecimento, o progresso do império. A construção do que chamam de uma Pátria letrada ou Nação de letras representava o ideal de sociedade na qual ambos acreditavam e perseguiram durante suas vidas. Para isso, foi necessário constituir a trajetória intelectual e política traçada por esses dois sujeitos, que ocuparam cargos de intervenção nas reformas culturais e pedagógicas em diferentes momentos da história de Portugal nos setecentos. A transcrição das correspondências foi essencial à viabilização deste trabalho, mas também, traz material para tantas outras possíveis análises da fonte e futuras pesquisas, vista a complexidade de seus discursos.

O *Catalogo Methodico dos Livros* doados nos aproximou de forma mais direta de quais eram as intenções ao constituir uma sociedade baseada no conhecimento, aprofundando-se mais em quais seriam as áreas interessantes a serem depositadas na *Casa da Sabedoria* portuguesa. Foram então, relacionadas aos planos das reformas pombalinas e que se seguiram, visto a impossibilidade de entendermos, na nossa análise, uma ruptura cultural, quando do final do mandato do Marquês de Pombal, e morte de D. José I.

O trabalho de organização das classificações temáticas, colocadas nos três tomos de doação, nos proporcionaram um quadro complexo de divisões e subdivisões do conhecimento, estabelecidas por Ribeiro dos Santos, mas que não se desvinculavam de uma tendência quanto aos arranjos do conhecimento importantes a todo século XVIII. Longe de se esgotar em pesquisa, o catálogo traz inúmeras possibilidades de análise para

pesquisas futuras, inclusive a possibilidade de análise dos quase 2.000 títulos, visto que não era nosso objetivo neste momento.

A cultura do conhecimento solidificada no século XVIII através das percepções iluministas acompanhou o devir da história muito tempo depois de ter seu fim declarado por alguns pensadores no século XIX. Ainda hoje, preceitos contemporâneos da sociedade ocidental podem ser claramente ligados ao fenômeno setecentista.

O que esta pesquisa almejou demonstrar foi a essencial participação dos eruditos para que o projeto iluminista convertido em Reforma política, econômica e cultural em Portugal, e de que forma esses sujeitos se reconheciam inseridos nesse processo.

Outro desafio desta pesquisa foi trazer à análise a controvérsia de um Iluminismo Português junto às ações da Reforma Pombalina e às práticas culturais executadas por pensadores, escritores e letrados no cenário setecentista do Império Luso. Através do diálogo dos discursos contidos nas fontes com a bibliografia trabalhada, foi possível trazer ao contexto português a realidade de uma sociedade do conhecimento com bases no ideal de racionalidade, ainda que configurado aos moldes de manutenção e fortalecimento do poder do Estado absolutista e controle moral aliado à religião, mas que, ainda assim, dialoga com as tendências intelectuais de outros reinos europeus.

Representados em seu próprio discurso como “Zeladores da Pátria” e “guardiões da República das Letras”, António Ribeiro dos Santos e Manuel do Cenáculo Villas-Boas, representavam o espírito letrado de um grupo que confiava na ideia de progresso através do conhecimento. Conhecimento este também essencial ao desenvolvimento da moral e da virtude, essenciais a um bom cristão.

O contrassenso do Iluminismo católico português pode também ser reconhecido nos discursos das correspondências pensando as atividades exercidas pelos dois sujeitos, não, ora protetores da razão, ora do sagrado, mas protetores da razão e do sagrado como aspectos indivisíveis no contexto em que estavam inseridos.

Ao mesmo tempo ao analisar os tomos com as listas de doação dos livros, observamos a necessidade de enriquecer a Biblioteca “Pública” Nacional, com os livros técnicos e das ciências naturais, tendência do final dos XVIII, como também de fortalecer o reconhecimento da História nacional, frente à necessidade de reconhecimento com a pátria e fortalecimento da memória dos nobres feitos dos reis e das conquistas do Império Português.

O projeto reformador pedagógico viria a tirar Portugal das trevas do atraso econômico e cultural, comparado aos outros países da Europa, assim como livrar seus súditos dos perigos das crenças supersticiosas e dominantes da Companhia de Jesus:

No século XVIII acentuou-se o processo de laicização em curso no período moderno e de colocação da educação cada vez mais no centro das preocupações quanto à organização da vida social. O pensamento iluminista construiu a ideia – até hoje ainda aceita – do papel redentor da educação, de sua capacidade de promover a regeneração e a emancipação dos indivíduos, e das instituições educativas como lugares privilegiados para a formação dos sujeitos conformados à modernidade.¹⁷⁹

A instituição de uma “Casa de Sabedoria” vinha ao encontro com toda a ideia de formação dos cidadãos instruídos prontos para viver os dias gloriosos da “República das Letras”. O conhecimento proveniente do mundo das letras só poderia ser traduzido através dos preciosos livros alocados em uma instituição ideal, escolhidos e organizados por letrados, “honrosos guardadores da Pátria”.

Ainda que haja controvérsia sobre o emprego do conceito de Iluminismo ao caso português, não se pode negar as mudanças instituídas pela Reforma Pombalina. Assim como se pensou as controvérsias a respeito da anterior administração de D. João V, acusando-o do possível atraso instaurado pelo sistema de ensino mantido pelos jesuítas e pelo tamanho poder da Igreja em seu governo, há, ainda, quem tenha pensado, em algum momento, em um rompimento na posterior administração de D. Maria I como o retrocesso frente à Era Pombalina. Com os encaminhamentos reformadores

¹⁷⁹ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 21.

levados a cabo nas administrações posteriores, de D. João VI e o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, observasse que o espólio da política das luzes não se perde devido à formação e à crença de sujeitos letrados nos dogmas do pensamento e da razão.

Ainda que tenham ocupado diferentes cargos nos diferentes momentos da história de Portugal no século XVIII e que seus posicionamentos políticos os tenham, em determinados momentos, afastados e em outros os aproximando das administrações reais, Manuel do Cenáculo e António Ribeiro dos Santos eram dois verdadeiros homens de letras. Independente de onde se encontravam ou quais funções exerciam, ocuparam seus dias de seus estudos e ações junto aos livros e bibliotecas, dedicando suas vidas ao um projeto de sociedade “iluminada” pelas práticas da leitura e proliferação do conhecimento na sociedade.

Dessa maneira, este estudo vem a contribuir em pesquisas no campo da História Cultural, História da Leitura e da Palavra Impressa, por trazer as práticas de leitura e anotações de leitura – na forma do catálogo – possibilidades de organização social e sociabilidades constituídas através dos livros e do conhecimento. Ao nos debruçarmos sobre sociedade do Antigo Regime português, nos deparamos com aspectos de uma cultura do conhecimento escrito crucial à organização política do reino. As questões pedagógicas que ocuparam os debates das reformas dos setecentos no Reino Português são argumentadas com base em discursos contidos em algumas obras, mas também, na produção, impressão e distribuição de obras que fossem ao encontro dos interesses reformadores, de maneira que o livro e as bibliotecas tornavam-se canais de propagação da cultura do conhecimento racional no Império Lusitano.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. E. MAIA do. “Aberta e patente a todos”: os quinhentos anos (pelo menos!) da Biblioteca da Universidade de Coimbra. **Cadernos BAD**. N. 1/2. Lisboa: Associação portuguesa de Bibliotecários, arquivistas e documentalistas, 2012/2013.

ARAUJO, Ana Cristina. **A cultura das Luzes em Portugal**: temas e problemas. Portugal, Lisboa: Livrarias Horizonte, 2003.

BADINTER, Elisabeth. **As paixões intelectuais**: desejo de glória 1735 – 1761. Tradução: Clóvis Marques. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

BEJA. Bispo (Manuel do Cenáculo Vilas Boas). **Cuidados literarios** do prelado de Beja em graça do seu Bispado. Lisboa: na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791.

BAUMER, Frankiln L. **O Pensamento Europeu Moderno**. V.1. Séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1990.

CABRAL, Maria Luísa. **Frei Manuel do Cenáculo**: Contribuição para uma bibliografia passiva. Disponível em: http://www.evora.net/bpe/Pdfs/Outros/cenaculo_bib_passiva.pdf Acesso em: 25/02/2014.

CARDOSO, António M. de Barros. O Cardeal Saraiva e os livros interditos. **Revista da Faculdade de Letras**: História, 14. Porto: Universidade do Porto, 1997. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9025> Acessado em: 10/01/2015.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo português?** A Reformada Universidade de Coimbra (1772). Brasília, 2007. 137p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 2007.

CASTRO, Zília Osório de. Antecedentes do regalismo pombalino. In: VÁRIOS. **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Vol 1. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2839.pdf>. Acessado em 01/03/2015.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CAUSA PÚBLICA. **Serviço Público da Biblioteca da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2010. (Mostra). Disponível em: <http://www.uc.pt/bguc/Documentos2010/CausaPublica>

CENÁCULO, Manuel do. **Pastoral pela qual admoesta os seus diocesanos sobre a natureza e ofícios da religião**. Beja, 1777.

CENÁCULO, Manuel do. **Advertencias criticas e apologeticas** sobre o juízo, que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o D. Apolonio Philomuso, e comunicou ao publico em a resposta ao Retrato de MorteCor, que contra o Autor do Verdadeiro Methodo de estudar escreve o Reverendo Doutor Alethophilo Candido de Lacerda ... Coimbra : na officina de Antonio Simoens, 1752.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes de Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1598/955>. Acessado em: 12/02/2014.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, Abr. 1991, vol.5, n.11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acessado em: 12/12/2013.

_____. **A História Cultural Entre Práticas e Representações**. 2ª Edição, Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Cultura Escrita, Literatura e História**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto alegre: Artmed Editora, 2001.

_____. **Correspondence**: models of letter-writing from the Middle Ages to the nineteenth century. Roger Chartier; Alain Boureau, and Cécile Dauphin; translated by Christopher Woodall. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1997.

_____. O homem de Letras. In: VOVELLE, Michel. **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editora Presença, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, A. (org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer História, 8º ano**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência e memória: aspectos da reforma da universidade de Coimbra de 1772. **Revista de História Regional**. N. 14. Vol. 1 Verão 2009. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

CUNHA, Paulo Ferreira da. António Ribeiro dos Santos e o Direito nas Poesias de Elpino Duriense. In: VÁRIOS. **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Vol 2. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4985.pdf>. Acessado em 01/03/2014.

DARTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800. Tradução Laura Teixeira Mota, Marcia Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DENIPOTI, Claudio. Possibilidades combinatórias da condução da leitura em uma biblioteca: José Maria Dantas Pereira e o “Catálogo sistemático da Biblioteca da Companhia dos Guardas-Marinhas”. **Acervo**. V. 26. Nº 2. jul./dez. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

_____; PEREIRA, Magnus Roberto Mello. Sobre livros e dedicatórias: D. João e a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). **História Unisinos**, V. 17. Nº3. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Unisinos, 2013.p. 260.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a Cultura europeia**: (séculos XVI a XVIII). Porto: Campo das Letras, 2006.

DOMINGOS, Manuela D.(orgs.). **Casa dos Livros de Beja**: doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte. 2ªed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2006.

_____. **Livreiros de Setecentos.** Lisboa: Editora Biblioteca Nacional de Lisboa, 2000.

_____; LÓPEZ, Inéz; OLIVERA, A. Braz de. Biblioteca Nacional de Portugal. **Boletín de la ANABAD.** Tomo 42. Numero 3-4. Espanha: Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas – ANABAD, 1992. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/ejemplar/27336>. Acessado em 01/04/2015.

DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio César de Almeida (Org.). **Temas setecentistas:** governos e populações no império português. UFPR-SCHLA, 2009.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina:** Política Econômica e Monarquia Ilustrada. 2ªed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. **Despotismo esclarecido.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Iluminismo.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal.** Bauru, SP: Edusc; SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes:** civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____(org.). **As Reformas Pombalinas no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FONSECA, João Duarte. **1755 O Terramoto de Lisboa.** Lisboa: Argumentum Edições, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos vol. IV:** Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GUSMÃO, Armando Nobre de. **Catálogo da correspondência dirigida a D. Fr. Manuel do Cenáculo.** Évora, 1944-1948. 5 vol.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções.** 1789-1848. Tradução: Antonio Cartaxo. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

ISRAEL, Jonathan I. **Radical Enlightenment: Philosophy and the making of Modernity 1650 – 1750**. Inglaterra: Oxford Press, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC-Rio , 2006.

_____. **Crítica e crise**: uma contribuição a patogênese do mundo burguês. Tradução: Luciana Villas Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.

MAXWELL, Kenneth R. **A devassa da devassa**: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. **Marquês de Pombal**: o paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. As bibliotecas públicas no Império Luso-brasileiro Lisboa e Rio de Janeiro. **Revista Acervo**. V. 26, nº 2. Rio de Janeiro, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/631/510>. Acessado em: 01/05/2014.

_____. **Política e cultura no governo de D. João VI (1792 – 1821)**. 2013. 360 f. Tese (Doutorado em História – Política, memória e cidade). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas de. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668 – 1750). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

NUNES, Antonietta D'Aguiar. O Marquês de Pombal e suas reformas de ensino. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**. V. 101. Salvador: IHGB, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PEREIRA, José Esteves. **O pensamento político em Portugal no século XVIII**: Antonio Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

PAIM, Antonio. A Corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. **Revista Estudos Filosóficos**. Nº3. São João Del-Rey, Minas Gerais: UFSJ, 2009. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos> Acessado em: 06/04/2015.

RODRIGUES, José Damião. Um arquipélago de geometria variável: representações dos Açores no período moderno (séculos XVI-XVIII). **Revista de História Regional** 13(1) 7-22: Verão, 2008. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2254/1742>. Acessado em 10/10/2014.

RODRIGUES, Helenice. O intelectual no “campo” cultural francês: do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. **Varia Historia**. Vol. 21, nº 34, p.395-413, julho 2005. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a08.pdf>. Acessado em: 11/12/2013.

SANTOS, Candido dos. Matrizes do Iluminismo Católico na Época Pombalina. In: VÁRIOS. **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Vol 3. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5027.pdf>. Acessado em: 21/04/2014.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII. In: Doré, Andréa; Santos, Antonio Cesar de Almeida.(Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império Português**. 1ed. Curitiba: UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2009, v. 1, p. 143-152..

SANTOS, António Ribeiro. **Poesias de Elpino Duriense**. Tomo I. Lisboa: Imprensa Régia, 1812. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=HbQGAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acessado em: 02/12/2014.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Ana Rosa Clocet da. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750 – 1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Volumes 1 e 2.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006(B).

TAVARES, Rui. **O pequeno livro do Grande Terramoto**: ensaio sobre 1755. Lisboa: Tinta da China, 2005.

_____. Lembrar, esquecer, censurar. **Estudos Avançados**. V. 13. N. 37. São Paulo: USP, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n37/v13n37a07.pdf>. Acessado em: 21/04/2014.

ULRICH, Im Holf. **A Europa no século das Luzes**. Tradução: Maria Antónia Amarante. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

VAZ, Francisco António Lourenço. **A Fundação da Biblioteca Pública de Évora**. Disponível em : http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/FVaz.pdf.
Acessado em: 10/05/2012.

_____. A ideia de Biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. **Acervos Patrimoniais novas perspectivas e abordagens**. Campo Arqueológico de Mértola: Portugal, Mértola, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/6823>. Acessado em 12/12/2014.

_____. Em Beja com os olhos no mundo - o papel dos meios de informação no episcopado de Frei Manuel do Cenáculo. In: FONSECA, Teresa e FONSECA, Jorge. **O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração**: Mudanças e Permanências. Colóquio. Lisboa: Edições Colibri- CIDEHUS-EU – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2011. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3443/1/2011-%20Em%20Beja%20com%20os%20olhos%20no%20mundo.pdf>
Acessado em: 01/04/2015.

_____. **Os livros e a biblioteca de espólios de Frei D. Manuel do Cenáculo**: repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. A Universidade de Coimbra sob o reformismo ilustrado português (1770-1807). In: FONSECA, Thaïs Nivia de Lima e (org.). **As reformas pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

_____. **Virando Séculos - 1789-1808: o Império Luso-Brasileiro e os Brasis**. Coordenação Laura de Mello e Souza e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa**. 1999. 555 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

WOLFF, Francis. Dilema dos intelectuais. In: NOVAES, A. (org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

FONTES

SALGADO, Frei Vicente. **Cartas Avulsas do Exmo. e Rmo. Senhor Bispo de Beja**: e a correspondência incompleta com o desembargador Antonio ribeiro dos Santos sobre os livros e a raridade que o Exmo. Prelado ofereceu a Real Biblioteca de Lisboa e outros papéis. Adquirido por Frei Vicente Salgado Ex Geral e Chronista da congregação da Terceira Ordem de Portugal. [s.l.] [s.d.] Academia de Ciências de Lisboa. Cod. 261.

CENACULO, Manuel do. **Catalogo Methodico dos Livros, que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas, bispo de Béja Doou à Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797 Tom. I**: Que contém os Livros impressos de Historia, Bellas Letras, Filosofia, Medicina, Mathematica, Officios, e Artes, e Sciencias Civis, e Politicas. Tomo I. Beja, 1797. Biblioteca Pública Nacional de Lisboa, Cod. 11522.

CENACULO, Manuel do. **Catalogo Methodico dos Livros que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-boas, Bispo de Beja, doou a Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797 Tom. II**: Que contém os livros impressos das Sciencias Ecclesiasticas, e da Polygraphia, e Miscellanea. Tomo II. Beja, 1797. Biblioteca Publica Nacional de Lisboa. Cod. 11523.

CENACULO, Manuel do. **Catalogo Methodico dos Livros que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-boas, Bispo de Beja, doou a Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797 Tom. III**: Que contém os Manuscritos. Tomo III. Beja, 1797. Biblioteca Pública Nacional de Lisboa. Cod. 11525.

ANEXOS

Tabela 01 - Tabela da correspondência enviada e recebida por Manuel do Cenáculo em *Cartas Avulsas do Exmo. e Rmo. Senhor Bispo de Beja*

Titulo carta	Enviada ou recebida	Data	Assunto
Carta ao Geral dos Paulistas Frei Dionísio de Deus	enviada	10/02/1796	Aparentemente, Cenáculo Visitou a Ordem dos Monges de Serra D' Ossa, e agradeceu ao tratamento recebido pelo Presidente Frei Dionísio de Deus, assim como por Reverendíssimo Senhor Ex-Geral o Senhor Frei Manoel de [?] Caetano Damásio.
Carta do Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos ao Senhor Bispo de Beja.	recebida	14/10/1796	Da importância que teriam os livros pertencentes a Cenáculo junto à Real Biblioteca da Corte, ainda em composição, e de quão estimada e valorosa seria essa doação se aceita for, sua realização.
Resposta ao mesmo (a Ribeiro dos Santos)	enviada	09/12/1796	Carta de agradecimento aos elogios recebidos e elogios devolvidos destacando o quanto há em comum entre ambos. Aviso do encaminhamento dos dez primeiros caixotes de livros. Que seguirão próximas caixas. Que não haveria melhor lugar no mundo para depositar relíquias juntadas ao longo de 64 anos do que no "Tesouro Nacional".
Carta do Senhor Bispo de Beja ao mesmo Desembargador	enviada	28/10/1796	Comenta a honra de colaborar com a biblioteca: "Em que mais bem aventurada glória poderia eu ver descansadas estas curiosidades que ainda conservo? Pto he no sólido fundamento da glória Pátria, de suas luzes , ensinas virtudes, e decoros"
Carta ao mesmo (Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos)			(carta não encontrada no corpo textual)
Carta ao Professor Joaquim José da Costa e Sá.	enviada	17/02/1797	Confessa ao professor que necessita pedir provimentos a sua igreja a D. Rodrigo de Souza Coutinho, a quem tece uma série de elogios, porém confessa não tê-lo cumprimento ao assumir a função de Ministro.
Carta ao Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos.	enviada	07/02/1797	De onde expressa em longa carta toda sua alegria em ter onde depositar os livros e relíquias colecionados ao longo dos anos, em suas viagens pelo reino. E o quão valorosa é a Biblioteca e a pessoa de Ribeiro dos Santos enquanto bibliotecário. Refere-se à biblioteca: "A cada hora nessa Casa da Sabedoria fermentará a briosa inquietação dos ânimos letrados, o apuramento dos juízos, a certeza e elegância das Doutrinas, e de sua intimação nas causas religiosas, na moraes, nas do Estado, e quaes quer outros bens, de que Ella se possa, e deve inteirar." E a Ribeiro dos Santos: "Deos fez a Vossa Senhoria genial, próprio, adequado, e rico das erudições necessárias para presidir, e

			encaminhar o desempenho de tanta obra". Aproveita o ensejo por recomendar o professor Sá às funções da biblioteca.
Oferta que o Senhor Bispo de Beja fez do Príncipe Nosso Senhor da Luz livros, e raridade para a Real Biblioteca.	enviada	24/03/1797	Carta enviada ao príncipe (futuro D. João VI) na qual oferece ao reino a doação dos livros, e elogia a iniciativa do rei na criação da Biblioteca, comparando-a com a de Alexandria. Aproveita para reforçar as funções que exerceu junto à Real Mesa Censória e à Junta do Subsídio Literário, e cobrar honorários aparentemente em atraso.
Carta ao Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos	enviada	26/03/1797	Inicia agradecendo "a cerca da doação que haverá entregado o nosso amável e muito erudito Filólogo o Senhor Sá". Carta rápida na qual faz alerta sobre as obras que seguem em doação: "Bem dito eu que não estofei as remessas: hião ellas cahir em centro de luzes. Eis aqui o motivo por que Vossa Senhoria vê a força que desencantou a sixtina abismada em séculos de cautelas romanas contra as pesquisas de todos os sábios em alerta. Todas essas coisas erão para colloquio mais desimpedido. Em compêndio. Quanto eu valho, ainda nesta memória estofada, hei de servir a Vossa Senhoria com mil amores, e a esse abençoado Museo, com as notícias, e préstimos a que eu chegar."
Carta ao mesmo (Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos)	enviada	16/05/1797	Cenáculo tece longos elogios à amabilidade e amizade de Antônio Ribeiro dos Santos. Elogio o que seriam versos mandados pelo bibliotecário.
Carta ao secretário de Estado Dom Rodrigo de Sousa Coutinho	enviada	14/06/1797	Carta em que Cenáculo reconhece as virtudes de Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro do Rei, e lhe tece elogios quanto as suas funções pátrias.
<i>(Cópia de carta não listada no Index do catálogo: Chegando a família Senhor Secretário de Estado Dom Rodrigo de Souza Coutinho a Lisboa, vinda de Viena de Áustria, escreveo o Senhor Bispo de Beja ao dito Ministro a carta seguinte)</i>	enviada	31/07/1797	Donde faz as melhores saudações Rodrigo de Sousa Coutinho e sua família, Cenáculo apresenta-se como um "servo" de seu Ministro.
Carta ao Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos	enviada	01/07/1797	Na qual se desculpa pela demora em responder duas das cartas do Bibliotecário e diz estar adoentado.
Carta ao mesmo (Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos)	enviada	19/05/1797	Carta rápida em que felicita a abertura da "Real Bibliotheca de Lisboa" afirma sua empolgação e admiração.
<i>(Repetição da Carta de 01/07/1797 a Antônio Ribeiro dos Santos, não colocada no Index)</i>			

Aviso de agradecimento da doação dos livros, e medalhas que fez à Biblioteca Régia o Exmo Senhor Bispo de Beja	recebida	15/07/1797	Carta em que António Ribeiro agradece, em nome do Rei, a preciosa doação de livros e medalhas feita por Cenáculo. Aproveita para agradecer todo seu papel no empenho da erudição no reino ao longo dos anos, dizendo que assim que as circunstâncias permitam seu pedidos (aparentemente os seus ordenados) serão atendidos.
Carta Latina do Desembargador António Ribeiro dos Santos	recebida	s.d.	"Nobilíssimo Senatori Domino Antonio Ribeiro a Sancti Regalis ET Publicae Bibliothecae – Olisiponensis Praefecto Emmanuellis Episcopi Recensis – Officia Nuncipata "
Carta ao mesmo (Desembargador António Ribeiro dos Santos)	enviada		Elogio aos escritos da biblioteca de Ribeiro dos Santos. Agradece aos escritos recebidos e engrandece as habilidades de sua pena. Em que expressa toda sua consideração pela atuação do bibliotecário na manutenção do conhecimento e que expressa em muitas linhas o valor que dá às letras e às suas funções de letrados.
Inscrição Latina na Consagração da Igreja do Convento da Serra d' Ossa		s.d.	
Carta do Senhor Bispo de Beja ao Exímio Arcebispo de Évora, por ocasião de ir lograr a Capela Mor do Convento da Serra d' Ossa	enviada	28/08/1798	A respeito da Igreja da Serra d'Ossa
Resposta (do Bispo da Serra d'Ossa)	recebida	29/08/1798	Agradecimento do Arcebispo de Évora Dom Joaquim Xavier Botelho de Lima.
Previsão do Exmo Diocesano para a mesma Consagração da Serrad'Ossa	...	28/07/1798	Carta em que o Arcebispo pede à Rainha que conceda ao Bipo de Beja a sagração da Igreja do Mosteiro da Serra d'Ossa
Carta do Desembargador António Ribeiro dos Santos ao Exímio Senhor Bispo de Beja	recebida	05/04/1797	Carta em que agradece a doação feita pelo Bispo de Beja e ressalta o desprendimento pessoal de tamanhas raridades em nome do bem público. "Abre este caminho para utilidade e ornamento da Nação, e que dá aos benfeitores das letras hum exemplo digno de se trazer diante dos olhos e em todos os séculos, de luz, e de patriotismo. " Segue trazendo vários títulos de valia e reconhecimento ao benfeitor. Avisando que sua carta de doação e ofícios serão entregues nesta data ao Príncipe.
Carta do dito ao mesmo Prelado (de António Ribeiro para Manuel do Cenáculo)	recebida	1797	Sobre as raridades que constam na lista de doações como obras da Ásia, literatura Oriental, história de Reys. Renova seus agradecimentos dizendo estar acompanhando pessoalmente a organização das remessas que estariam sendo depositadas em sala com nome de Cenáculo.
Carta ao mesmo (de António Ribeiro para Manuel do Cenáculo)	recebida	24/05/1797	Agradecendo donativo entregue pelas mãos do Professor Sá. Agradece novamente a preciosidade de obras e da coleção de monetários e antiguidades doados. Informa também da abertura da Biblioteca.

Carta ao mesmo (de António Ribeiro para Manuel do Cenáculo)	recebida	15/06/1797	Carta de muitos elogios à pessoa de Cenáculo por agradecimento à doação.
Carta ao mesmo (de António Ribeiro para Manuel do Cenáculo)	recebida	04/09/1797	Carta de sete páginas. O bibliotecário conta ao bispo que ele e professor Sá costumam disputar quem melhor pode saber sobre ele, e dessa maneira segue uma série de linhas de elogios muito belos, comparando Cenáculo aos gregos e romanos por sua honra de letrado. Traça algumas linhas quanto ao respeito que tem às obras originais de Cenáculo que pôde ler. Relembra do período que o mesmo passou presidindo a Real Mesa Censória e quão valorosos foram seus serviços, e que apresentou a sua oferta ao Príncipe que prometeu retorná-lo (cremos, financeiramente). Além disso, António Ribeiro diz estar escrevendo poemas em homenagem ao mecenas e que em breve os remeterá.
Carta ao mesmo (de António Ribeiro para Manuel do Cenáculo)	recebida	30/12/1797	Carta que expressa o carinho que Ribeiro dos Santos e Joaquim da Costa e Sá nutrem pelo prelado. Segue no final da carta reforço do empenho despendido pelo Bibliotecário para que o Bispo obtenha sua "recompensa" pela sua doação, que não deve demorar a recebê-la.
Carta Latina do Senhor Bispo de Beja ao Geral da Congregação de São Paulo Padre Dionísio de Deus.	enviada		Carta de sete páginas em Latim: Reverendissimo et Doctissimo Patri. Fr. Dionysio de Deos Eremitae Paulinae apud Lusitanos Rectori Generali
António Ribeiro dos Santos a Panctis N. N. J. A. C. L. Elegia Latina; e a Indução Portuguesa também em vários Eligiacos.	enviada		Antes desta lê-se: "Esta última carta veio acompanhada de cinco caixotes de livros, que ao todo fazião cento, e onze volumes, com que o mesmo Excelentíssimo Bispo de Beja brindou a este insigne prelado, digno certamente dos maiores elogios". Elegia - poemas de lamento. As Induções portuguesas, é um texto reflexivo a respeito de uma angústia ligada à atividade de erudito (refere-se a sua Minerva) e pede ajuda ao prelado.
Vários Epigramas Latinos de António Ribeiro dos Santos; a várias pessoas a saber Joaquim José da Costa e Sá e o Senhor e o Senhor Bispo de Beja. N. N. N.			Todas assinadas por A. R. - Epigramas são poesias curtas que se definem por tratarem de um único assunto, às vezes traçando críticas sociais ou comentários críticos. A série em latim engloba: "Joachio Josepho Costrie SadisPhilologo Lusitano Atque Latino Claris"; "Cum G. Horatii Haciae Carminae Latrino in Lusitanu Transferret"; "Miud"; "Emanueli de Cenaculo Villasboas Episcopo Pacenci"; "Eidem de Joachino Josepho Castio Sadio"; "Aliud"; "Carmen" que contém mais de seis páginas.

Tabela 02 - Tabela de classificações de títulos do Tomo I

<i>Tomo I</i>		
<i>Historia Bellas Letras Filosofia Medicina Mathematica Officios Artes Ciencias Civis e Politicas</i>		
Classificação 1	Classificação 2	
Arte Poetica	Arte Poetica em Castelhana	Arte Poetica em Latim
	Arte Poetica em Grego	
Chymica	...	...
Cronologia	...	...
Direito Natural e das Gentes	...	...
Diversas Partes da Physica	...	...
Economica	Economia em Geral	Ceremonial Politico
	Instruções de Economia Civil e Politica	Tratados Varios sobre Diversas Materias de Economia Civil e Politica
	Tratados Geraes de Economia Civil e Politica	Economica Politica de Diversos Reynos
	Tratados de Maximas e Aphorismos Politicos	Economica Politica dos Romanos
	Tratados Politicos sobre a Educação e Obrigações dos Principes	Economica Politica dos Estados de Italia
	Tratados Politicos sobre os officios e obrigações das Secretarias dos Principes	Economica Politica dos Estados de França
	Tratados Politicos sobre os Conselheiros dos Principes	Economica Politica dos Estados de Alemanha
	Tratados Politicos sobre os Magistrados	Economica Politica dos Estados de Provincias Unidas
	Tratados Politicos sobre os Embaixadores	Economica Politica dos Estados de Polonia
	Tratados Politicos sobre as obrigações dos Vassalos	
Geographia Universal	...	
Jurisprudencia	Commentadores ao Direito Civil Romano	Obras Geraes de Direito Civil Romano
	Corpos de Direito Civil Romano	Obras Varias de Direito Civil
	Critica de Direito Romano	Tratados de Direito Particular de França
	Definições Principios, Fontes, Regras e Axiomay de Direito Civil Romano	Tratados de Direito Particular de Germanico
	Direito Publico Universal	Tratados de Direito Particular de Portugal
	Historia de Direito Civil Romano	Tratados de Direito Publico de Germanico
	Methodo de estudar Direito Civil	Tratados de Direito Publico de

	Romano	Portugal
	Miscellanea Juridica	Tratados Particulares de algumas Materias de Direito Civil
Mathematica	Chronologia	Mathematicas Mixtas ou Sciencias Physico Mathematicas Perspectiva
	Mathematica em Geral	Mathematicas Puras ou Sciencias Exactas Geometria
	Mathematicas Mixtas ou Sciencias Physico Mathematicas Architectura Civil	Mathematicas Puras ou Sciencias Exactas Secções Conicas
	Mathematicas Mixtas ou Sciencias Physico Mathematicas Architectura Militar	Vistas de Palacios e Gallarias
	Mathematicas Mixtas ou Sciencias Physico Mathematicas Astronomia	Pinturas Gravadas
	Mathematicas Mixtas ou Sciencias Physico Mathematicas Musica	Retratos
	Mathematicas Mixtas ou Sciencias Physico Mathematicas Optica	Estampas
Medicina	Diccionarios de Medicina	Escritores Arabes
	Diversas Partes da Medicina Anatomia	Escritores Modernos
	Diversas Partes da Medicina Aphorismos	Materia Medica
	Diversas Partes da Medicina Cirurgia	Medicina Practica
	Diversas Partes da Medicina Hygienia ou Dietetica	Miscellanea de Medicina
	Diversas Partes da Medicina Pathologia em Geral	Obras Geraes de Medicina Escritores Gregos com seus comentadores
	Diversas Partes da Medicina Physiologia	Pharmacea
	Diversas Partes da Medicina Therapeutica	Tratados Preliminares de Medicina
Miscellannea de Philosophia	...	
Oratoria	Oradores Gregos	Orações Panegyricas
	Oradores Latinos em Varios Generos	Orações Funebres
	Orações Sagradas	Orações Academicas
Philosophia	Philosophia Racional Logica	Philosophos Orientaes
	Philosophos Gregos	Philosophia Moral
	Philosophos Modernos	
Physica em Geral	...	
Poesia	Poetas em Castelhana	Poezia Epica ou Narrativa em Latim por Poetas Modernos
	Poetas em Italiano	Poezia Epica ou Narrativa em Latim por Poetas Portuguezes
	Poetas em Portugues	Poezia Epica ou Narrativa em Portugues

	Poetas Latinos Antigos	Poezia Dramatica
	Poetas Latinos Modernos Diversas Nações	Poezia Comica
	Poetas Portugueses Latinos	Poezia Bucolica ou Pastoral
	Poezia Epica ou Narrativa em Castelhana	Poezia Lyrica
	Poezia Epica ou Narrativa em Grego	Poezia Elegiaca
	Poezia Epica ou Narrativa em Italiano	Poezia Latyrica
	Poezia Epica ou Narrativa em Latim	Poezia Epigramatica
Rhetorica	Rethoricos Gregos	Rhetoricos Modernos em Castelhana
	Rhetoricos Latinos Antigos	Rhetoricos Modernos em Latim
História	História Universal	Historia Sacramental
	Antiguidades	Historia Monastica
	Dicionarios Historicos Universaes	Historia Jesuitica
	História Sagrada	Historia das Cruzadas
	Historia Ecclesiastica	Biographia Ecclesiastica
	História Synodica ou Dos Concilios	Historia dos Erros scismas e heresias
	Historia da Igreja Romana	Miscellanea de Historia Ecclesiastica
	Historia da Igreja da França	Historia Civil
	Historia da Igreja Oriental	Miscellanea Historica
	Historia Hierarchica Pontifica	Biographia
	Historia Hierarchica Cardinalicia	Historia Literaria
Lingoas	Lingoas Europeias Mortas	Lingoa Persiana
	Lingoas Europeias Vivas ou Vulgares	Lingoas Vivas Orientaes
	Lingoa Hebraica	Lingoa Turca
	Samaritano Grammatico e Diccionario Samaritano	Lingoa Chinezta
	Rabbinismo	Lingoas Africanas
	Lingoa Chaldaica	Lingoas Egpceana
	Lingoa Syriaca	Lingoa Ethiopica
	Lingoa Arabe	

Tabela 03 – Tabela de classificações de títulos do Tomo II

Tomo II		
<i>Ciências Ecclesiasticas e da Poligraphia e Micellanea</i>		
Classificação 1	Classificação 2	Classificação 3
A Favor dos Milagres	...	...
Biblias	Biblias Polyglotas	Biblias Polyglotas Inteiras
		Polyglotas do Testamento Novo
	Textos Originais da Biblia	Biblia em Grego
		Biblias Hebraicas
		Partes da Biblias Hebraica
		Texto Grego do Novo Testamento
Collecção de obras contra os Milagres	...	...
Collecção de varias Obras a favor dos Milagres	...	...
Collecções de Varios Escritos	...	...
Collecções de Diversas Peças	...	...
Collecções de Varias Peças Historicas, Theologicas Judaicas	...	...
Collecções de Varios Escritos sobre as Convulsões e outros Pretendidos Milagres	...	...
Collecções de varios Escritos Sobre os Jesuitas	...	...
Contra os Milagres	...	...
Controversias com Regulares	...	...
Epistolares	...	...
Jurisprudencia Ecclesiastica	Ao Decreto de Graciano	...
	Aos Decretaes	...
	Direito Ecclesiastico	...
	Instituições de Direito Canonico	...
	Jurisprudencia Ecclesiastica	...
	Regras e Constituições de Regulares	...
	Tratados de Direito Canonico	...
Jurisprudencia Judaica	...	...
Miscellanea	...	...
Moral Practica Jesuita	...	...
Pastoraes e outros escritos em Controversias Ecclesiasticas	...	...

Sobre a Doutrina Dogmatica	...	...
Sobre a Doutrina e Feitos Jesuistas	...	...
Sobre a Doutrina e Feitos Jesuistas em Geral	...	...
Sobre a Doutrina Moral	...	...
Theologia em Geral	Actas e Decretos da Universidade de Paris contra a Bulla Unigenitus	...
	Apellações ao Futuro Concilio da Bulla Unigenitus	...
	Colecção de Varias Theses, e Conclusões Historicas Theologicas e Canonicas	...
	Conecções de Varios Escritos sobre a Bulla Unigenitus	...
	Controversias a Respeito de Baio	...
	Controversias relativas ao Clero de França	...
	Controversias sobre a Doutrina Temor e Confiança Christãa	...
	Controversias sobre a graça occazião das Disputas de Jansenismo	...
	Controversias sobre a Historia do Povo de Deos de Berruyer	...
	Controversias sobre as Traducções do Novo Testamento em Frances	...
	Controversias sobre o Jansenismo	...
	Controversias sobre o Molinismo	...
	Controversias sobre o Quesnelismo	...
	Controversias sobre o Quietismo	...
	Controversias Sobre os ditos Chinezes e mais questões a respeito das missões da Asia	...
	Critica Sagrada	Criticos Sagrados a alguns livros, e lugares do Testamento Novo em particular
		Criticos Sagrados a toda a Biblia
		Criticos Sagrados a todo Testamento Novo

	Criticos Sagrados Christãos a alguns livros e lugares do Testamento Velho em particular
	Criticos Sagrados Rabbínicos a alguns livros, ou lugares do Testamento Velho em particular
Epistolas sobre a Bulla Unigenitus e suas Controversias	...
Epistolas Theologicas	...
Escritos a favor da Bulla Unigenitus	...
Exame da Bulla Unigenitus	...
Harmonias Biblicas	Harmonias Biblicas geraes pelos Christãos
	Harmonias Biblicas Rabbínicas
	Harmonias Particulares dos Evangelhos
Historia e Antiguidades Biblicas	Antiguidades Biblicas
	Comentarios as Epistolas de S. Paulo
Miscellanea de Theologia Judaica	...
Miscellanea Theologica	...
Ordenança Civis sobre a Bulla Unigenitus	...
Pastoraes a favor da acceitação da Bulla Unigenitus	...
Pastoraes sobre a Bulla Unigenitus	...
Philologia Sagrada	Critica Sagrada Philologica sobre as Versões Biblicas
	Miscellanea de Philologia e Critica Sagrada
Sentenças Relativas as Controversias da Bulla Unigenitus	...
Sobre Jesuitas de Portugal	...
Theologia Catechetica	...
Theologia Dogmatica	...
Theologia Dogmatica Judaica	...
Theologia Exegetica	...
Theologia Judaica Cabbalistica	...
Theologia Liturgia	...
Theologia Liturgica Judaica	...
Theologia Moral	...

	Theologia Moral Judaica	...
	Theologia Mystica	...
	Theologia Mystica Judaica	...
	Theologia Parenetica	...
	Theologia Polemica contra os Heterodoxos	...
	Theologia Polemica contra os Judeos	...
	Theologia Polemica Heterodoxa	...
Varia Erudição	Arabes	...
	Castelhanos	...
	Francezes	...
	Gregos	...
	Inglezes	...
	Italianos	...
	Latinos Antigos	...
	Latinos Modernos	...
	Portugueses	...
Versões Biblicas	Concordancias Biblicas	Concordancias Biblicas Hebraicas Concordancias Biblicas Latinas
	Padres e Escritores Ecclesiasticos Gregos	...
	Padres e Escritores Ecclesiasticos Latinos	...
	Paraphrases Biblicas	Paraphrases Biblicas
	Versões Biblicas em Linguas antigas Orientais	Versões Biblicas em Arabe
		Versões Biblicas em Chaldaico
		Versões Biblicas em Coptico
		Versões Biblicas em Grego
		Versões Biblicas em Hebraico
		Versões Biblicas em Samaritano
		Versões Biblicas em Syriaco
		Versões Biblicas em Turco
	Versões Biblicas Latina	Biblias Latinas da Versão da Vulgata
		Partes da Biblia da Versão Latina da Vulgata
		Versões Biblicas em Linguas Vulgares em Alemão
		Versões Biblicas em Linguas Vulgares em Castelhana
		Versões Biblicas em Linguas Vulgares em Frances
		Versões Biblicas em Linguas Vulgares em Indiana
		Versões Biblicas em Linguas Vulgares em Italiano
		Versões Biblicas Latinas Diversas da Vulgata

Tabela 04 – Tabela de classificação dos títulos do Tomo III

Tomo III		
Manuscritos		
Classificação 1	Classificação 2	
Artes	Arte de Alveitaria	Arte Militar
Economia	Economia Politica em Geral	Economia Politica Particular de alguns Reynos
Ethica	Philosophia dos Arabes	
História	Historia Asiatica	Historia Insulana Portuguesa
	Historia Brasilica ou da America Portuguesa	Historia Literaria (França e Portugal)
	Historia de Espanha	Historia Miscellanea de casas pertencentes a Portugal
	Historia de Italia	Historia Portuguesa da Asia
	Historia dos senhores Reys de Portugal	Historia Romana
	Historia Ecclesiastica	Historia Sagrada
	Historia fabulosa ou Novellas	Miscellanea da Historia de Portugal
	Historia Genealogica de Portugal	Roteiros e Viagens
	Historia Geral de Portugal e de suas Colonias	
Jurisprudencia Civil	Jurisprudencia Civil de Espanha	Jurisprudencia Civil Romana
	Jurisprudencia Civil de Portugal	
Mathematica	Astronomia	Mathematica em Geral
	Chronologia	Nautica
	Cosmographia	Optica
	Da Esfera	Perspectiva
	Geometria	Trigonometria
	Gnomica	
Medicina	Philosophia dos Arabes	
Philologia ou Linguas	Philologia Americana	Poesia
	Philologia Latina	Rhetorica
	Philologia Oriental ou Asiatica	
Philosophia	Philosophia dos Arabes	
Physica	Philosophia dos Arabes	
Theologia	Biblias Latinas da versão da Vulgata	Theologia Liturgica
	Comentarios Biblicos	Theologia Liturgica Arabica ou Mourisca
	Evangelhos	Theologia Moral
	Miscellanea	Theologia Mystica

	Theologia	Theologia Parenetica
	Theologia Catechetica	Theologia Polemica
	Theologia Dogmatica	

Transcrição da Correspondência trocada entre Manuel do Cenáculo e Antônio Ribeiro dos Santos nos anos de 1795 a 1797¹⁸⁰

Cartas avulsas ao Senhor Bispo de Beja, e correspondência com o Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos sobre a oferta dos livros raros, Medalhas e manuscritos que deo a Real Biblioteca de Lisboa.

Gabinete 5º, 29ª

p. 1¹⁸¹ - *Cartas Avulsas*

Do Exmo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja e a correspondência incompleta com o Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos sobre os livros, e raridade que o Exmo Prelado ofereceu à Real Biblioteca de Lisboa. E outros papéis. Adquiridos por Frei Vicente Salgado Ex- Geral e cronista da Congregação da Terceira Ordem de Portugal.

p. 2 - *Index*

- *Carta ao Geral dos Paulistas Frei Dionísio de Deus.*
- *Carta do Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos ao Senhor Bispo de Beja.*
- *Resposta a esta carta.*
- *Carta do Senhor Bispo de Beja ao mesmo Desembargador.*
- *Carta ao mesmo.*
- *Carta ao Professor Joaquim José da Costa e Sá.*
- *Carta ao Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos.*
- *Oferta que o Senhor Bispo de Beja fez do Príncipe Nosso Senhor da Luz livros, e raridade para a Real Biblioteca.*
- *Carta ao Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos.*
- *Carta ao mesmo.*

¹⁸⁰ Transcrição realizada por Hevilton Wisnieski da Silva, componente do plano de trabalho "A criação de Real Biblioteca de Lisboa na correspondência de Antonio Ribeiro dos Santos e Frei Manoel do Cenáculo", durante o Programa Voluntário de Iniciação Científica - PROVIC UEPG, sob orientação do Professor Doutor Claudio Luiz Denipoti entre os anos de 2012-2013. E revisto pela autora.

¹⁸¹ A numeração, retirada do documento original demarca a folha, portanto cada numeral corresponde a página e contra página.

- *Carta ao secretário de Estado Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.*
- *Carta ao Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos.*
- *Carta ao mesmo.*
- *Aviso de agradecimento da doação dos livros, e medalhas que fez à Biblioteca Régia o Exmo Senhor Bispo de Beja*
- *Carta Latina do Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos*
- *Carta ao mesmo.*
- *Inscrição Latina na Consagração da Igreja do Convento da Serra d' Ossa*
- *Carta do Senhor Bispo de Beja ao Exímio Arcebispo de Evora, por ocasião de ir lograr a Capela Mor do Convento da Serra d' Ossa*
- *Resposta*
- *Previsão do Exmo Diocesano para a mesma Consagração da Serrad'Ossa*
- *Carta do Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos ao Exímio Senhor Bispo de Beja.*
- *Carta do dito ao mesmo Prelado.*
- *Carta ao mesmo.*
- *Carta ao mesmo*
- *Carta ao mesmo*
- *Carta ao mesmo*
- *Carta Latina do Senhor Bispo de Beja ao Geral da Congregação de São Paulo Padre Dionísio de Deus.*
- *Antônio Ribeiro dos Santos a Panctis N. N. J. A. C. L. Elegia Latina; e a Indução Portuguesa também em vários Eligiacos.*
- *Vários Epigrâmas Latinos de Antônio Ribeiro dos Santos; a várias pessoas a saber Joaquim José da Costa e Sá e o Senhor e o p. 3 Senhor Bispo de Beja. N. N. N..*

p.5 - 6

Cópia da carta do Exímio senhor Bispo de Beja ao Geral dos Paulistas Frei Dionísio de Deus. Reverendíssimo Senhor.

Cheguei da minha jornada, mimosa, e honradamente tratado pelos superiores, e comunidades da jurisdição de Vossa Reverendíssima, que se me faz indispensável este ofício da minha gratidão, pela qual vou render a

Vossa Reverendíssima as graças, como Presidente e Cabeça Moral d' huma congregação, para a qual conservarei sempre, os respeitos e afeições, que pede o nobre influxo com que Vossa Reverendíssima a tem animado em graça minha: o Reverendíssimo Senhor Ex-Geral o Senhor Frei Manoel de [?] Caetano Damásio; assim como foi importuno inspirador de favores que recebi com a minha companhia em copioso trato e decoro, há de também querer ser pregoeiro dos meus reconhecimentos, e dos votos que formo cordialmente por todas as prosperidades que fação cada vez mais abençoada a Ilustre congregação a que Vossa Reverendíssima dá relevante [?] pelas suas singulares letras, e virtudes. Com quanto eu não me repito a Vossa Reverendíssima, queira Vossa Reverendíssima servir-se da minha fiel vontade para lhe obedecer – [?] Vossa Reverendíssima [?] Beja em 10 de fevereiro de 1796 = de Vossa Reverendíssima = mais obsequioso, e obrigado vosso maior [?] e fiel amigo = Frei Manoel Bispo de Beja = Padre Frei Dionísio de Deus, Reitor Geral da Ordem dos Monges de Serra D' Ossa.

p. 7 – 9

Cópia da carta que escreveu ao Exmo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja o Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos Bibliotecário Mor da Real Bibliotheca de Lisboa.

Exmo e Reverendíssimo Senhor a Real Bibliotheca que Sua Magestade foi servida erigir nesta Cor-te para bem da Literatura Nacional, tem de franquear com brevidade ao público as preciosas coleções de livros com que Vossa Excelência preparou, e enriqueceu nos ditosos dias de seu governo Literário; e achando-me eu encarregado por Alta Mercê de sua Magestade de a reger, e dirigir julguei ser de meu ofício, e da primeira obrigação daquela casa participar a Vossa Excelência esta notícia, como aquele que mais que todos folgará com ela, porque qual outro distinto Zelador da Pátria estimará mais que Vossa Excelência a execução deste ilustre Estabelecimento tão útil à nação, e que foi tanto em [?] mento dos homens, pelo expediente Santíssimo de huma Bibliotheca Pública, que neste século, a face das Nações heroicamente Letradas pedia pejo e coragem de Alto Poder, e copioso de riqueza pecuniária, e doutrinal. Portanto encherá Vossa Senhoria

esta Casa da Sabedoria de brilhantíssimos decoros; e de tudo quanto sem limite a pode ennobrecer. Para tanto, bem repito os meus antigos votos, formados acerca de huma instituição pela qual chamavão continuada, e altamente Céu, e Terra. Eu conto desde já sobre a fortuna dela e a nossa, vendo-a reluzir na vontade Soberana positiva, e graciosíssima, e nas bem entendidas protecções e nos desempenhos, de que decididamente é capaz o Enciclopédico, e nobre Bibliothecário, e Regente, com a Presidência, e direção sobre sua escolhida companhia, amorosa de inocentíssima e nessessária glória bibliográfica. Ainda que o objeto pede calor, eu devo atender à prudência, de que Vossa Senhoria não merece o desvio de seos preciosos instantes; e agora só agradeço que entre eles tenho sempre lugar a mercê de mandar-me Vossa Senhoria em que o sirva, como fará ingenuissimamente este = de Vossa Senhoria = Ilmo Senhor Antônio Ribeiro dos Santos = mais reconhecido amigo, e criado muito obrigado = D. Frei Manoel Bispo de Beja = em 14 de outubro de 1796.

p. 11 – 12

Ilustríssimo Senhor Meu Bemquerido amigo, e meu Senhor. Chega o correio na hora de partir, e ainda que por isso precipite palavras, o princípio de que elas nascem he a coisa mais assentada que tenho: he o amor que as forma, e a obrigação que Vossa Senhoria me constitui. Por tudo posso, e devo assegurar a Vossa Senhoria que rendo infinitas graças a Deus pela aquisição de hum amigo, e honrador tal como Vossa Senhoria. Quando Nosso Senhor permitir que eu pelas dependências desta igreja, ´paradas por vinte e sete anos chegue a essa Corte, terei todo o desafogo de coração na sua amável e judiciosa presença, porque eu sou ingênuo, e vejo que devo deixar-me arrebatado pelo excelente entendimento de Vossa Senhoria, e não sei por quis semelhanças que nos prendem os corações. Não achareis peito em quem melhor, e mais compreendido eu possa depositar minhas intenções e minhas fadigas com todas as suas interjeições, e labirinto. He o que me ocorre no instante de receber a carta de Vossa Senhoria ao que só acrescento que hoje partiu almocreve fiel para acautelar perigos de chuvas e levou dez caixotes: eu já não me detenho em fazer listas; a Vossa Senhoria remeto na

conformidade do seu aviso, e dirigidas à Real Bibliotheca Pública quantas coisas tenho já aqui separadas. Vossa Senhoria mande-as receber; pois antes do natal vai outra remessa, e no princípio e meio de janeiro, e assim por diante outras. Onde poderia eu depositar melhor aquisições de mais de sessenta e quatro anos, do que no Tesouro Nacional, a que desejo toda a fama, e honra, e uso de suas coisas que nos acredite, e Vossa Senhoria é capaz de a promover, como eu não conheço mais profundamente entendido na História Literária. Disto para a vista quando Deus o permitir. Aparto-me com violência, mas só do que he escrita; e revelando a Vossa Senhoria os desculpáveis defeitos da pressa necessária. ame-me como faz e receba hum coração sensível para o empregar como for servido. Deus guarde a Vossa Senhoria muitos anos Beja em 9 de dezembro de 1796 = Ilmo Senhor Desembargador e Bibliotecário Mor Antônio Ribeiro dos Santos = de Vossa Senhoria = mais reconhecido criado, muito venerador e sensível amigo =Frei Manoel Bispo de Beja.

p. 13 – 14

Ilustríssimo Senhor

Meo generoso amigo e meo senhor – muito sabia eu das imensas e raras erudições de Vossa Senhoria, e de suas notórias virtudes: agora recebo em sua preciosa carta lume posto que me aquecerá perpetuamente em respeitar, e amar Vossa Senhoria. Vossa Senhoria ensina, soborna, inflama, e necessita imitá-lo em o que não é possível. Escrever de hum fundo de probidade encantadora: mas sobre o que me respeita vejo huma incomparável determinação de honrar-me. Vossa Senhoria leva a sublime posto a sua afeição; ahi vê o que deseja, e ama, e quando baixar a minha modéstia enfeitiça os espaços, então consigo innocentes enganos, e doces, de que me reveste. Vejo-me então cahido no centro das erudições, e de quaes empréstimos não fico eu córado! Destes amores baste agora em instantes apressados para me voltar ao despacho das muitas gentes. Esta casa de Vossa Senhoria depois da obra da nova Sé he hum Oceano de Confisões; eis aqui huma raiz de eu nada fazer como podia. Vai o que me foi

possível escrever de catálogo: no futuro correio há de hir outra porção segundo os livros se me apresentarem. Em que mais bem aventurada glória poderia eu ver descansadas estas curiosidades que ainda conservo? Pto he no sólido fundamento da glória Pátria, de suas luzes, ensinas virtudes, e decoros: no perpétuo testemunho de quanto he providentíssimo seo régio prestituidor, quanto de respeitar seo admirável Promotor, e objecto de bem querer seo único, e próprio Regente, e creador. Emende Vossa Senhoria estas minhas últimas vozes, jamais há de apagar-lhes as verdades. Vossa Senhoria não pode esconder os seus eruditíssimos escritos, suas fallas e exemplos, nem a sua modéstia negar quanto Vossa Senhoria he. Tenho todas as provas para confirmar pelo interior (p. 14) da coisa; e venhão da parte de Vossa Senhoria os preceitos com que eu obedecendo-lhes possa dizer-me. De Vossa Senhoria, pleno senhor desembargador Antonio Ribeiro dos Santos = Servo [?] muito venerador e mais ingênuo amigo = Frei Manoel Bispo de Beja = Beja em 28 de outubro de 1796.

p. 15-17

Cópia de huma carta do Exmo Senhor Bispo de Beja ao professor Joaquim José da Costa e Sá

Amigo Senhor estou bem certo que o Exmo Senhor D. Rodrigo não receberia mal uma supplica minha, pois eu vivo persuadido das suas luzes, e decididas virtudes, continuação das mesmas, que em saudosíssimos dias exercitou sempre comigo: foi mui carinhoso para mim com todos os seus: eu lhe devi amizade, e posso dizer que amor, respeitando-o sempre muito cavalheiro, mui christão, e estudioso ardentíssimo de letras, e brilhantes procedimentos. Hum dia pedirei a Sua Excelência favor para esta desditosa Igreja, da qual sinto que se ache desfavorecida até pelo motivo de ser a sua capital eclesiástica a mesma que he da serenísssima casa do infantado. A este respeito, como he cousa de hum Ministro, digo, cousa de offício de hum Ministro, e Conselheiro de Estado posso dirigir-me pedindo: mas tenho difficuldade em o fazer de patrocínio, visto que o não saudei quando chegou da Itália, nem quando foi despachado Ministro. Enquanto não

me recobrar deste estado de penitência mesmo de susto. Este meu retiro e não sei qual frialdade me congelão de sorte que não me atrevo a figurar: não tendo isso para combinações maiores que a minha imaginativa. Podera eu escusar-me não devendo ser entremetido, mas eu não sou alheio ao Senhor D. Rodrigo nem delle sou prodigo de mimosos retornos, mas concentrados no peito, e só derramados em palavras, quando nas conversações sou provocado a dizer os meus sentimentos de tão respeitável pessoa. Nem Sua Excelência pela sua Constancia desconhece o meu coração, nem também essas minhas obrigações. Hum dia serei seu dependente em causa de offício, e relevará as minhas innocentes omissões, porque os [?] merecem esta graça. Por outra parte vejo claro que como Senhor D. Rodrigo o tem favorecido com acolhimento digno da sua alma illustrada, ha de querer benevolamente considerar os serviços, e préstimos de sua amável pessoa desde trinta e mais annos sem rôto algum nem de tempo, nem de honra, em estudos, em ensinos, e produções decorosas à Pátria em obsequio della, em obediência aos Ministros d'Estudo com tanta visibilidade, que nem cegos de alma e corpo podem desconhecer. Pela abundância de peito agradecido hia rogar-lhe significasse àquelle senhor hum respeitoso cumprimento meu, mas o trovão de que lhe sou devedor de maior cerimonial perturba aquella força. Quando a causa pública de minha esposa me fazer nas mãos a Penna de Requerente, serei qual devo, e [adorarei?] com sainetes da verdade. Ora amigo, confie em todo o bem que tem esse Fidalgo, e em tudo o Grande Augusto do Nosso Príncipe, e manda-me em que o sirva A Deos. Beja em 17 de fevereiro de 1797. Muito afetivo servo e mais obrigado. Ass: Bispo.

p. 20 – 22

Illustríssimo Senhor

Só de hum peito formado pela virtude podião sahir as graças, que Vossa Senhoria derrama sobre o coração desse maior e verdadeiro estimador. Quizera eu repetir-me a Vossa Senhoria tão lindo e engraçado. Compraza-se com a minha ingenuidade pura, que de Vossa Senhoria toma o grande, com que me acho sobornado, pois achei a verdade do nosso querido [Almero?],

quando nos recreava a doce memória de Vossa Senhoria, e a das minhas antigas suspeitas de que bom Sol da melhor matéria havia formado sua entranha. Sobre este propósito se formará quanto os dias nos provocarem de fiel correspondência, e a de hoje, cumpro em hum sincero agradecimento ao amável colorido de que Vossa Senhoria reveste as minhas coisas. Dellas darei mais larga conta reduzindo-me agora, a cerca das minhas aquisições literárias, de que eu desde o anno de trinta e dois comecei a ajuntar livros, com a fortuna de comunicar desde então muitas das pessoas letradas de nossa Pátria. Nas minhas viagens repetidas pelo reyno, não dormi, nem desprezei as combinações tanto com pessoas sábias, como com os acasos [selices?] e coisas semelhantes. Se hum dia eu tiver o ócio que procuro, fará parte das minhas curiosidades huma tal qual memória de tudo isto com bastantes provas, se menos para divulgar, aos meus amigos para me saudarem na eternidade. Depois de alguma triste dispersão disso que ajuntei: depois de alguns mimos aos amigos; e depois dos restos que conservo para concluir alguns opúsculos, que tenho entre mãos, e de outros livros que deixarei para estudos ecclesiasticos em minha Igreja em huma província nua de livrarias, fiz a separação opportuna, e affectuosa dos livros que tenho enviado para a Biblioteca Pública da nossa Metrópole; ao que ponho agora termo, não me despedindo para ao depois: quanto remeti sábio de meu amor, e a Constancia das minhas affeições jamais consentirá estanca-las, para que eu deixe de brindar a huma amada por quem suspirava desde muitos annos. Ela será o que eu cuido, e agora felicíssimamente. Será mina inesgotável da honra Pátria, da sua fama, da virtude, e de todas as sciencias. Nesse depósito Frade há de encontrar o Portuguez a satisfação do raro espírito com que o Céu o felicitou. A cada hora nessa Casa da Sabedoria fermentará a briosa inquietação dos ânímos letrados, o apuramento dos juízos, a certeza e elegância das Doutrinas, e de sua intimação nas causas religiosas, na moraes, nas do Estado, e quaes quer outros bens, de que Ella se possa, e deve inteirar. Admiro e revenceio a Providência suavíssima, que foi levando este admirável objecto até o colocar na generosa e copiosíssima Economia do melhor dos Príncipes, conhecedor graciosíssimo da verdade. Para sustentá-la vai eleger no Ilmo e Exmo Senhor Marquez P. Des. Hum curador

sábio, que tem querido seguramente e sempre o bem da Pátria; qual Paroco vehemente! Qual espírito bem accordado poderia firmar, e por em actividade tantas intenções régias e Ministeriaes? Não queira a modéstia exemplar de Vossa Senhoria fugir desta verdade. Deos fez a Vossa Senhoria genial, próprio, adequado, e rico das erudições necessárias para presidir, e encaminhar o desempenho de tanta obra [F F] e abençoado.

Como Vossa Senhoria me há favorecido com a generosa conta que da minha remessa tem exposto ao Ilmo e Exmo Senhor Marquez Mordomo Mor, peço-lhe a repetição da graça significando ao mesmo senhor o meo humilde reconhecimento, pela sua rara benevolência como de grande pessoa e amigo interior das Sciências, pois mais além de quarenta annos he o tempo, em que eu por mim mesmo em boa companhia assim mesmo a qualifiquei pelo ouvir, e tanta distância desta para eu parecer ingênuo. E porque a favor de Sua Excelência se adiantou na participação ao Príncipe Nosso Senhor, tudo junto he de grande força para a perpetuidade dos meus reconhecimentos pelas obrigações contrahidas.

Muito me penhora a decentíssima, extremosamente honradora memória que Vossa Senhoria fez do meu amigo e digno Filólogo Sá cooperador antigo dos meus dons dezejos. Elle sim tem copiosa erudição, e muitos préstimos, e virtudes mas cobre-os de amável modéstia e Vossa Senhoria conhece perfeitamente quanto elle valeria, dando-se lhe occasiões de poder trabalhar, e de bem trabalhar.

Vossa Senhoria tem a outra insigne virtude, e dote particular de attrahir a si quanto se digna tocar, e quer gloriar-se na unidade de affeição com seos subalternos, e com elles me saúda, e comprimenta: rogo a Vossa Senhoria da minha parte diga aos senhores Ministros desse interessante Museo, que eu pessoa practica em imitar estes bons exemplos, e venerar os meus collegas, assim mesmo os respeito. Certo nos conhecidos talentos dos que conheço serem admirável escolha, tanto conjecturo dos que ignoro pela identidade da razão em as nomeações. A minha obrigação às finessas de Vossa Senhoria levou comsigo a deste estilo em gabos necessários e advertidos com a reflexão devida. Quando a penna sempre elegante de Vossa Senhoria fazer o meo coração em menos movimento, se he possível, não sei o que farei, com

tanto que hei de sempre cumprir com todos os offícios a que chegar a minha obediência.

Deos Guarde a Vossa Senhoria [meu amigo?] Beja em 7 de fevereiro de 1797 = de Vossa Senhoria Ilmo Senhor Desembargador e Bibliotecário Mor Antonio Ribeiro dos Santos = mais reconhecido servo, maior venerador obrigadíssimo e recíproco amigo. = Frei Manoel Bispo de Beja.

p. 23 -24

Ao Príncipe Nosso Senhor rogo eu, Bispo de Beja humildemente seja servido aceitar a livre doação que faço à Real Bibliotheca Pública de Lisboa pelo seu inspirado estabelecimento em utilidade, e credito Nacional, dos livros em que me pareceo haver dignidade, raridade, e de alguma proporção os quaes separei daquelles, que para as estradas próprias desta Diocese nella se devem conservar, não havendo nesta dilatadíssima Província livraria alguma Pública sendo necessária a cada instante: Assim como também compreendo na mesma doação, pelo meo amor pátrio, o monetário de mais de três mil medalhas não duplicão as de cobre, prata e ouro, em que há raríssimas algumas desconhecidas e gregas, e outras raridades dignas do Museo Real, e Público, pois que o ânimo do bom e augusto Príncipe não he para menos, do que repetir em sua felicíssima corte o Museo de Alexandria; e tanto mais, quando vejo não hir a cousa a precipitar-se por descuidos, e froxidões, mas sim estar entregue a um Prefeito de vocação notória para tão grande obra, acompanhado de pessoas intelligentes, e activas que hão de conservar, melhorar, e augmentar hum Instituto, pelo qual tem chamado os votos de todos os bons, e zelosos da Pátria. E quando o mesmo Senhor de índole beneficentíssima se digne approvar, e aceitar, esta demonstração das minhas inclinações ao credito Nacional, e queira favorecer-me a Sua Alteza Real, em consideração do que tenho defendido com a minha Igreja no espaço de vinte e sete annos, me fizesse outra graça, a exemplo do Presidente, e Deputado da Real Mesa da Comissão extinta, e mandasse dar-me os cahidos, e continuar na forma que parecer justa ao mesmo Senhor os meus ordenados: e pois que nella fui Presidente desde o anno de mil setecentos setenta, ate

mil setecentos setenta e sete, com as merecem contemplação, e criando por nova forma as escolhas menores com muito esplendor e ao mesmo tempo fui Presidente do subsídio literário, de collecta, e arrecadação creai com muita vantagem da Fazenda Real, e meios para esta se não gravar. E como a tudo excede a graça do melhor dos Príncipes, a Ella me conformo com a submissão de dependente e respeito de fiel vassallo. Beja vinte e quatro de Março de mil setecentos e noventa e sete. Frei Manoel Bispo de Beja.

p. 25- 26

Illustríssimo Senhor

Espero toda a Graça de Vossa Senhoria a cerca da doação que haverá entregado o nosso amável e muito erudito Filólogo o Senhor Sá. Seja o favor de Vossa Senhoria de advertências para emendas, seja a de permissão para Vossa Senhoria a por em movimento tudo para mim são penhores. Julguei ser essa a frase de hum legado, se deve ser outra a formalidade, ninguém mais dócil para mostrar que sou bom cliente, e cabal em cumprir: assim eu fora em mostras do agradecimento interior aos carinhos de Vossa Senhoria quando me honra, e favorece. Orador de gênio, e afeição adorna Vossa Senhoria seos desenhos com pulso de invejar: porém minha singela maneira reflectida para Vossa Senhoria só pode dizer: a virtude ali he virtude, a sabedoria he sabedoria; a dignidade do coração he creadora. Senhor illustríssimo esmoreço quando o leio – amoroso, eloquente, e copiosíssimo em conhecimentos. Bem dito eu que não estofei as remessas: hião ellas cahir em centro de luzes. Eis aqui o motivo por que Vossa Senhoria vê a força que desencantou a sixtina abismada em séculos de cautelas romanas contra as pesquisas de todos os sábios em alerta. Todas essas coisas erão para colloquio mais desimpedido. Em compendio. Quanto eu valho, ainda nesta memória estofada, hei de servir a Vossa Senhoria com mil amores, e a esse abençoado Museo, com as notícias, e préstimos a que eu chegar; Mas dezejo de antes enviar-me outras coisitas que inteirem alguns rôtos. Mil ideias se antoção; e mais de mil estorvos a hum homem dos outros: eu me repetirei por escrito, assim como agora o faço por vontade de ser em todos os meos

offícios. De Vossa Senhoria – Servo amoroso e muito reconhecido – Frei Manoel Bispo de Beja – Beja em 26 de março de 1797.

p. 27 – 29

Illustríssimo Senhor

Coisa alguma de bem-aventurança me falta depois desta última carta de Vossa Senhoria. O que excede as palavras encontra-se na generosa entranha que as há formado. Tenho visto a minha celebridade na pena de Vossa Senhoria. O meo reconhecimento buscava a que compete a Vossa Senhoria porque o amor, e obrigação desempenham-se com semelhanças, e fui achalla na alma virtuosa que dictou esta admirável carta, porque Ella reparte o de que he dotada. Vio-se Vossa Senhoria e distribuio-me das suas graças. O primeiro he a natureza das coisas, o segundo he desenho pelo original, e formado pela affeição. Lei a severidade, com que Vossa Senhoria governa o seo justo peito, mas nos transbordos pinta, e attribue. Neste regozijo da transformadora carta levanto a minha vista, e descubro ainda mais. Conheço o obsequio de Vossa Senhoria repetido em dois offícios postos da sua benévola mão no Sanctuario dos Mercês, no Trono Augusto. Vossa Senhoria fez delle benemérta a minha inclinação pátria: revesti-a de todas as pérolas, abrilhantou-a por maneira, que encheo de resplendores o feliz Estado de sua bem assentada administração na tarde, em que o Augusto Príncipe a foi engrandecer. Por Vossa Senhoria Senhoria lume no meo pequeno donativo que tornava de livros prazeres brilhantíssimos. Foi sorte minha entrar eu no espírito de Vossa Senhoria, e que posso delle esperar mais do que [oiros?], e quantas graças sabe repartir quem quer bem. Em verdade como ellas me adorna suavíssimamente a preciosa carta de Vossa Senhoria que não sei apartar dos olhos, nem do animo. Que enfeitada e poderosa pena me enlaça! Vejo-me renascido: em torno de mim encantos. Acabo de entender em Vossa Senhoria quanto pode a bela [avezada?] ao sublime, e brostado Oriente. São formosos países que Vossa Senhoria conhece no interior delles. Meo Senhor voa por lindíssimos espaços: cahe sobre os terrenos, e cobre-nos Vossa Senhoria de graças amabilíssimas.

Louvável amor próprio quando me prende a Vossa Senhoria que tanto sabe honrar, e favorecer. Para onde escaparia eu animado por toda a parte com tantas suavidades? Cerca-me Vossa Senhoria de comparações gloriosíssimas que me fazem esquecer o escrúpulo e o exame dellas. Este humas vezes me parece temerário respeitando o juiz que escreve: ora acredito o que eu cobiçoso desejaria. Se creio os elogios temo os enganos do amigo: se duvido, a injuria. Ensinou-me hum bom autor nisso – que segundo o amor tiveres, tereis o entendimento de meos versos. Seja isto recíproco; eu favorecido, Vossa Senhoria honrando. Com tanto peso de formosas frases não pode Vossa Senhoria não levar a profundo reconhecimento: não deixa recusallo. Ganha todas as distâncias. Compõe a necessidade com o alvedrio. Em quanto Vossa Senhoria he servido ver [lhia?] opulenta e rara nesses livros novos filhos seos bem adoptados, eu nas carícias de Vossa Senhoria letras de [oiro?], affeições de todas as virtudes, sabedoria profunda, estilo de invejar, ardor pátrio, luminoso, e abençoado. A isto so accrescento a summa verdade com que mim mesmo digo: O’ achada no caminho dos grandes doutos nova amizade, carinhosa, de luz, de préstimos, de ensino, de excessar, vem senhorear quanto em mim hás formado. Aceite Vossa Senhoria este ingênuo reconhecimento com que se apresenta a Vossa Senhoria seo humilde criado, e maior respeitador – Illmo Senhor Desembargador, e Bibliothecario Maior Senhor Antonio Ribeiro dos Santos – Frei Manoel Bispo de Beja – Beja em 16 de maio de 1797.

p. 31 – 32

Carta do Exmo e Respeitadíssimo Senhor Bispo de Beja ao Secretário de Estado D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Illmo e Exmo Senhor – Em tantas instâncias de minha alma para offerecer a Vossa Excelência huma respeitosa saudação, vai esta cumprir-se do singular entendimento de Vossa Excelência, espero seja relevada minha modéstia por se não haver adiantado, ainda que no coração estimasse a presença de Vossa Excelência na Pátria por si, e por ella. Vossa Excelência pelo muito favor que me faz, tem em seu espírito penhores do muito que o respeito, mas

taes ideias de honra incomparável me faz conceber o admirável Filólogo Joaquim José da Costa e Sá pela memória graciosíssima que Vossa Excelência retém deste seu servo, que seria já sem desculpa o meu silêncio.

Firme no meu antigo, e continuado respeito, devido a Vossa Excelência pelos seus egrégios, e bem considerados merecimentos devo fallar a Vossa Excelência a linguagem da affeição nem perdida, nem alterada, e ainda que muda por alguns instantes, maior que a falta casual de não ser significada. Cousa alguma direi a Vossa Excelência de novo sobre a fortuna do que Vossa Exclência tem feito, e gozado fora e dentro dos muros sagrados da Pátria, e sobre o lume de todas as ordens de conhecimentos adquiridos em Cortes Mestras de grandes cousas e dos credits alcançados por Vossa Excelência pelas suas admiráveis disposições de estudo, e de animo, que eu sempre vi incansável para se aperfeiçoar. O meu acatamento e amor de varão constante, e o meu conceito de Vossa Excelência, como de pessoa em quem sciencia, e virtude tem raízes para todos os desempenhos, e decoros, são os ingênuos sentimentos, com que tenho nutrido o meu espírito. Só vejo que accrescentar a isto os votos que perpetuamente farei para que Vossa Excelência altamente bem querido, e experimentado em muita variedade dos maiores objectos faça útil o ardor, com que desde seus tenros annos amou doutrina, préstimo, e felicidade pátria, e nos repita experiências de profundo conselho, e acerto, pois que a tanto nos provoca não menos que a obrigação do bom nome, e o conceito que Vossa Excelência merece em seus grandes cargos, a pertendida regeneração do mundo, em a qual nos achamos combinados. Assim o deseja com muitos preceitos de Vossa Excelência, este – de Vossa Excelência – Illmo e Exmo Senhor Ministro e Secretário de Estado Dom Rodrigo de Souza Coutinho Criado e Venerado mais obrigado – Beja em 14 de Junho de 1797 – Frei Manoel Bispo de Beja.

p. 33

Cópia

Chegando a família Senhor Secretário de Estado Dom Rodrigo de Souza Coutinho a Lisboa, vinda de Viena de Áustria, escreveo o Senhor Bispo de Beja ao dito Ministro a carta seguinte:

Illmo e Exmo Senhor – chamão por outras as lindas [?], e vejo ceder distâncias e dificuldades a união de todas ellas. Confirmada a união dos ânímos com a dos carinhos, das presenças, quanto é o prazer de Vossa Excelência felizmente cercados de todos os seus adorados penhores? Assim como eu o concebi no meu animo, logo vontade e obrigação me conduzem para offerecer a Vossa Excelência as minhas congratulações portanto bem queira o [céo?] que respiramos, felicitar com todas as graças excellentíssimas, e bem vindas pessoas. Ao clima encantador despedido succeda outro de mil bênçãos, e mil amores. Com a constância destes votos acompanho a da minha obediência ao serviço de Vossa Excelência [?] Grande a Vossa Excelência [Mais Adorado?]. Beja 31 de julho de 1797 – Illmo e Exmo Senhor – Dom Rodrigo de Souza Coutinho. De Vossa Excelência – De Vossa Excelência – Mais Obrigado Criado, e muito singular respeitador – Frei Manoel Bispo de Beja.

p. 35

Carta do Exmo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja para Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos Bibliothecario Maior da Real Bibliotheca.

Illmo Senhor – Sou devedor a duas cartas de Vossa Senhoria, dois monumentos de honra com que Vossa Senhoria mostra quem he, e quanto me obriga com vozes, que só pode formar peito de virtude e sabedoria. São balsamo em si mesmas, e de boa ventura. Tanto agrado, tanta benevolência em huma geração de ideias illustre, e copiosíssimas, são coisas dignas de Vossa Senhoria e dos seus talentos, e da minha agradecida memória. Alguma indisposição na minha saúde, e ainda teimosa, me atrasou neste offício de reconhecimento, mas a todo o tempo he ingênuo, e todo o respeito. Entra pelos meus olhos desenganados do bem, que Vossa Senhoria me quer seu cuidado, e alvoroço pelos meus prazeres de alma e corpo. Bem haja quem serve aos decoros de Vossa Senhoria pois reveste de summas os

humildes obséquios, que vão cahir em suas creadoras mãos. Por ellas, e pela glória de seus dias nesse bem aventurado emprego quem esquecerá seu possível concurso? Causa pública, causa de todos os homens, e idades pede amor, e seu abono. O resto do meu só está dependente das oportunidades, cuja pequena demora fica insensível em lugar de continuado, e perpetuo accrescentamento. O mimoso e já mais cansado Literato o Senhor Costa e Sá repetirá a Vossa Senhoria todas as minhas gratidões, em quanto, esta minha impertinente sem savoria defluxionaria mais não permite dizer, que sou com todo o respeito e consideração – de Vossa Senhoria – Illmo Senhor Bibliothecário Mor Antonio Ribeiro dos Santos – obrigadíssimo creado e muito fiel venerador – Frei Manoel Bispo de Beja – Beja em 01 de julho de 1797.

p. 37

Illustríssimo Senhor

Chegou pelo correio a notícia da feliz abertura da Real Bibliotheca de Lisboa, e pôs em alvoroço quanto eu sou pelas relações que della vejo derramar-se por todo o mundo, e por todos os tempos em honra da Pátria: eu devo accrescentar as da minha estimação convencida por todos os motivos, que merece a causa pública. Verá a Nação, e o estranho como as bemaventuradas mãos que tem creado a Bibliotheca, e nella presidem farão em verdade formada para enchêlla de préstimos, e respeitos sem limite. Queira Vossa Senhoria aceitar uma canção destas affectuosas respirações, que não é menos original em si do que o meu animo em venerar a Vossa Senhoria, e repetir amiudamente os votos para tudo quanto seja agradável, e decoroso à sua respeitável pessoa.

Deos Guarde a Vossa Senhoria [Mais Adorada?] – Beja em desanove de maio de 1797 – Illmo Senhor Desembargador, e Bibliothecário Maior Antonio Ribeiro dos Santos – de Vossa Senhoria – humilde creado, e mais reconhecido venerador – Frei Manoel Bispo de Beja.

p.39 - Idem p. 35

p.40 - Idem p. 37

p. 41

Aviso de agradecimento da doação dos livros, e medalhas que fez à Bibliotheca Régia o Exmo e Reverendíssimo Bispo de Beja.

Exmo e Reverendíssimo Senhor – Levei a Real Bibliotheca do Príncipe Meo Senhor, à representação de Vossa Excelência, em que generosamente offerecia ao mesmo senhor a sua escolhidíssima livraria, e a sua preciosa collecção de medalhas, e não podendo sua Alteza deixar de ver nesta offerta o ardente zelo de Vossa Excelência em promover a utilidade, a erudição tão útil a todos os portuguezes, me ordena agradeça a Vossa Excelência da sua parte esta prova de seu zelo, bem conhecida sciência, e do quanto Vossa Excelência se tem dedicado a promover as letras e estudos da Nação: ordenado-me também o mesmo senhor diga a Vossa Excelência que toma na sua Real consideração tudo o que Vossa Excelência lhe representa, para que logo que as circunstâncias presentes permittão, satisfazer os desejos de Vossa Excelência se lhe dar toda a satisfação possível. Deos Guarde a Vossa Excelência – Palácio de Guelúz em 15 de julho de 1797 – Marquez Mordomo Mor – Senhor Bispo de Beja.

p. 46 – 48 Carta em latim

Nobilíssimo Senatori Domino Antonio Ribeiro a Sancti Regalis ET Publicae Bibliothecae – Olisiponensis Praefecto Emmanuellis Episcopi Recensis – Officia Nuncipata

p. 51 – 53

Illustríssimo Senhor

Não encareço quando vou protestar a Vossa Senhoria que eu nada mais posso desejar em minha vida depois de tão felismente bemaventurado nas vozes de Vossa Senhoria. Todo o meu grande conceito de Vossa Senhoria

havido desde muitos annos, desde as composições antigas de Vossa Senhoria lidas, e summamente prezadas; sua energia em descobrir, e manejar o que he raro, e de rica variedade: o natural das coisas sujeito a seo corrente, e amável pincel; tudo isto me cativava: tudo era bastante para que eu amasse a Vossa Senhoria com admiração e respeito, e o tivesse em conta de Varão que honra singularmente a Pátria, e della há mandado para fora mel attractivos de ter a memória de Vossa Senhoria culto pelo estrangeiro avaliador melindroso. Quando agora me acho bem visto por tanta pessoa e que redobra affeições, e frases de extraordinária abonação minha, veio esta fortuna ter aliança com meu amor próprio. Vossa Senhoria sobre engrandecido o faz louvável porque sua pena he discreta, e virtuosa, dados os pensamentos de Vossa Senhoria por licção de qual eu devo ser, vou me recreando com as generosidades de Vossa Senhoria em pezo, e ornato. Ao clamor no meo transporte [acudio?] esta minha companhia literária, e deo-se por feliz, sabendo gostar da linda cítara de Apollo, e da mesma prosa poética bella. Bella em desenho maravilhosamente figurado. Repito a leitura; e o calor das minhas admirações, pela dicção, conceito, e alma de prosa, e verso do meo arrebatado amigo fez esquecer o escrúpulo da immodéstia. Saboreava-me em o que não era meo: os enfeites do meo levantado empréstimo tomarão a si a alma inteira. De mim só quero regozijar-me nos votos cordeaes para que Vossa Senhoria que tanto merece, seja mais, e mais conhecido por despachos, e prêmios para que veja a sua mimosa autorizada, e agradecida pelos serviços com que Vossa Senhoria Fará brilhar a Bibliotheca Pública de huma Nação, que por ella se vai insinuar mui respeitável na abundância, escolha, e desempenhos que Vossa Senhoria sabe promover pois que Vossa Senhoria por seos notórios talentos, actividade, e copiosíssimas ideias de quanto são as letras boas, raras, e profundas adiantará muito quanto possue isto que eu sinto, e digo neste meo estudo encheria todas as páginas, e seriam escritas há mais dias se mais liberdade tivesse quem como eu visse posto em mãos alheias, que pelo seo direito, e urgências estorvão, e distrahem de cuidados diversos das suas dependências. Outra vez vingarei a minha impossibilidade presente de não

poder dilatar agora mais as significações do summo respeito com que sou em verdade.

(Illmo Senhor Bibliothecário Mor Antonio Ribeiro dos Santos – de Vossa Senhoria – beja em 20 de outubro de 1797 – mais reconhecido servo, e affectivo respeitador – Frei Manoel Bispo de Beja.

p. 56

Carta do Exmo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja, ao Exmo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Évora.

Exmo e Reverendíssimo Senhor, entro na Igreja de Vossa Excelência tão respeitoso pelos dotes especiosíssimos, que a ornão, quanto reconhecido pela generosa permissão de Vossa Excelência para que eu possa consagrar a Igreja de Serra de Ossa. Por este acto, em obsequio da Igreja de Deos, he Vossa Excelência servido dar lugar a que em dias que geme afflictíssima a Metrópole com esta lufrança, passemos da nossa harmonia interior a procedimentos externos de inteligência, e fervor eclesiástico, os quaes mereção de Deos se multipliquem por toda a parte os exemplos para consistência do Christianismo Pátrio com todas as felicidades. A Serra de Ossa recomendada pela tradição primitiva, e authoridades de abonação plausível, he summo decoro do território apostólico em que Vossa Excelência preside, e onde por seu admirável Zelo e disciplina sustenta aquelle título fundamental de religião. Estes, e similhares pensamentos serão os que hirey nutrindo o meu espírito enquanto andar trilhando o território, onde aprenda exemplos pastoraes de tão venerando, e amável metropolitano, que em minha vida confirmarei por todos os actos em que Vossa Excelência seja servido mandar-me na certeza de que faça as devidas preces para que Nosso Senhor a Vossa Excelência conserve em sua saudável ancianidade por [m^a a^o?] Mosteiro da Serra de Ossa 28 de agosto de 1798 – de Vossa Excelência – o mais obrigado servo, e obsequioso venerador – Frei Manoel Bispo de Beja – Exmo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo Metropolitano de Évora.

p. 57

Resposta do Exmo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Évora.

Exmo e Reverendíssimo Senhor – Se a sagração da Igreja do Mosteiro da Serra de Ossa, he, como devo suppor, hum acto tão agradável a Deos, que merece alem da providência com que o mesmo senhor assiste a tudo, que lhe he agradável também algum especial favor da sua onnipotência, certamente o considero em ser Vossa Excelência o chamado para pellas suas mãos me ser dirigido hum tão puro sacrificio. Seja muito embora o Mosteiro da Serra de Ossa plausível ao da sua primitiva nascença, que o do fim do século descrito começará ella a ver ainda com maior razão célebre na memória dos homens; bem como as antigas sagrações, são ainda hoje respeitáveis pelos santos padres, que os fizerão, e quando a posteridade se recordar de hum dia tão plausível talvez lembrarei eu tão somente pella felicidade de ser no meu tempo que a Serra de Ossa deveo a Vossa Excelência a maior glória. Persuada-se Vossa Excelência, de que ningué, como eu conhece as suas virtudes, nem tanto as sabe dominar! Grande seria a minha consolação se as soubesse imitar; assim como seria superabundante o meu prazer, se me fosse possível hir pessoalmente render a Vossa Excelência os mais sinceros obséquios de amizade e de respeito.

Deos guarde a Vossa Excelência pellos annos do seu, e meu desejo, Évora 29 de agosto de 1798 – De Vossa Excelência com irmão, e servo obrigadíssimo – J. Arcebispo de Évora.

p. 58 – 59

Dom Joaquim Xavier Botelho de Lima Metropolitano Arcebispo de Évora, e de todo o seu continente, do conselho da Raynha. Minha Senhora [??]. Fazemos saber que havendo-nos participado a Reverendíssimo Reytor Geral da Congregação de Paulo Primeiro Eremita, Frei Manoel des Caetano Damasio os seus desígnios sobre a sagração da Igreja do seu Mosteiro da Serra d'Ossa desse nosso Arcebispado, rogando-nos ao mesmo tempo para fazermos este acto, que privativamente nos he próprio como territorial, ou para darmos licença, que seja feito pelo Exmo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sufragança dessa Metrópole, ou em seu impedimento por qualquer outro

senhor Exmo Bispo, por elle Reverendíssimo Padre Reytor Geral convidado. Havemos por bem conceder-lhe a dita licença visto que a moléstia, de que ainda não temos bem convalescido nos impede de pessoalmente fazermos a referida sagração; e desta nossa licença se fará especial menção nas percisas cartas, ou pergaminhos, como na inscripção, que deve gravar-se em lugar público do Mosteiro para memória da sagração e da nossa condescendência, salvos os direitos desta Metrópole. Dada em Évora no Paço da nossa Residência aos 28 de julho de 1798, debaixo de nosso sinal, e sello de nossas armas.

Joaquim Arcebispo de Évora

Provisão de licença que Vossa Excelência Reverendíssima houve por bem conceder, para que vista a sua moléstia, e outros embaraços que lhe ocorrem, seja feita a sagração da Igreja do Mosteiro da Serra d'Ossa pelo Exmo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja, ou por outro qualquer Exmo e Reverendíssimo Senhor Bispo convidado pelo Reverendíssimo Padre Reytor Geral. Para Vossa Excelência Reverendíssima ver, e assignar.

p. 63 – 64

Exmo e Reverendíssimo Senhor

Que expressões de reconhecimento e gratidão serão iguais à grandeza dos benefícios com que Vossa Excelência acaba de enobrecer a Real Bibliotheca de Lisboa? Despojar-se-a de tantas preciosidades, quem era o maior avaliador, é amator de todas ellas para as dedicar unicamente ao bem do público, he feito muy gentil, e digno dos mais altos elogios: Mas doállas com tantos primores de generosidade, e nobreza quantos brilhão no sublime, e magnânimo diploma de Vossa Excelência, sobreexcede todos os gabos, e louvores, que uma vez eloquente, e agradecida podia remontar até as estrellas. Não há exemplos entre nós de tamanha beneficiência; por essa estrada não entrou até agora, varão lusitano, dos muitos que fizeram grandiosos serviços à nossa Pátria: Vossa Excelência é o primeiro que abre este caminho para utilidade e ornamento da Nação, e que dá aos bemfeitores das letras hum exemplo digno de se trazer diante dos olhos e em todos os

séculos, de luz, e de patriotismo. Esta acção tão honrada e tão formosa, que presentes e vindouros contarão com pasmo, veio desdobrar de todo o veio, que recatava ainda uma parte dos generosos sentimentos do coração de Vossa Excelência, e de virtudes nunca vistas, que o céu havia depositado na sua alma. Com ella ergueu Vossa Excelência um padrão de memória sobranceiro aos tempos que fará em toda idade a glória de Vossa Excelência, e a fortuna da Bibliotheca. Esta casa sempre agradecida a tão alta benevolência apregará o donativo com que Vossa Excelência a tem honrado, como o brasão mais illustre de sua nobreza e dignidade: ninguém entrará nella a consultar os oráculos de tantos livros de oiro, que tem vindo da luminosa Béja, que senão recorde da pessoa de Vossa Excelência, e não bendiga a tão sagrada e liberal que lhes doou: a sua preciosidade, e raridade conciliará sempre o respeito, e atenções dos sábios, e os attrahirá por si só a Bibliotheca. Na frente dos seus annais aparecerá sempre o bemfeitor da Nação, o sábio e protetor dos sábios, o Philólogo erudito, o Philosopho profundo, o Theólogo sublime, o Escritor eloquente, o Cidadão zeloso, o Cortesão modesto, o Mestre de príncipes, o Padre da igreja, o Bispo apostólico, o luzeiro da fé, o Varão trasladado pelo coração de Deos, que tudo a luz compreenderá o immortal e adorado nome de cenáculo. O Bago d'oiro, a pena de minerva, a lira das alusas, o Compasso d'[?], tudo tem recebido novo lustre das mãos de Vossa Excelência: a Bibliotheca recebe clarões de luz, que nunca se extinguirão na carreira dos séculos. Sofra Vossa Excelência com boa sombra, que eu soltes de meo

066- peito sentimentos de admiração, e de ternura filial, que a fama das virtudes de Vossa Senhoria muitos tempos havia gerado na minha alma, e que o trato, e correspondência, benéfica com que Vossa Excelência me tem maravilhado fez crescer, e subir a grande altura.

Hoje se entrega à sua Alteza Real a carta de doação de Vossa Excelência, acompanhada de ofícios, de que não precisa, mas que devem servir de testemunhos de nossa satisfação e prazer por tanto bem. Farei presente a Vossa Excelência o que nisto houver, rogando entretanto a Vossa Excelência que continue a honrarme, como aquelle que he com profundíssimo respeito – 5 de abril de 1797 – de Vossa Excelência muito attento venerador, e criado

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja – Antonio Ribeiro dos Santos.

p. 65 – 66

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Tenho recebido com muita satisfação, e prazer, as remessas dos livros, com que Vossa Excelência tão grandiosamente nos enriquece, que cada vez me espantão mais, e maravilhão: Por certo, que não acabo de louvar por cima das estrellas a escolhida colleção de tantas obras capitaes, e da primeira ordem de tantas edições antigas, raras, e asseadas, e de tantos [?] de summa valia, e preço. Bastaria ver a só parte da littteratura Oriental que Vossa Excelência tem mandado, para ddecidir sem mais outra alguma prova, ou documento de seo gênio profundo, e vasto, que soube e [se pode?] jamais adquirir entre nós. As Naos da Ásia entrando pela foz do Tejo, carregadas do despojos de Reys, e Nações vencidas, não nos traziam mais magníficos thesouros como os que ora Beja nos envia. Em doirada hora por Vossa Excelência seos formosos pensamentos na Bibliotheca de Lisboa para a prender com joyas de tanto custo, e acresecntar com taes preciosidades o seo esplendor, e lusimento. Tenho participado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquez Mordomo Mor as remessas de Vossa Excelência e os primores, e gentilezas com que Vossa Excelência os tem mandado; o qual não cessa de fazer elogios bem devidos, à Litteratura, e virtudes de Vossa Excelência. Elle fez tudo presente à Sua Alteza que deo a Biblitheca por bem fadada com aquisições tão preciosas e a pessoa de Vossa Excelência pela que mais honras fazia às Letras, à Religião e ao Estado. Protestou vir ver com brevidade a Livraria, e particularmente a de Vossa Excelência. Eu a tenho recolhido e distribuído por suas classes em huma sala especialmente destinada para ella, que havemos consagrado com o respeitável título de Bibliotheca de Vossa Excelência, não por nos (p. 66) honrando menos com ella, que os Neros de Roma com a Estaciana. Renovamos a Vossa Excelência o nosso agradecimento por tantos bens: Com elle devemos entrelaçar a grata protestaão do muito que também

somos obrigados ao Senhor Sá, esclarecido filólogo da Nação, e homem o mais amável do mundo, e o mais digno de confiança, e amizade de Vossa Excelência. Elle tem desempenhado a comissão de Vossa Excelência, e a nossa fortuna com tanta pontualidade, e desvello, que satisfazendo prompta e efficazmente às generosas, e magnânimas intenções de Vossa Excelência nos fez subir de preço e de valor seos benefícios: As suas maneiras polidas, e elegantes, que realção o sentimento de seo coração, e os dotes de seo espírito roubão com encanto as nossas atenções, e penhorão todo o nosso amor. A Bibliotheca cheia de gratidão, e reconhecimento, fará sempre memória honrosa deste illustre cooperador dos benefícios de Vossa Excelência, e apregoará entre presentes e vindouros, a parte que tem tido nesta obra por grandioso serviço feito à Pátria. Seja Vossa Excelência em todo o tempo sagrada testemunha dessa nossa confissão, em quanto ella se não escreve para a memória eterna nos públicos Annaes da Bibliotheca.

Abençoe-nos Vossa Excelência com sacralíssima benção, que nós reverentes recebemos como de pais, e bemfeitor. Deos Guarde à Vossa Excelência mais adorada como havemos [mister?]. De Vossa Excelência muito attento, venerador e criado – Antonio Ribeiro dos Santos – de 1797.

p. 67 – 68

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

O Senhor Professor Sá, varão honrado de todos os bons costumes, gênio raro que soube enlaçar os conhecimentos da mais vista Litteratura com todas a Artes de agrado, e encantamento fez-nos hoje gentil entrega dos preciosíssimos donativos de Vossa Excelência acompanhando a tradição de tão ricas joyas com maneiras tão suaves, e liberaes, que nellas vimos reproduzidas as elegâncias, e attractivos de Vossa Excelência. Quis Vossa Excelência ostentar nessa remessa, todas as liberalidades, e primores de seo magnânimo, e generoso coração cobrindo a Bibliotheca de glória, e a mim de honra. Por certo que as três extremosas cartas de Vossa Excelência nas duas línguas, os raros livros de Litteratura Oriental, e o magnífico quadro de mão original, e de pincel mimoso, e delicado com que Vossa Excelência me

prendou, são dádivas, que nem tem limites no preço, nem os deve ter no agradecimento. Que direi dos estimáveis livros, que Vossa Excelência remeteo para a Bibliotheca, e do riquíssimo Monetário, e Antiguidades com que quis realçar sobre maneira o esplendor, e lusimento do seo Museo? À vista de tantas, e tão brilhantes preciosidades os olhos não se fartão, o espírito se maravilha, a visão se alarga a dilatados horizontes, a imaginação se arrebatada, e se alevanta a cima de si mesma; desperta o coração todos os seos sentimentos, solta o gênio os seos rasgos, e todas as potências do discurso humano se põem em movimento e energia. Mas não há na eloquência louvor que não venha estreito para tamanhos donativos; de mais que a brevidade do tempo, e as tarefas que hoje tenho de meo offício não me permitem escrever agora mais de espaço e apresentar à Vossa Excelência todos os sentimentos de minha alma, sentimentos puríssimos de amor, de ternura de respeito e gratidão, que eu tenho consagrado por um voto eterno à pessoa de Vossa Excelência e à perpetuidade de seo nome. Em ocasião mais folgada o farei com muito gosto e darei conta a Vossa Excelência do resultado de meos offícios. A Bibliotheca abriu-se com mais brevidade do que se esperava, e não me coube em tempo, e no meio dos trabalhos, que então tive antecipar a Vossa Excelência esta notícia. Ella conseguiu os elogios de publico, e o sagrado nome deo Illustre bemfeitor tem conciliado de tal sorte as atenções aos concorrentes, que todos vão com alvoroço à casa dos livros de Beja como em romagem ao Sanctuário das Musas.

Digne-se Vossa Excelência de me abençoar a mim, e a Bibliotheca, para possam medrar nossos trabalhos o bem da Litteratura Nacional. Sou com todo o respeito. De Vossa Excelência – Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja. Lisboa – 24 de maio de 1797 – muito attento venerador, e criado – Antonio Ribeiro dos Santos.

p. 69 – 70

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Sou ainda devedor a Vossa Excelência de repetidas protestações de reconhecimento, e gratidão, pelos immortaes benefícios com que Vossa

Excelência tem dignado de enriquecer a Bibliotheca dessa corte com tão preciosas colleções, e a mim com tantas honras e mercês: porém as tarefas e encargos, que se metem acumulado nestes dias, e a estreiteza de tempo com que hoje escrevo não me permite satisfazer como quizer a minha dívida, e soltar todos os sentimentos do meo coração agradecido, o que farei em ocasião mais folgada e mais livre de trabalho. Vou só cumprir com hum dos muitos offícios, que devo a Vossa Excelência e que não convém demorar para mais tarde. Na última conferência, que tive com o Excelentíssimo Marquez Mordomo Mor, sobre os negócios da Bibliotheca, falando-me com energia das vivas impressões que excitou no Real ânimo de Sua Alteza, a grandiosa doação dos livros, e ultimamente das medalhas, e Antiquidades com que Vossa Excelência a honrou, e enobreceu, me certificou que o mesmo senhor lhe ordenara houvesse em seo Real nome de participar a Vossa Excelência, grata aceitação que fazia de tão magníficas colleções, declarando-lhe, que esta acção de tão distinto, e generoso patriotismo ficava altamente gravado na sua Real lembrança, para galardoar a Vossa Excelência com mercês correspondentes à utilidade, e grandeza do donativo e que mandaria dar as providências necessárias para satisfazer a requisição que Vossa Excelência lhe fazia quanto fosse possível no estado actual da cousas. Ficou de expedir a carta no dia 13 do corrente. Não sei com tudo se a moléstia dos olhos que lhe sobreveio ao Excelentíssimo Marquez o estorvaria de o fazer. Isto he o que agora participo a Vossa Excelência, protestando por minha honra, e crédito que não cessarei de, redobrar os meos offícios enquanto não vir contemplados, e satisfeitos os magnânimos serviços, que Vossa Excelência tem feito à Bibliotheca, serviços do maior Bem feitor da Pátria, e do mais sábio honrador das Letras, que o céu nos podia dar em nossos dias. Sirva-se Vossa Excelência entretanto de aceitar os meos puríssimos desejos, que certo sobem, aonde não podem chegar as minhas obras. Não sei dizer mais. O Senhor Sá, a quem as Musas, e as graças de mãos dadas doarão logo ao nascer todas as forças, e encantos da eloquência, pois que tem sido tantas vezes testemunha de meos fiéis sentimentos, fale por mim a Vossa Excelência e lhe represente o meo grato coração qual elle he – Sou com o mais profundo e filial amor – De Vossa

Excelência Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja – Admirador e criado muito obrigado – Antonio Ribeiro dos Santos – Lisboa 15 de junho de 1797.

p. 71 – 74

Carta do Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

O Senhor Sá não cessa de louvar as boas partes de Vossa Excelência e eu não cesso de as admirar. Sentimos ambos uma doce consolação, e prazer em falar de Vossa Excelência: elle engrandece o [Am^o - Amabilissimo?] eu o amigo, e bemfeitor. Competimos um com o outro, e apostamos vantagens em qual contará mais partes de Vossa Excelência, e por fim perdemos em sua conta. No meio de nossos transportes só sabemos bem dizer o céu, que nos reservou para tempos tão ditosos, em que podessemos ver, e tratar Varão de sabedoria e de costumes da antiga idade d'ouro, honra que nossos passados não tiverão, e que os vindouros sentirão não ter gozado. Em verdade quando considero, quantos, e quaes dotes depositou a natureza no espírito, e no coração de Vossa Excelência, e como Vossa Excelência os tem aproveitado e convertido em proveito comum da Pátria, encho-me de espanto, e maravilha, transporto-me dos séculos da honra e da immortalidade, e não descubro entre gregos e romanos a quem mais se devessem alçar padrões de glória. Não lisongeio a Vossa Excelência quando eu só lia seus escritos, que com alto louvor de todos corrião de mão em mão asselados pela mais profunda sabedoria, admirava a extinção de suas ideias, a sublimidade de seos pensamentos, a ex-acção De seos raciocínios, a solidez de seos juízos, a vastidão de sua erudição, e doutrina, a profundidade de suas indagações e descobrimentos, o pezo de suas verdades; a utilidade de seos trabalhos, o facto fino de seo gênio creador,; e via com assombro, que não sendo dado ao homem comprehender todos os gêneros de Litteratura, e menos ainda com igual sucesso e natureza havia unido, e vinculado em Vossa Excelência todos os seos dotes de entendimento, dando-lhe o talento de manejar todos os

tons, e de se exceder a si mesma em todos os assumptos. Quando eu com saudade trazia a à memória os dias d'ouro, em que Vossa Excelência presidia por nossa honra ao Tribunal da Censura Litterária da Nação, ao Magistério dos primeiros Educadores da mocidade lusitana, ao coro das humanidades, admirava com igual espanto as providências e o ardente zelo patriótico de Vossa Excelência, louva o Bemfeitor das Letras; o protector das Musas, o valedor dos sábios, o creador e conservador da elegância da crítica, e do gosto; o Restaurador dos séculos de Augusto, e de João III. Quando enfim considerava os honrosos serviços de Vossa Excelência, ora no Paço dos nossos Reys, ora na diocese de Beja, ou como padre da Igreja ou como Mestre de Príncipes, reconhecia com pasmo em Vossa Excelência, hum cortesão como Daniel, e hum Pastor Trasladado pelo original dos antigos Bispos do Christianismo, digno de proferir os oráculos sagrados, e políticos, junto do Throno, e do Altar. Quando porém nomeio destas raras qualidades me apparecerão todas as bondades do coração de Vossa Excelência, que disputão primasias aos do feo do seo espírito, quando as experimentei por mim mesmo, e senti os seos effeitos, fiquei inteiramente absorto e deslumbrado de mil encantos; vendo a pureza de suas intenções, a nobreza de seos sentimentos, a alteza de seos effeitos; a elevação de seos dezejões; a sensibilidade de seo coração; o desinteresse de suas vistas; a generosidade de sua alma; a constancia de seo peito; a firמידão de seos projectos; o zelo de seo alto patriotismo; o ouro enfim dos seos costumes. Estes elogios parecerão intempestivos a Vossa Excelência, que nem delles necessita, nem os quer, mas nunca me parecerão a mim, que nem sei medidas nos seos louvores, nem as posso ter no meo reconhecimento. O Excelentíssimo Marquez Mordomo Mor, que recebeo com mostras de satisfação, e prazer a Carta de Vossa Excelência, me seguiu, que a tinha appresentado no Paço, e que o Príncipe a ouvira ler com attenção, e abono, que pedia a contemplação de Vassallo tão honrador da sua Pátria. Redobrei então os offícios, e recebi esperanças de que cedo se cobraria de satisfazer à Vossa Excelência, como era bem. Dezejo tirar a limpo, se hoje me couber em tempo, as primeiras provas, que vão sahindo das poesias Latinas, que nos dias passados comecei de rascunhar nas poucas horas de repouso que me

sobrarão de meos trabalhos, para apresentar a Vossa Excelência. Não são primores de engenho com que possa brindar a Vossa Excelência, porque nem a natureza os confiou de mim, nem que os confiasse poderia hoje reproduzillos, em annos já cançados, quanto mais, que muy desafeita está deste exercício, e entorpecida a mão há muitos annos para ferir a Cithara Romana. Assim que são versos toscos, e desalinhados e cultos que fossem nunca igualarião à grandeza de seo alto assumpto mas são [efusões?] do coração, e testemunhos do muito que trago em lembranças, e ante os olhos, as virtudes de Vossa Excelência, e os benefícios immortaes com que me tem honrado a mim, e à Bibliotheca.

Sou com profundo respeito a Vossa Excelência. - Antonio Ribeiro dos Santos – Lisboa 4 de setembro de 1797 – Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja.

p. 75 – 76

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Em tempo de comum contentamento, e alegria Christã vou desejar a Vossa Excelência novas bênçãos do Céu, que multipliquem cada vez mais em seo coração, e para nosso bem, as graças e dons de todas as virtudes. Com estes meus puríssimos desejos vão os outros não menos sinceros, e leaes, que sempre tenho de servir a Vossa Excelência, e concorrer da minha parte efficazmente para tudo o que tocar aos seus interesses. Assim eu fosse tão feliz que pudesse já dar a Vossa Excelência boa conta da honrosa commissão de que estou encarregado, e a que me obrigão os títulos mais sagrados que pode haver, de amizade, de gratidão, de honra, e de justiça. Não passa hum só dia em que os não recorde, nem huma só occasião que não aproveite para obter por elles o desempenho. Essa é a minha única pertença, e o meo único despacho: Não poderei ter cousa em minha vida que mais me toque, e me pertença, a recompensa bem devida dos serviços que Vossa Excelência fez à Bibliotheca está intimamente ligada com os meus interesses, com a minha obrigação, com a minha honra, com o meu brio: Acredite Vossa Excelência estas palavras que são de quem conhece o valor

dos benefícios que Vossa Excelência tem feito, e sahem de um coração agradecido.

Não posso dispensar-me de falar aqui do Senhor Sá, não para exaltar seus méritos, que são immensos e não podem caber nem na minha Penna, nem nos breves períodos de huma carta; mas sim para bem dizer o acerto com que Vossa Excelência soube ter tão bom amigo e zelador. Elle solicitou a retribuição dos serviços de Vossa Excelência com tanto ardor, e efficácia, quanto nunca vi em pessoa alguma, que certo estou, que nem elle por seus próprios negócios tomaria tanto interesse, nem quizera maior fortuna em sua vida que ver a recompensa de Vossa Excelência. Estes são seus únicos cuidados: Por elles me fala continuamente; trasluzem-lhe nos olhos os desejos de seu peito por Vossa Excelência; e o coração que o ama aparece claramente no seo semblante. Faltaria ao que devo a Vossa Excelência a elle, e a mim, se faltasse em dar aqui esta salva a seu distincto merecimento, porque Vossa Excelência saiba quanto elle se empenha todo em seu serviço. Espero Mui cedo que se comece a fazer a remessa de huma parte da recompensa de Vossa Excelência pois que mo afiançou decisivamente o Excelentíssimo Marquez Mordomo Mor em huma conferência que tive com elle há poucos dias, havendo-se desculpado com as circunstâncias críticas em que se achava o Real Erario. Eu não cessarei de redobrar os meus offícios, e de accelerar o fiel desempenho das obrigações, que eu, a Bibliotheca, e a Nação toda, estamos devendo a Vossa Excelência. Deos Guarde a Sagrada pessoa de Vossa Excelência mais adorada como havemos [mister?]. Lisboa 30 de dezembro de 1797.

p. 77

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja - de Vossa Excelência – Muito obrigado e attento venerador, e criado – Antonio Ribeiro dos Santos.

p. 79 – 82 Carta em Latim

*Reverendissimo et Doctissimo Patri. Fr. Dionysio de Deos Eremitae Paulinae
apud Lusitanos Rectori Generali*

*Esta última carta veio acompanhada de cinco caixotes de livros, que ao todo
faziam cento, e onze volumes, com que o mesmo Excelentíssimo Bispo de
Beja brindou a este insigne prelado, digno certamente dos maiores elogios.*

p. 84

*Ó Antonio, por quanto a tua facunda Minerva das Musas não faz desdém, à
minha [voz acode?]. Certo não cúbico que encomia elevem-me tantos que só
queira para mim renome haver insigne. Prende-me aquella tua fácil sapiência,
todo; que minha alma compreender languida apenas pode. Oh Sebons versos
a minha Musa ensinada dicesse! Outro [ópio?] em mim vate se verá ainda.
Pasma que ao ânimo a glória de não mínimas asas. Como no demais a
fortuna me desleixa o sossego. A Minha Musa também por fria está calada.
Primeiro que cantasse a Musa consultarte devêra; Porém depressível já, de
seu costume he triste. Não he nossa [lysisia?], quem antiga ao momo cheirava:
Ella no Marte feroz se precipita [Débil?].*

*Quem ignora mesquinho na Pátria folgar em fortunas, nunca me acorde o
subtil astro, ou a melodia. Se o labirinto de angústias do meo peito sahisse.
Este meo cântico então correrá sem desmaio: - Por mar só tranquillo vai o
nauta correr todo o mundo. E não receia o baixel o seu nebuloso Orion. Então
amão flores as Musas, o Céu amão sereno; E doces coros também tece
Thalia Bella: Por toda a parte então sobressalta o cabrito na relva, nem ruge
aos [apricos hir?] o petulante lobo. Mas basta ao canino só cantar por
lembranças estas cousas, pois por dellas se lembrar, por débil se magoa. Se
licença dá ora, ao assumpto venhamos de amigos. E de diplomas lembrar
convenha há pouco agora. Como do meu livro Censor foste primeiro, e
segundo do prelo assim tal e qual a publico surge ora. Coisa não estranha
acrescentar-lhe julguei se devia.*

Mas avenia por lei já lhe não era dada assim tal o remetto; até que as só dos doutos decoro: E primeiro desculpar o meu engenho queiras. Quanto de escritor não gigantesco [ficaria?] seja: Sabes: Assim, pois és bom de me ajudares [folga?]

p. 85 – 96 Série de Epigramas em latim, não traduzidos.